

Companhia Brasileira de Energia e Controladas

Demonstrações Contábeis

**31 de dezembro de 2013 e 2012 com Relatório dos
Auditores Independentes sobre as demonstrações
contábeis**

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Brasileira de Energia
Barueri – São Paulo

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Energia (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Energia em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Brasileira de Energia em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Brasileira de Energia essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011) preparado originalmente antes dos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) implementado em 1º de janeiro de 2013, descritos na nota nº 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 24 de fevereiro de 2012. Como parte do nosso exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 examinamos os ajustes nos valores correspondentes dos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora			Consolidado			
	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012	
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	
ATIVO							
CIRCULANTE							
	Notas						
Caixa e equivalentes de caixa	4	20	26	275	271.996	210.952	207.907
Investimentos de curto prazo	4	114.534	40.479	246.758	1.368.315	1.232.390	2.037.870
Consumadores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	-	-	-	1.262.743	1.530.834	1.452.413
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6.1	18.819	15.040	12.987	71.227	266.354	86.613
Outros tributos compensáveis	6.2	-	-	1	152.478	183.349	86.589
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	32.1	15.113	13.606	39.481	-	-	-
Devedores diversos		71	-	-	1.041	2.352	3.554
Contas a receber - acordos	9	-	-	-	72.837	39.914	13.197
Contas a receber de partes relacionadas	32.1	-	-	-	-	-	11.753
Outros créditos	10	437	435	438	164.364	150.396	112.332
Almoxarifado		-	-	-	54.822	63.936	52.553
Despesas pagas antecipadamente		2	4	4	30.649	3.672	2.726
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		148.996	69.590	299.944	3.450.472	3.684.149	4.067.507
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Consumadores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	-	-	-	33.121	33.121	33.121
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6.1	-	-	-	-	3.335	22.255
Outros tributos compensáveis	6.2	-	-	-	50.804	57.025	108.739
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	37.231	37.781	29.685	316.351	841.941	288.514
Tributos a recuperar	8	-	-	-	89.137	99.063	109.411
Cauções e depósitos vinculados	22	28.755	25.259	19.949	527.724	508.291	580.485
Contas a receber - acordos	9	-	-	-	42.561	15.163	40.811
Outros créditos	10	193	21.584	20.263	92.110	110.843	160.079
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	16	-	-	-	(53.952)	(54.173)	(49.727)
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	-	1.386.931	1.181.937	1.041.813
Investimento	13	2.750.014	2.380.767	3.073.624	9.500	9.500	9.500
Imobilizado, líquido	14	-	-	-	3.550.124	3.551.765	3.612.618
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos intangível	14	-	-	-	(399.848)	(422.713)	(447.412)
Intangível	15	1.022.522	1.118.068	1.216.365	7.478.425	7.625.467	7.884.821
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.838.715	3.583.459	4.359.886	13.122.988	13.560.565	13.395.028
TOTAL DO ATIVO		3.987.711	3.653.049	4.659.830	16.573.460	17.244.714	17.462.535

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora			Consolidado			
	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012	
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	
PASSIVO							
CIRCULANTE							
	Notas						
Fornecedores	17	297	122	556	1.039.117	1.430.630	1.018.990
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	68.740	33.859	88.872
Debêntures	19	-	-	-	367.871	363.143	268.808
Arrendamento financeiro	19	-	-	-	4.733	4.902	8.203
Subvenção governamental	20	-	-	-	1.408	760	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.1	-	-	4.938	414.128	395.305	383.484
Outros tributos a pagar	18.2	8	18	4	266.297	343.851	466.570
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27.2	-	-	267.478	68.188	63.449	426.499
Obrigações estimadas	-	-	-	-	117.124	122.233	112.174
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	-	2.467	5.658	4.575
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	-	-	-	11.241	81.805	102.078
Provisões para processos judiciais e outros	22	-	-	155	202.730	178.873	223.725
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	-	-	-	55.188	61.460	53.327
Outras obrigações	25	1	-	2	246.133	186.953	185.420
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		306	140	273.133	2.865.365	3.272.881	3.342.725
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	17	-	-	-	70.887	70.887	70.887
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	499.406	554.678	715.012
Debêntures	19	-	-	-	2.912.842	2.759.045	2.334.958
Arrendamento financeiro	19	-	-	-	12.251	3.052	4.317
Subvenção governamental	20	-	-	-	3.669	2.738	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	-	-	-	543.042	582.416	619.940
Obrigações com entidade de previdência privada	21	-	-	-	2.553.170	3.967.832	2.436.445
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	-	-	-	-	2.705	27.088
Provisões para processos judiciais e outros	22	29.433	26.736	23.448	419.036	405.192	407.266
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	-	-	-	15.428	26.935	89.002
Contas a pagar a partes relacionadas	32.1	9.203	24.123	23.195	9.010	9.010	9.010
Obrigações estimadas	-	-	-	-	1.522	20.713	21.062
Reserva de reversão	-	-	-	-	66.085	66.085	66.085
Outras obrigações	25	-	-	-	63.406	27.051	55.567
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		38.636	50.859	46.643	7.169.754	8.498.339	6.856.639
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social subscrito e integralizado	26	2.960.708	2.960.708	2.960.708	2.960.708	2.960.708	2.960.708
Reservas de lucros:							
- Legal	27.2	207.763	179.263	159.445	207.763	179.263	159.445
- Estatutária	27.2	211.160	138.432	138.432	211.160	138.432	138.432
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	27.2	80.000	126.773	428.221	80.000	126.773	428.221
Ajustes de avaliação patrimonial	26	796.638	849.622	930.785	796.638	849.622	930.785
Outros resultados abrangentes		(307.500)	(652.748)	(277.537)	(307.500)	(652.748)	(277.537)
Subtotal		3.948.769	3.602.050	4.340.054	3.948.769	3.602.050	4.340.054
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	2.589.572	1.871.444	2.923.117
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.948.769	3.602.050	4.340.054	6.538.341	5.473.494	7.263.171
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.987.711	3.653.049	4.659.830	16.573.460	17.244.714	17.462.535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
		Reapresentado		Reapresentado	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	-	-	9.428.650	10.099.789
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com Energia Elétrica/Gás					
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	(3.404.808)	(3.390.184)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		-	-	(251.096)	(210.785)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	(608.653)	(1.589.492)
Taxa de fiscalização		-	-	(26.188)	(30.941)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		-	-	(61.521)	(68.354)
Gás comprado para geração de energia elétrica		-	-	(13.507)	(20)
Custo de Operação					
Pessoal e administradores		-	(83)	(595.486)	(618.954)
Entidade de previdência privada	21	-	-	(342.355)	(249.143)
Serviços de terceiros		(2.435)	(3.280)	(562.781)	(606.411)
Material		-	(1)	(58.488)	(69.985)
Custo de construção		-	-	(809.069)	(831.115)
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(15.148)	(39.031)
Provisão para processos judiciais e outros		(5)	(11)	(111.975)	(74.052)
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização		-	-	23.086	20.254
Depreciação e amortização		-	-	(624.118)	(638.390)
Outras receitas e custos	29	(514)	(349)	(200.680)	(230.619)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(2.954)	(3.724)	(7.662.787)	(8.627.222)
RESULTADO DO SERVIÇO		(2.954)	(3.724)	1.765.863	1.472.567
Resultado de equivalência patrimonial	13	610.326	404.606	-	-
Amortização de intangível de concessão	15	(95.546)	(98.297)	(141.493)	(144.243)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	30	6.033	13.269	253.792	304.051
Despesas financeiras	30	(1.078)	(1.543)	(442.657)	(501.235)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	30	787	(262)	169.689	102.316
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		5.742	11.464	(19.176)	(94.868)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		517.568	314.049	1.605.194	1.233.456
Contribuição social		-	-	(151.075)	(126.131)
Imposto de renda		-	-	(403.362)	(340.439)
Contribuição social diferida		(146)	2.143	3.442	4.500
Imposto de renda diferido		(404)	5.954	9.266	12.210
TOTAL DOS TRIBUTOS	7 e 31	(550)	8.097	(541.729)	(449.860)
Resultado líquido das operações continuadas		517.018	322.146	1.063.465	783.596
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.1	517.018	322.146	1.063.465	783.596
Atribuído a sócios da empresa controladora		517.018	322.146	517.018	322.146
Atribuído a sócios não controladores		-	-	546.447	461.450
Resultado por ação ON	27.1	0,79541	0,49561	0,79541	0,49561
Resultado por ação PN	27.1	0,79541	0,49561	0,79541	0,49561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	517.018	322.146	1.063.465	783.596
Outros resultados abrangentes				
Efeito reflexo de cálculo atuarial de controlada líquido de IR/CS	345.248	(356.753)	987.766	(1.021.715)
Atualização do ativo financeiro de controlada	-	(38.517)	-	(110.454)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	-	13.096	-	37.554
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	345.248	(382.174)	987.766	(1.094.615)
Atribuído a sócios da empresa controladora			862.266	(60.028)
Atribuído a sócios não controladores			1.188.965	(250.991)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de Lucros			Outros Resultados Abrangentes / Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Subtotal	Participação de não Controladores Subtotal	Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária						
Saldos em 01 de janeiro de 2012 (reapresentado)		2.960.708	159.445	138.432	653.248	-	428.221	4.340.054	2.923.117	7.263.171
<u>Resultado abrangente total:</u>										
Lucro líquido do exercício	27.1	-	-	-	-	322.146	-	322.146	461.450	783.596
Atualização do ativo financeiro de controlada		-	-	-	(38.517)	-	-	(38.517)	(71.937)	(110.454)
Imposto de renda e contribuição social sobre atualização (reversão) do ativo financeiro de controlada		-	-	-	13.096	-	-	13.096	24.458	37.554
Outros resultados abrangentes - perda atuarial		-	-	-	(375.211)	18.458	-	(356.753)	(664.962)	(1.021.715)
<u>Transações com os acionistas:</u>										
Remuneração com base em ações das controladas		-	-	-	-	-	-	-	1.112	1.112
Dividendos aprovados em AGO de 16.04.2012		-	-	-	-	-	(428.221)	(428.221)	(518.092)	(946.313)
Dividendos Intermediários aprovados em RCA de 09.08.2012	27.2	-	-	-	-	(142.451)	-	(142.451)	(162.472)	(304.923)
Dividendos Intermediários aprovados em RCA de 07.11.2012	27.2	-	-	-	-	(109.318)	-	(109.318)	(124.769)	(234.087)
Ajuste por conta de dividendos prescritos de controladas		-	-	-	-	2.014	-	2.014	3.539	5.553
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>										
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	27.2	-	-	-	(84.457)	84.457	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	27.2	-	-	-	28.715	(28.715)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	27.2	-	19.818	-	-	(19.818)	-	-	-	-
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório	27.2	-	-	-	-	(126.773)	126.773	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)		2.960.708	179.263	138.432	196.874	-	126.773	3.602.050	1.871.444	5.473.494
<u>Resultado abrangente total:</u>										
Lucro líquido do exercício	27.1	-	-	-	-	517.018	-	517.018	546.447	1.063.465
Efeito reflexo de cálculo atuarial de controlada		-	-	-	345.248	-	-	345.248	642.518	987.766
<u>Transações com os acionistas:</u>										
Remuneração com base em ações das controladas		-	-	-	-	-	-	-	1.152	1.152
Dividendos aprovados em AGO de 04.04.2013		-	-	-	-	-	(126.773)	(126.773)	(182.967)	(309.740)
Dividendos Intermediários aprovados em RCA de 20.09.2013	27.2	-	-	-	-	(278.000)	-	(278.000)	(122.526)	(400.526)
Dividendos Intermediários aprovados em RCA de 22.11.2013	27.2	-	-	(75.325)	-	(38.276)	-	(113.601)	(171.437)	(285.038)
Ajuste por conta de dividendos prescritos de controladas		-	-	-	-	2.827	-	2.827	4.941	7.768
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>										
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	27.2	-	-	-	(80.279)	80.279	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	27.2	-	-	-	27.295	(27.295)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	27.2	-	28.500	-	-	(28.500)	-	-	-	-
Constituição de reserva estatutária	27.2	-	-	148.053	-	(148.053)	-	-	-	-
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório	27.2	-	-	-	-	(80.000)	80.000	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		2.960.708	207.763	211.160	489.138	-	80.000	3.948.769	2.589.572	6.538.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
		Reapresentado		Reapresentado
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	593.943	749.022	1.755.779	1.472.516
Caixa Gerado nas Operações	584.023	737.798	2.520.244	2.315.379
Lucro líquido do exercício	517.018	322.146	1.063.465	783.596
Depreciação e amortização	-	-	624.118	638.390
Amortização do Intangível de concessão	95.546	98.297	141.493	144.243
Amortização do uso do bem público (UBP)	-	-	2.690	2.690
Variação monetária/cambial	720	262	(20.060)	(15.575)
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	(116.240)	15.119
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	34.858	61.166
Provisão para processos judiciais e outros	5	11	149.847	130.641
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	-	-	373.510	393.235
Fundo de pensão/Plano de assistência - Deliberação CVM 695	-	-	322.453	246.088
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(5.404)	(10.998)	(116.335)	(161.107)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	-	-	87.520	97.257
Resultado da equivalência patrimonial	(618.766)	(413.289)	-	-
Perdas em Investimentos	8.440	8.683	8.449	21.501
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	-	-	(23.086)	(20.254)
Tributos e contribuições sociais diferidos	550	(8.097)	(12.708)	(16.710)
Ações e opções de ações outorgadas	-	-	1.152	1.112
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio recebidos	585.914	740.783	-	4.031
Ganho na alienação de bens do ativo imobilizado	-	-	(882)	(10.044)
Variações nos Ativos e Passivos	9.989	11.224	(777.465)	(832.547)
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	-	-	139.398	(181.461)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(2.710)	(149)	198.445	(163.675)
Outros tributos compensáveis	-	1	32.849	(45.056)
Serviços prestados	-	-	(883)	(180)
Almoxarifado	-	-	9.114	(11.383)
Contas a receber - Acordos	-	-	31.276	38.244
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	11.842
Outros créditos	21.390	(1.067)	(50.727)	(9.892)
Fornecedores	175	(434)	(390.586)	401.816
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	(4.938)	18.823	11.874
Outros tributos a pagar	1.058	1.493	(69.389)	(111.975)
Contas a pagar a partes relacionadas	(14.919)	-	-	-
Pagamento de processos judiciais e outros	-	-	(121.414)	(157.789)
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	-	-	(73.269)	(44.656)
Pesquisa e desenvolvimento & Eficiência energética	-	-	(23.875)	(62.214)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	4.995	16.318	123.075	163.919
Juros pagos (encargos de dívidas)	-	-	(344.117)	(408.915)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(256.185)	(260.812)
Saldo de caixa da controlada indireta AES Minas - Atividades operacionais	-	-	-	(2.234)
Outros	(69)	-	13.000	(10.316)
Devedores diversos	(71)	-	1.312	1.197
Despesas pagas antecipadamente	2	-	(26.978)	(966)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(3.191)	1.083
Obrigações estimadas	-	-	(8.616)	7.812
Outras obrigações	-	-	50.473	(19.442)
Caixa Líquido Gerado (Usado) nas Atividades de Investimento	(75.576)	198.197	(803.721)	83.896
Adições para os ativos financeiro e intangível da concessão	-	-	(1.023.159)	(1.014.971)
Consumidores - participação financeira	-	-	240.927	184.333
Aplicações em investimentos de curto prazo	(233.171)	(179.829)	(7.566.390)	(9.876.137)
Resgates de investimentos de curto prazo	159.434	381.680	7.461.129	10.667.596
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(1.839)	(3.654)	37.827	54.474
Alienação de investimentos	-	-	-	20.295
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	-	-	45.945	46.106
Saldo de caixa da controlada indireta AES Minas - Atividades de investimentos	-	-	-	2.200
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	(518.373)	(947.468)	(891.014)	(1.553.367)
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	-	-	1.013.020	1.371.093
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(518.373)	(947.468)	(989.869)	(1.858.896)
Imposto de renda s/ Juros sobre capital próprio	-	-	(5.428)	(10.076)
Pagamento de empréstimos	-	-	(849.773)	(1.030.880)
Custo de empréstimos	-	-	(52.647)	(16.748)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-	-	(6.317)	(7.860)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(6)	(249)	61.044	3.045
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	26	275	210.952	207.907
Saldo final de Caixa e Equivalentes	20	26	271.996	210.952
Informações adicionais:				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	1.277	476.689	612.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
		Reapresentado		Reapresentado
1. RECEITAS	-	-	13.174.432	15.533.017
Receitas bruta de vendas de energia e serviços	-	-	13.189.580	15.572.048
Fornecimento de energia e elétrica (distribuidora)	-	-	7.179.754	7.075.636
Residencial	-	-	5.418.373	6.622.458
Comercial	-	-	3.471.332	4.125.763
Industrial	-	-	1.535.282	1.910.996
Rural	-	-	3.212	3.661
Poder público	-	-	338.451	418.275
Iluminação pública	-	-	152.759	181.580
Serviço público	-	-	158.749	189.605
Encargo de capacidade emergencial	-	-	5	9
Remuneração do ativo financeiro	-	-	110.613	156.661
Transferência para atividade de distribuição	-	-	(4.009.022)	(6.533.372)
Outras	-	-	6.009.826	8.496.412
Suprimento de energia elétrica (geradoras)	-	-	407.248	257.613
Pis/Cofins Diferença de alíquota e Não Faturado	-	-	(95.980)	309
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda	-	-	(21.089)	(23.845)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos	-	-	(64.338)	(75.000)
Transferência para atividade de distribuição	-	-	4.009.022	6.533.372
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	-	-	413.449	755.675
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda (TUSD)	-	-	(1.553)	(10.474)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos (TUSD)	-	-	(8.934)	(11.935)
Remuneração do ativo financeiro (TUSD)	-	-	10.095	12.358
Venda de energia no curto prazo	-	-	199.134	103.015
Receita relativa à construção de ativos próprios	-	-	809.069	831.115
Ressarcimento - Leilões de energia	-	-	105.043	-
Subvenção de recursos da CDE	-	-	127.354	-
Outras receitas operacionais	-	-	121.306	124.209
(Provisão) Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(15.148)	(39.031)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.667)	(3.641)	(6.598.582)	(7.570.237)
Materiais	-	(1)	(59.745)	(71.570)
Outros custos operacionais	(232)	(360)	(236.479)	(231.839)
Custo da energia comprada e transmissão	-	-	(4.903.241)	(5.820.459)
Serviços de terceiros	(2.435)	(3.280)	(576.541)	(615.234)
Construção de ativos próprios	-	-	(809.069)	(831.115)
Gás e transporte de gás	-	-	(13.507)	(20)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.667)	(3.641)	6.575.850	7.962.780
4. RETENÇÕES	(95.546)	(98.297)	(765.611)	(782.633)
Depreciação e amortização	-	-	(624.118)	(638.390)
Amortização de intangível de concessão	(95.546)	(98.297)	(141.493)	(144.243)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(98.213)	(101.938)	5.810.239	7.180.147
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	616.359	417.875	253.792	304.051
Resultado da equivalência patrimonial	610.326	404.606	-	-
Receitas financeiras	6.033	13.269	253.792	304.051
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	518.146	315.937	6.064.031	7.484.198
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	-	83	835.055	766.682
Salários e encargos	-	-	399.949	378.219
Honorários da diretoria	-	83	8.010	9.519
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	-	-	73.735	81.765
Previdência privada	-	-	342.355	249.143
FGTS	-	-	30.883	48.479
Outros	-	-	(19.877)	(443)
Tributos (Governos)	1.901	(6.619)	3.868.023	5.514.287
Federais	1.617	(6.619)	1.216.185	1.344.075
Imposto de Renda e Contribuição Social	550	(8.097)	541.729	449.860
Cofins	877	1.214	469.428	651.403
Pis	190	264	102.241	141.397
INSS	-	-	71.904	71.184
Encargos sociais - Outros	-	-	30.883	30.231
Estaduais	284	-	2.239.008	2.787.994
ICMS	-	-	2.238.939	2.787.258
Outros	284	-	69	736
Municipais	-	-	27.972	27.842
ISS	-	-	776	584
IPITU	-	-	24.643	26.217
Outros	-	-	2.553	1.041
Encargos setoriais	-	-	384.858	1.354.376
RGR - Reserva global de reversão	-	-	(8.213)	70.003
CCC - Conta de consumo de combustíveis	-	-	28.757	524.224
CDE - Conta de desenvolvimento energético	-	-	132.988	493.840
Encargo de capacidade emergencial	-	-	5	9
P&D, Eficiência, FNDCT e EPE	-	-	110.274	100.240
Encargos do consumidor - Proinfra	-	-	33.335	42.974
Encargos do consumidor - Lei nº 12.111	-	-	3	23.791
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	26.188	30.941
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	61.521	68.354
Financiadores	(773)	327	297.488	419.633
Juros e atualizações monetárias/cambiais	(777)	326	271.900	395.974
Aluguéis	4	1	25.588	23.659
Lucro do Período	517.018	322.146	517.018	322.146
Lucros retidos	-	-	-	-
Dividendos	340.465	302.328	340.465	302.328
Constituição de reserva estatutária	148.053	-	148.053	-
Constituição de reserva legal	28.500	19.818	28.500	19.818
Participação dos acionistas minoritários	-	-	546.447	461.450
	518.146	315.937	6.064.031	7.484.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Brasileira de Energia (“Companhia” ou “Brasileira”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, Sala individual 2, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040 e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) com sede na cidade de Barueri – SP; AES Tietê S.A. (“Tietê”) com sede na cidade de Barueri – SP e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“Uruguaiana” ou “Usina”) com sede na cidade de Uruguaiana - RS, mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Companhia detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, AES Serviços TC Ltda. (*) (“AES Serviços”), com sede na cidade de Barueri - SP.

A Companhia é indiretamente controlada pela The AES Corporation.

(*) Em 19 de dezembro de 2012, as sócias resolveram alterar a denominação social da Empresa, que doravante passou de “AES Infoenergy Ltda.” para “AES Serviços TC Ltda.”.

1.1 Dados sobre subsidiárias – distribuição de energia

Eletropaulo – A Eletropaulo é uma companhia de capital aberto, de direito privado, com sede em Barueri, Estado de São Paulo, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. (“Elpa”) e indiretamente pela Brasileira, e está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a controlada indireta Eletropaulo passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos e por processo de Reajuste Tarifário anualmente. Os efeitos da última revisão e do último reajuste estão descritos na nota explicativa nº 33.4.

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1.2 Dados sobre subsidiárias – geração de energia

Tietê – A controlada Tietê é uma companhia de capital aberto, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da controlada Tietê, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

A controlada Tietê é controladora direta da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio) e foi controladora direta da AES Minas PCH Ltda. (AES Minas) até a data de 31 de agosto de 2012, quando vendeu 100% das quotas para a CEI – Energética Integrada Ltda..

Contrato bilateral com a Eletropaulo

Desde 2006, a controlada Tietê vende para sua coligada Eletropaulo 1.268 MW médios, ou seja, quase a totalidade de sua garantia física.

O contrato firmado com a Eletropaulo tem sua vigência até 31 de dezembro de 2015, e determina que o preço de venda da energia seja atualizado anualmente pela variação do IGPM.

Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da controlada Tietê para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a controlada Tietê, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento). Esses esforços foram realizados por meio de 2 (dois) grandes projetos termelétricos.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão acima referida inviável. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da controlada Tietê, tais como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade desses projetos.

Desde então, a controlada Tietê vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a controlada Tietê a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a controlada Tietê apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011 a controlada Tietê foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011 a controlada Tietê foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir dessa data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A controlada Tietê apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que há a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela controlada Tietê em outubro de 2011.

Em 19 de março de 2012 o recurso apresentado foi julgado em desfavor da controlada Tietê, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a controlada Tietê apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto “Termo São Paulo”, para a implantação de uma termoeletrica a gás natural, com capacidade de geração aproximadamente de 550 MW.

Em 12 de setembro de 2012, foi proferida decisão em 1ª instância determinando que o Estado de São Paulo se manifeste sobre o Plano de Expansão de Capacidade da controlada Tietê.

Em 06 de dezembro de 2012, foi juntada no processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela controlada Tietê (“Termo São Paulo”), com as alegações seguintes: i) o plano apresentado é consistente; ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; iii) a usina termoeletrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O juízo de 1ª instância determinou que a controlada Tietê se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação. A Audiência de Conciliação foi realizada em 09 de outubro de 2013, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo, para que a controlada Tietê estude alternativas para expandir sua capacidade de geração que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo.

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado, portanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da controlada Tietê, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

Conforme mencionado anteriormente, a controlada Tietê estuda a viabilidade de implantar uma termoeletrica a gás natural, com capacidade instalada de aproximadamente 550 MW.

O empreendimento, localizado no município de Canas no Estado de São Paulo, teve sua Licença Ambiental Prévia emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

Em 30 de novembro de 2011, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ajuizaram ação civil pública contra o Estado de São Paulo, a controlada Tietê e a CETESB, questionando o procedimento de licenciamento ambiental e solicitando em pedido liminar a suspensão dos efeitos da Licença Ambiental Prévia, o que foi concedido pelo Judiciário. Em 23 de abril de 2012, a controlada Tietê voluntariamente se deu por intimada para apresentação dos recursos cabíveis contra a decisão. Em 15 de maio de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo (“TJ/SP”) suspendeu a liminar que suspendia os efeitos da Licença Ambiental Prévia emitida pela CETESB e, em 31 de janeiro de 2013, o Tribunal julgou o recurso favoravelmente à controlada Tietê mantendo, desta forma, os efeitos da Licença Ambiental Prévia. Em março de 2013 a Defensoria Pública apresentou pedido de esclarecimentos, argumentando que a decisão do TJ/SP não considerou expressamente algumas legislações ambientais. Em junho de 2013 o pedido de esclarecimento foi considerado descabido pelo TJ/SP, sob fundamento de que todos os pontos relevantes para julgamento da demanda foram analisados e que não há ofensa aos dispositivos legais ambientais. Aguarda-se a publicação dessa decisão e eventual apresentação de recurso pela Defensoria Pública. Com relação ao processo principal, aguarda-se a evolução do processo para produção de provas e posterior decisão judicial.

A controlada Tietê segue com o processo de licenciamento ambiental desenvolvendo planos e programas para obtenção da Licença Ambiental de Instalação e analisando alternativas para o fornecimento de gás, para que desta forma esteja apta para participar de novos leilões de energia nova a serem anunciados no ano de 2014.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Além do projeto supracitado, a controlada Tietê adquiriu, em 27 de março de 2012, a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade líquida de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara no Estado de São Paulo. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da controlada Tietê. Caso os dois projetos sejam executados simultaneamente, a controlada Tietê acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos.

Adicionalmente, contribuem para o cumprimento da meta de Obrigação de Expansão a PCH São Joaquim 3 MW e a PCH São José 4 MW, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

Uruguaiana – A Companhia detém o controle direto da Uruguaiana, uma companhia de capital fechado, de direito privado, sediada na cidade de Uruguaiana, à Rodovia BR 472, Km 576, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia termoelétrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termoelétricas, obras e edificações correlatas e a compra e importação de equipamentos para a geração.

A controlada Uruguaiana está autorizada a funcionar como Produtora Independente de Energia Elétrica por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 180. A autorização tem prazo de 30 anos, contados a partir de 26 de junho de 1997.

A controlada Uruguaiana foi vencedora do processo licitatório realizado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE por meio do Edital de Concorrência Internacional nº CEEE/96-8187, cujo objeto era a aquisição de potência e energia elétrica pela CEEE. Para satisfazer o objeto da licitação, a controlada Uruguaiana responsabilizou-se pela realização e implantação do conjunto de obras integrado pela usina térmica movida a gás natural, em ciclo combinado. Seu parque gerador é composto por uma usina termoelétrica com capacidade instalada de 639,9 MW.

Condições de operação da usina no período atual

Desde 2004, a controlada Uruguaiana tem enfrentado problemas com fornecimento de gás importado da Argentina junto a um único fornecedor, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (“YPF”), em razão desta ter priorizado seu mercado interno e deixado, por longos períodos, de atender de forma contínua ao contrato para atendimento da Usina. Desde então, a operação e a rentabilidade da Usina ficaram fragilizadas. O cenário agravou-se em maio de 2008, com a interrupção total do fornecimento de gás à controlada Uruguaiana por parte desse fornecedor.

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para que pudesse honrar os compromissos com as distribuidoras de energia elétrica (AES Sul, AES Eletropaulo, CCEE e RGE), a controlada Uruguaiana foi obrigada a comprar energia a um custo, por vezes, maior e sem possibilidade de repasse no preço cobrado às distribuidoras, desencadeando sua significativa deterioração econômico-financeira.

A controlada Uruguaiana envidou esforços na busca por alternativas que pudessem viabilizar a continuidade das suas operações, mas nenhuma delas teve êxito. Durante o ano de 2009, foram reduzidos todos os contratos de energia com distribuidoras, e alterado seu término para 30 de dezembro de 2009, mediante o reconhecimento de exposição involuntária das distribuidoras, concedida pela ANEEL, e reconhecimento da impossibilidade de manutenção dos referidos contratos.

Todos os acontecimentos determinaram a paralisação das atividades operacionais (hibernação) da Usina a partir de 01 de abril de 2009. A partir dessa data estão previstas somente as manutenções necessárias para que a planta possa ainda retornar à sua operação normal. A Administração da controlada Uruguaiana continua estudando alternativas que garantam a sustentabilidade das suas operações.

Baseada nos eventos descritos acima, e de acordo com o disposto nos parágrafos 66 a 69 do CPC 14 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e o parágrafo 12.b do CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos, a controlada Uruguaiana concluiu que, em razão dos ambientes econômico-financeiro e operacional não terem se alterado em relação aos períodos anteriores, não há indicativo para revisão da provisão para redução do provável valor de realização de ativos, registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, sendo mantida provisão para cobertura integral do ativo imobilizado.

Os planos da controlada Uruguaiana para equacionamento de suas operações no atual cenário estão focados em negociações acerca do Contrato de Importação de Gás com seu fornecedor, a YPF, tendo em vista a contínua falta de fornecimento de gás natural à controlada Uruguaiana e solucionado o suprimento de gás natural, a Companhia continuará envidando esforços para buscar uma alternativa que viabilize a remuneração dos ativos da Usina.

Ao final de 2012 o Ministério de Minas e Energia (MME), em conjunto com a controlada Uruguaiana, Petrobrás, Sulgás, TSB (Transportadora Sulbrasileira de Gás) e ONS, iniciou as negociações para o retorno da operação da usina. Em outubro de 2012, a controlada Uruguaiana obteve a renovação da Licença de Operação da usina, concedida pelo IBAMA e necessária para seu funcionamento.

As operações foram reiniciadas parcialmente em 02 de fevereiro de 2013 com geração líquida de 96.586 MWh e de 142.203 MWh em março, meses em que a controlada Uruguaiana foi autorizada a operar pelo governo federal. Atualmente a controlada Uruguaiana está com suas atividades paralisadas novamente pelos motivos expostos nesta nota explicativa.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para sua operação a usina utilizou Gás Natural Liquefeito (GNL) e o transporte do combustível foi feito através da infraestrutura de gasodutos da Argentina, uma vez que a térmica situa-se próxima à fronteira com esse país.

A receita pela energia produzida neste período foi auferida por meio de liquidação no mercado Spot pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Encargo de Serviços do Sistema. O preço de venda por MWh da energia produzida é determinado pela ANEEL, baseando-se nos custos variáveis e fixos da controlada Uruguiana.

1.3 Dados sobre subsidiárias – comercializadora de energia e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica

AES Serviços – A AES Serviços é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, e tem por objetivo social: (a) compra, venda, importação e exportação de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; (b) prestação de serviços relacionados à geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (c) comercialização, importação e exportação de energia elétrica; (d) prestação de serviços relacionados a projetos de eficiência energética e de utilização de água; (e) participação em outras sociedades, bem como em licitações públicas; (f) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, sem especialidade definida.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

Em 12 de fevereiro de 2014, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração. Com base na proposta do Conselho de Administração, tais Demonstrações Contábeis serão submetidas à aprovação dos Acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, compreendem:

- a) As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.
- b) As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão identificadas como “Consolidado”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado da controlada Tietê que foi avaliado pelo seu valor atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as normas internacionais de contabilidade (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das demonstrações contábeis.

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas.

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.
- Apuração da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada é apresentada no balanço patrimonial consolidado, como parte integrante do patrimônio líquido e na demonstração do resultado consolidada a parcela atribuível aos acionistas controladores e não controladores é apresentada após o lucro líquido do período e/ou exercício, conforme o caso.

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas informações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		2013	2012
Controladas diretas:			
AES Elpa S.A. ("Elpa")	Holdings	98,26	98,26
AES Tietê S.A. ("Tietê")	Geração	52,55	52,55
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo")	Distribuição	4,44	4,44
AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços")	Comercializadora	100,00	100,00
AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("Uruguaiana")	Geração	100,00	100,00
Controladas indiretas:			
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo")	Distribuição	30,43	30,43
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração	52,55	52,55

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis são aplicadas uniformemente àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- *Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado* - são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.
- *Ativos financeiros mantidos até o vencimento* – são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia e suas controladas têm a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.
- *Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis* – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os recebíveis são ajustados posteriormente por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.
- *Ativos financeiros disponíveis para venda* – são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido da Companhia. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

(b) Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias, e outras contas a receber, como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva (“custo amortizado”). Os recebíveis podem ser ajustados por redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados, referentes aos serviços de distribuição, referente à venda de energia elétrica, incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres, a recomposição tarifária extraordinária, a energia livre e o desconto da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição-TUSD, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e são apresentados líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, demonstrada na nota explicativa nº 11 está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão deduzindo as rubricas do ativo que as originaram – vide notas explicativas nºs 5, 6, 9 e 10. O critério utilizado atualmente pela Companhia e suas controladas para constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

Consumidores -

- Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- Classe industrial e rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Serviços prestados / Acordos / Outros créditos -

- Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também análise individual pela Administração das contas julgadas de difícil recebimento.

As baixas de créditos enquadrados nos parâmetros de perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº 9.430/1996: faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças.

Os acordos de parcelamento dos Termos de Confissão de Dívida – TCD inadimplentes são provisionados pelo seu valor total, independentemente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, e revertidos (i) proporcionalmente ao valor recebido de cada parcela negociada e (ii) quando o montante amortizado for superior à 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados a crédito da conta de “Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa”.

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d) **Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro.

(e) **Baixa de ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia e suas controladas mantêm esse ativo financeiro registrado em seus livros e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 **Almoxarifado**

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Os materiais destinados às construções de itens do ativo intangível de concessão da controlada indireta Eletropaulo e imobilizado das suas controladas são classificados como imobilizações em curso.

3.3 **Contrato de concessão (ativo financeiro e intangível da concessão)**

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis.

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da controlada indireta Eletropaulo, e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A controlada indireta Eletropaulo possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a controlada indireta Eletropaulo mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a controlada indireta Eletropaulo verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela controlada indireta Eletropaulo para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A controlada indireta Eletropaulo entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a controlada indireta Eletropaulo concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da controlada indireta Eletropaulo de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato de concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. De acordo com o pronunciamento CPC 04 (IAS 38) - Ativo Intangível, a vida útil da concessão é finita e o ativo é completamente amortizado ao término da concessão.

A controlada indireta Eletropaulo agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção do ativo intangível de concessão em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo intangível de concessão em curso; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da controlada Tietê foram avaliados ao custo atribuído (“*deemed cost*”) na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados.

Os bens do ativo imobilizado das demais controladas são avaliados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados, e que foram considerados pela administração como sendo equivalente ao custo atribuído, na data de transição para as normas internacionais de contabilidade.

As controladas agregam mensalmente ao custo de construção do ativo imobilizado em curso os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado, até a data em que o item estiver disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A estimativa do valor residual do imobilizado da controlada Tietê leva em consideração a melhor estimativa de sua Administração, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação aplicável para concessões no tocante ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, e não amortizados ao final da concessão.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e ajustes ao seu provável valor de recuperação, quando necessário. Ativos intangíveis gerados internamente, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

No caso específico da controlada Tietê, o ativo intangível compreende principalmente o direito de a mesma operar como concessionária de uso do bem público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, pelo prazo de 30 anos.

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os intangíveis da controlada indireta Eletropaulo relacionam-se com seu direito de concessão.

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.6 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativos não financeiros)

As administrações da Companhia e de suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável de seus ativos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. O gerenciamento dos negócios da Companhia e de suas controladas considera que: i) uma rede integrada de distribuição e ii) todas as usinas hidroelétricas são unidades geradoras de caixa específicas. Sendo assim, as empresas relacionadas à distribuição de energia e geração de energia, foram avaliadas separadamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou, ainda, com investimentos futuros significativos que poderiam melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.7 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC18(R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento em conjunto, para fins de demonstrações contábeis da controladora (individuais).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas coligadas.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das coligadas.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas na mesma data base que a da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer provisão ao provável valor de recuperação sobre o investimento da Companhia em sua coligada, de acordo com o critério descrito na nota explicativa nº 3.7.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não, e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia e suas controladas registram provisões para todos os processos judiciais em que a probabilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja avaliada como provável e sobre os quais é possível realizar uma estimativa razoável do valor da provável saída de recursos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.9 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros pelo custo amortizado. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são deduzidos os custos de transação diretamente relacionados. Posteriormente são valorizados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas não têm registrado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a) **Liquidação de passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas baixam os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

(b) **Instrumentos financeiros – apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.10 Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum derivativo embutido em seus contratos.

3.11 Tributação

(a) **Impostos sobre as vendas**

As receitas de vendas das principais controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Na controlada Tietê

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00% (regime cumulativo) e 7,6% (regime não cumulativo);

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Na controlada indireta Eletropaulo

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% (regime não cumulativo) para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial, e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto sobre Serviços – ISS - 5% incidente sobre a prestação de serviços.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

(b) Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) **Imposto de renda e contribuição social – diferidos**

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas demonstrações contábeis de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requerem uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia e suas controladas.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia e suas controladas reconhecem um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão de os impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e/ou controladas e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.13 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro de 12 meses.

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas de elaboração das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes significativos derivados de ajustes a valor presente.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.15 Dividendos

Os dividendos aprovados para serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada de forma reflexa em relação aos lançamentos registrados por suas controladas na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e amortização, em função do registro da mais valia no ativo imobilizado (custo atribuído registrado pela controlada Tietê) e reavaliações na controlada indireta Eletropaulo, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia e nos dividendos das próprias controladas.

No encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra no passivo uma obrigação equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta de pagamento dos dividendos excedentes ao mínimo obrigatório na rubrica “proposto de distribuição de dividendos adicionais”, no patrimônio líquido.

A Administração da Companhia e suas controladas, suportada por pareceres legais externos, entende que não há obrigatoriedade da tributação de eventual excesso do lucro líquido ajustado, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em relação aos resultados fiscais (Medida Provisória 627/2013). Desta forma, o pagamento de dividendos está baseado nas regras contábeis e societárias vigentes, não havendo tributação quando da sua distribuição.

A Companhia e suas controladas distribuem juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

A política de distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio das companhias controladas seguem as mesmas diretrizes da Companhia, considerando os dividendos mínimos estipulados nos estatutos sociais de cada controlada.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.16 Pagamentos baseados em ações

A controladora indireta, The AES Corporation, mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela The AES Corporation são registradas nas controladas ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

De acordo com CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações, o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido das controladas, em conta específica que indica o compromisso futuro da The AES Corporation de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridos pelos funcionários das controladas. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital das controladas em favor da The AES Corporation.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas das principais controladas referem-se a:

(a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela controlada indireta Eletropaulo. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo que a receita de serviços é registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar o faturamento ao período de competência, os serviços prestados entre a data de corte da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

(b) Receita de fornecimento de energia elétrica

A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios da energia para o comprador com base na quantidade contratada. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

(d) Contratos de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela controlada indireta Eletropaulo são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada a construção de infraestrutura para alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica, a Administração da controlada indireta Eletropaulo registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

3.18 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.19 Benefícios a empregados

As controladas Eletropaulo e Tietê patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com bases em premissas e projeções são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal) e menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou de suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou às suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicação retrospectiva CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados

Durante o exercício, foi adotado o pronunciamento CPC 33(R1) - Benefícios a empregados, aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia e suas controladas, a aplicação desta norma requereu a descontinuação do método do corredor e consequente registro da perda atuarial não registrada em contrapartida a outros resultados abrangentes.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia e suas controladas deverão ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 estão apresentados abaixo. Vale ressaltar que os impactos são meramente para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	4	26	-	210.952	-	210.952
Investimentos de curto prazo	4	40.479	-	1.232.390	-	1.232.390
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	-	-	1.530.834	-	1.530.834
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6.1	15.040	-	266.354	-	266.354
Outros tributos compensáveis	6.2	-	-	183.349	-	183.349
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	32.1	13.606	-	-	-	-
Devedores diversos	-	-	-	2.352	-	2.352
Contas a receber - acordos	9	-	-	39.914	-	39.914
Outros créditos	10	435	-	150.396	-	150.396
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	-	-	-	-	-
Almoxarifado	-	-	-	63.936	-	63.936
Despesas pagas antecipadamente	-	4	-	3.672	-	3.672
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	69.590	-	69.590	3.684.149	-	3.684.149
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	-	-	33.121	-	33.121
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6.1	-	-	3.335	-	3.335
Outros tributos compensáveis	6.2	-	-	57.025	-	57.025
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	37.781	-	37.781	804.160	841.941
Tributos a recuperar	8	-	-	99.063	-	99.063
Cauções e depósitos vinculados	22	25.259	-	508.291	-	508.291
Contas a receber - acordos	9	-	-	15.163	-	15.163
Outros créditos	10	21.584	-	110.843	-	110.843
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos / estoque de gás	16	-	-	(54.173)	-	(54.173)
Ativo financeiro de concessão	12	-	-	1.181.937	-	1.181.937
Investimento	13	3.033.515	(652.748)	9.500	-	9.500
Imobilizado, líquido	14	-	-	3.551.765	-	3.551.765
Intangível	15	1.118.068	-	7.625.467	-	7.625.467
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	14	-	-	(422.713)	-	(422.713)
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.236.207	(652.748)	3.583.459	12.756.405	804.160	13.560.565
TOTAL DO ATIVO	4.305.797	(652.748)	3.653.049	16.440.554	804.160	17.244.714
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	17	122	-	1.430.630	-	1.430.630
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	33.859	-	33.859
Debêntures	19	-	-	363.143	-	363.143
Arrendamento financeiro	19	-	-	4.902	-	4.902
Subvenção governamental	20	-	-	760	-	760
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.1	-	-	395.305	-	395.305
Outros tributos a pagar	18.2	18	-	343.851	-	343.851
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27.2	-	-	63.449	-	63.449
Obrigações estimadas	-	-	-	122.233	-	122.233
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	5.658	-	5.658
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	-	-	81.805	-	81.805
Provisões para processos judiciais e outros	22	-	-	178.873	-	178.873
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	-	-	61.460	-	61.460
Outras obrigações	25	-	-	186.953	-	186.953
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	140	-	140	3.272.881	-	3.272.881
NÃO CIRCULANTE						
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	17	-	-	70.887	-	70.887
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	554.678	-	554.678
Debêntures	19	-	-	2.759.045	-	2.759.045
Arrendamento financeiro	19	-	-	3.052	-	3.052
Subvenção governamental	20	-	-	2.738	-	2.738
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	-	-	741.868	(159.452)	582.416
Obrigações com entidade de previdência privada	21	-	-	1.133.680	2.834.152	3.967.832
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	-	-	2.705	-	2.705
Provisões para processos judiciais e outros	22	26.736	-	405.192	-	405.192
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	-	-	26.935	-	26.935
Contas a pagar a partes relacionadas	32.1	24.123	-	9.010	-	9.010
Obrigações estimadas	-	-	-	20.713	-	20.713
Reserva de reversão	-	-	-	66.085	-	66.085
Outras obrigações	25	-	-	27.051	-	27.051
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	50.859	-	50.859	5.823.639	2.674.700	8.498.339
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social subscrito e integralizado	26	2.960.708	-	2.960.708	-	2.960.708
Reservas de lucros:						
- Legal	27.2	179.263	-	179.263	-	179.263
- Estatutária	27.2	138.432	-	138.432	-	138.432
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	27.2	126.773	-	126.773	-	126.773
Ajustes de avaliação patrimonial	26	849.622	-	849.622	-	849.622
Outros resultados abrangentes	26	-	(652.748)	-	(652.748)	(652.748)
Subtotal	4.254.798	(652.748)	3.602.050	4.254.798	(652.748)	3.602.050
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	3.089.236	(1.217.792)	1.871.444
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.254.798	(652.748)	3.602.050	7.344.034	(1.870.540)	5.473.494
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.305.797	(652.748)	3.653.049	16.440.554	804.160	17.244.714

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

	Notas	Controladora			Consolidado		
		2012			2012		
		Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	-	-	-	10.099.789	-	10.099.789
CUSTOS OPERACIONAIS							
Custo com Energia Elétrica/Gás							
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	-	(3.390.184)	-	(3.390.184)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		-	-	-	(210.785)	-	(210.785)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	(1.589.492)	-	(1.589.492)
Taxa de fiscalização		-	-	-	(30.941)	-	(30.941)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		-	-	-	(68.354)	-	(68.354)
Gás comprado para geração de energia elétrica		-	-	-	(20)	-	(20)
Custo de Operação							
Pessoal e administradores		(83)	-	(83)	(618.954)	-	(618.954)
Entidade de previdência privada	21	-	-	-	(168.943)	(80.200)	(249.143)
Serviços de terceiros		(3.280)	-	(3.280)	(606.411)	-	(606.411)
Material		(1)	-	(1)	(69.985)	-	(69.985)
Custo de construção		-	-	-	(831.115)	-	(831.115)
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(39.031)	-	(39.031)
Provisão para processos judiciais e outros		(11)	-	(11)	(74.052)	-	(74.052)
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização		-	-	-	20.254	-	20.254
Depreciação e amortização		-	-	-	(638.390)	-	(638.390)
Outras receitas e custos	29	(349)	-	(349)	(230.619)	-	(230.619)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(3.724)	-	(3.724)	(8.547.022)	(80.200)	(8.627.222)
RESULTADO DO SERVIÇO		(3.724)	-	(3.724)	1.552.767	(80.200)	1.472.567
Resultado de equivalência patrimonial	13	423.064	(18.458)	404.606	-	-	-
Amortização de intangível de concessão	15	(98.297)	-	(98.297)	(144.243)	-	(144.243)
RESULTADO FINANCEIRO							
Receitas financeiras	30	13.269	-	13.269	304.051	-	304.051
Despesas financeiras	30	(1.543)	-	(1.543)	(501.235)	-	(501.235)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	30	(262)	-	(262)	102.316	-	102.316
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		11.464	-	11.464	(94.868)	-	(94.868)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		332.507	(18.458)	314.049	1.313.656	(80.200)	1.233.456
Contribuição social		-	-	-	(126.131)	-	(126.131)
Imposto de renda		-	-	-	(340.439)	-	(340.439)
Contribuição social diferida		2.143	-	2.143	(2.718)	7.218	4.500
Imposto de renda diferido		5.954	-	5.954	(7.840)	20.050	12.210
TOTAL DOS TRIBUTOS	31	8.097	-	8.097	(477.128)	27.268	(449.860)
Resultado líquido das operações continuadas		340.604	(18.458)	322.146	836.528	(52.932)	783.596
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.1	340.604	(18.458)	322.146	836.528	(52.932)	783.596
Atribuído a sócios da empresa controladora		340.604	(18.458)	322.146	340.604	(18.458)	322.146
Atribuído a sócios não controladores		-	-	-	495.924	(34.474)	461.450
Resultado por ação ON	27.1	0,52401	-	0,49561	0,52401	-	0,49561
Resultado por ação PN	27.1	0,52401	-	0,49561	0,52401	-	0,49561

Reconciliação da demonstração dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	340.604	(18.458)	322.146	836.528	(52.932)	783.596
Outros resultados abrangentes						
Atualização do ativo financeiro de controlada	(38.517)	-	(38.517)	(110.454)	-	(110.454)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	13.096	-	13.096	37.554	-	37.554
	(25.421)	-	(25.421)	(72.900)	-	(72.900)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	315.183	(18.458)	296.725	763.628	(52.932)	710.696
Atribuído a sócios da empresa controladora				315.183	(18.458)	296.725
Atribuído a sócios não controladores				448.445	(34.474)	413.971

Reconciliação dos saldos iniciais e finais das demonstrações das mutações do patrimônio líquido após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Patrimônio líquido originalmente emitido	4.254.798	4.617.591	7.344.034	8.059.064
Ajustes reflexos líquidos de imposto de renda e contribuição social	(634.290)	(277.537)	(1.790.340)	(795.893)
Ajuste ao resultado do período	(18.458)	-	(80.200)	-
Patrimônio Líquido reapresentado	3.602.050	4.340.054	5.473.494	7.263.171

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

Descrição	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
Caixa Líquido Atividades Operacionais	749.022	-	749.022	1.472.516	-	1.472.516
Caixa Gerado nas Operações	737.798	-	737.798	2.315.379	-	2.315.379
Lucro líquido do exercício	340.604	(18.458)	322.146	340.604	(18.458)	322.146
Depreciação e amortização	-	-	-	638.390	-	638.390
Amortização do Intangível de concessão	98.297	-	98.297	144.243	-	144.243
Amortização do uso do bem público (UBP)	-	-	-	2.690	-	2.690
Variação monetária/cambial	262	-	262	(15.575)	-	(15.575)
Atualização do ativo financeiro de concessão	-	-	-	15.119	-	15.119
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	61.166	-	61.166
Provisão para processos judiciais e outros	11	-	11	130.641	-	130.641
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	-	-	-	393.235	-	393.235
Fundo de pensão/Plano de assistência - Deliberação CVM 695	-	-	-	165.888	80.200	246.088
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(10.998)	-	(10.998)	(161.107)	-	(161.107)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	-	-	-	97.257	-	97.257
Resultado da equivalência patrimonial	(431.747)	18.458	(413.289)	-	-	-
Perdas em Investimentos	8.683	-	8.683	21.501	-	21.501
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	-	-	-	(20.254)	-	(20.254)
Tributos e contribuições sociais diferidos	(8.097)	-	(8.097)	10.558	(27.268)	(16.710)
Ações e opções de ações outorgadas	-	-	-	1.112	-	1.112
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio recebidos	740.783	-	740.783	4.031	-	4.031
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	495.924	(34.474)	461.450
Ganho na alienação de bens do ativo imobilizado	-	-	-	(10.044)	-	(10.044)
Variações nos Ativos e Passivos	11.224	-	11.224	(832.547)	-	(832.547)
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	-	-	-	(181.461)	-	(181.461)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(149)	-	(149)	(163.675)	-	(163.675)
Outros tributos compensáveis	1	-	1	(45.056)	-	(45.056)
Serviços prestados	-	-	-	(180)	-	(180)
Almoxarifado	-	-	-	(11.383)	-	(11.383)
Contas a receber - Acordos	-	-	-	38.244	-	38.244
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	11.842	-	11.842
Outros créditos	(1.067)	-	(1.067)	(9.892)	-	(9.892)
Fornecedores	(434)	-	(434)	401.816	-	401.816
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(4.938)	-	(4.938)	11.874	-	11.874
Outros tributos a pagar	1.493	-	1.493	(111.975)	-	(111.975)
Pagamento de processos judiciais e outros	-	-	-	(157.789)	-	(157.789)
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	-	-	-	(44.656)	-	(44.656)
Pesquisa e desenvolvimento & Eficiência energética	-	-	-	(62.214)	-	(62.214)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	16.318	-	16.318	163.919	-	163.919
Juros pagos (encargos de dívidas)	-	-	-	(408.915)	-	(408.915)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-	-	-	(260.812)	-	(260.812)
Saída do caixa da controlada indireta AES Minas - Atividades operacionais	-	-	-	(2.234)	-	(2.234)
Outros	-	-	-	(10.316)	-	(10.316)
Devedores diversos	-	-	-	1.197	-	1.197
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	(966)	-	(966)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	1.083	-	1.083
Obrigações estimadas	-	-	-	7.812	-	7.812
Outras obrigações	-	-	-	(19.442)	-	(19.442)
Caixa Líquido Atividades de Investimento	198.197	-	198.197	83.896	-	83.896
Adições para os ativos financeiro e intangível de concessão	-	-	-	(1.014.971)	-	(1,014,971)
Consumidores - participação financeira	-	-	-	184.333	-	184.333
Aplicações em investimentos de curto prazo	(179.829)	-	(179.829)	(9.876.137)	-	(9,876,137)
Resgates de investimentos de curto prazo	381.680	-	381.680	10.667.596	-	10,667,596
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(3.654)	-	(3,654)	54.474	-	54,474
Alienação de investimentos	-	-	-	20.295	-	20,295
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	46.106	-	46,106
Saída do caixa da controlada indireta AES Minas - Atividades de investimentos	-	-	-	2.200	-	2,200
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(947.468)	-	(947.468)	(1.553.367)	-	(1,553,367)
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	-	-	-	1.371.093	-	1,371,093
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(947.468)	-	(947,468)	(1,858,896)	-	(1,858,896)
Imposto de Renda s/ Juros sobre capital próprio	-	-	-	(10.076)	-	(10,076)
Pagamento de empréstimos	-	-	-	(1,030,880)	-	(1,030,880)
Custo de empréstimos	-	-	-	(16.748)	-	(16,748)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-	-	-	(7.860)	-	(7,860)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(249)	-	(249)	3.045	-	3,045
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	275	-	275	207.907	-	207,907
Saldo final de Caixa e Equivalentes	26	-	26	210.952	-	210,952
Informações adicionais:						
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	1.277	-	1.277	612.164	-	612,164

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação da demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
1. RECEITAS	-	-	-	15.533.017	-	15.533.017
Receita bruta de vendas de energia e serviços	-	-	-	15.572.048	-	15.572.048
Fornecimento de energia elétrica (distribuidora)	-	-	-	7.075.636	-	7.075.636
Residencial	-	-	-	6.622.458	-	6.622.458
Comercial	-	-	-	4.125.763	-	4.125.763
Industrial	-	-	-	1.910.996	-	1.910.996
Rural	-	-	-	3.661	-	3.661
Poder público	-	-	-	418.275	-	418.275
Iluminação pública	-	-	-	181.580	-	181.580
Serviço público	-	-	-	189.605	-	189.605
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	9	-	9
Remuneração do ativo financeiro	-	-	-	156.661	-	156.661
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	(6.533.372)	-	(6.533.372)
Outras	-	-	-	8.496.412	-	8.496.412
Suprimento de energia elétrica (geradoras)	-	-	-	257.613	-	257.613
Pis/Cofins Diferença de alíquota e Não Faturado	-	-	-	309	-	309
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda	-	-	-	(23.845)	-	(23.845)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos	-	-	-	(75.000)	-	(75.000)
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	6.533.372	-	6.533.372
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	-	-	-	755.675	-	755.675
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda (TUSD)	-	-	-	(10.474)	-	(10.474)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos (TUSD)	-	-	-	(11.935)	-	(11.935)
Remuneração do ativo financeiro (TUSD)	-	-	-	12.358	-	12.358
Venda de energia no curto prazo	-	-	-	103.015	-	103.015
Receita relativa à construção de ativos próprios	-	-	-	831.115	-	831.115
Ressarcimento - Leilões de energia	-	-	-	-	-	-
Subvenção de recursos da CDE	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	124.209	-	124.209
(Provisão) Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(39.031)	-	(39.031)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.641)	-	(3.641)	(7.570.237)	-	(7.570.237)
Materiais	(1)	-	(1)	(71.570)	-	(71.570)
Outros custos operacionais	(360)	-	(360)	(231.839)	-	(231.839)
Custo da energia comprada e transmissão	-	-	-	(5.820.459)	-	(5.820.459)
Serviços de terceiros	(3.280)	-	(3.280)	(615.234)	-	(615.234)
Construção de ativos próprios	-	-	-	(831.115)	-	(831.115)
Gás e transporte de gás	-	-	-	(20)	-	(20)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(3.641)	-	(3.641)	7.962.780	-	7.962.780
4. RETENÇÕES	(98.297)	-	(98.297)	(782.633)	-	(782.633)
Depreciação e amortização	-	-	-	(638.390)	-	(638.390)
Amortização de intangível de concessão	(98.297)	-	(98.297)	(144.243)	-	(144.243)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(101.938)	-	(101.938)	7.180.147	-	7.180.147
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	436.333	(18.458)	417.875	304.051	-	304.051
Resultado da equivalência patrimonial	423.064	(18.458)	404.606	-	-	-
Receitas financeiras	13.269	-	13.269	304.051	-	304.051
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	334.395	(18.458)	315.937	7.484.198	-	7.484.198
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Empregados	83	-	83	686.482	80.200	766.682
Salários e encargos	-	-	-	378.219	-	378.219
Honorários da diretoria	83	-	83	9.519	-	9.519
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	-	-	-	81.765	-	81.765
Previdência privada	-	-	-	168.943	80.200	249.143
FGTS	-	-	-	48.479	-	48.479
Outros	-	-	-	(443)	-	(443)
Tributos (Governos)	(6.619)	-	(6.619)	5.541.555	(27.268)	5.514.287
Federais	(6.619)	-	(6.619)	1.371.343	(27.268)	1.344.075
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.097)	-	(8.097)	477.128	(27.268)	449.860
Cofins	1.214	-	1.214	651.403	-	651.403
Pis	264	-	264	141.397	-	141.397
INSS	-	-	-	71.184	-	71.184
Encargos sociais - Outros	-	-	-	30.231	-	30.231
Estaduais	-	-	-	2.787.994	-	2.787.994
ICMS	-	-	-	2.787.258	-	2.787.258
Outros	-	-	-	736	-	736
Municipais	-	-	-	27.842	-	27.842
ISS	-	-	-	584	-	584
IPTU	-	-	-	26.217	-	26.217
Outros	-	-	-	1.041	-	1.041
Encargos setoriais	-	-	-	1.354.376	-	1.354.376
RGR - Reserva global de reversão	-	-	-	70.003	-	70.003
CCC - Conta de consumo de combustíveis	-	-	-	524.224	-	524.224
CDE - Conta de desenvolvimento energético	-	-	-	493.840	-	493.840
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	9	-	9
P&D, Eficiência, FNDCT e EPE	-	-	-	100.240	-	100.240
Encargos do consumidor - Proinfa	-	-	-	42.974	-	42.974
Encargos do consumidor - Lei nº 12.111	-	-	-	23.791	-	23.791
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	-	30.941	-	30.941
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	68.354	-	68.354
Financiadores	327	-	327	419.633	-	419.633
Juros e atualizações monetárias/cambiais	326	-	326	395.974	-	395.974
Aluguéis	1	-	1	23.659	-	23.659
Lucro do Exercício	340.604	(18.458)	322.146	340.604	(18.458)	322.146
Dividendos	320.613	(18.458)	302.155	320.613	(18.458)	302.155
Constituição de reserva legal	19.991	-	19.991	19.991	-	19.991
Participação dos acionistas minoritários	-	-	-	495.924	(34.474)	461.450
	334.395	(18.458)	315.937	7.484.198	-	7.484.198

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação do balanço patrimonial dos saldos de abertura em 01.01.2012 após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

	Controladora						Consolidado					
	Em 1º de janeiro de 2012			Em 1º de janeiro de 2012			Em 1º de janeiro de 2012			Em 1º de janeiro de 2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO												
CIRCULANTE												
	Notas											
Caixa e equivalentes de caixa	4	275	-	275	207.907	-	207.907	-	207.907	-	-	207.907
Investimentos de curto prazo	4	246.758	-	246.758	2.037.870	-	2.037.870	-	2.037.870	-	-	2.037.870
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	-	-	-	1.452.413	-	1.452.413	-	1.452.413	-	-	1.452.413
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6.1	12.987	-	12.987	86.613	-	86.613	-	86.613	-	-	86.613
Outros tributos compensáveis	6.2	1	-	1	86.589	-	86.589	-	86.589	-	-	86.589
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	32.1	39.481	-	39.481	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores diversos		-	-	-	3.554	-	3.554	-	3.554	-	-	3.554
Contas a receber - acordos	9	-	-	-	13.197	-	13.197	-	13.197	-	-	13.197
Contas a receber de partes relacionadas	32.1	-	-	-	11.753	-	11.753	-	11.753	-	-	11.753
Outros créditos	10	438	-	438	112.332	-	112.332	-	112.332	-	-	112.332
Almoxarifado		-	-	-	52.553	-	52.553	-	52.553	-	-	52.553
Despesas pagas antecipadamente		4	-	4	2.726	-	2.726	-	2.726	-	-	2.726
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		299.944	-	299.944	4.067.507	-	4.067.507	-	4.067.507	-	-	4.067.507
ATIVO NÃO CIRCULANTE												
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	-	-	-	33.121	-	33.121	-	33.121	-	-	33.121
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6.1	-	-	-	22.255	-	22.255	-	22.255	-	-	22.255
Outros tributos compensáveis	6.2	-	-	-	108.739	-	108.739	-	108.739	-	-	108.739
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	29.685	-	29.685	29.685	258.829	29.685	258.829	288.514	-	-	288.514
Tributos a recuperar	8	-	-	-	109.411	-	109.411	-	109.411	-	-	109.411
Cauções e depósitos vinculados	22	19.949	-	19.949	580.485	-	580.485	-	580.485	-	-	580.485
Contas a receber - acordos	9	-	-	-	40.811	-	40.811	-	40.811	-	-	40.811
Outros créditos	10	20.263	-	20.263	160.079	-	160.079	-	160.079	-	-	160.079
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos / estoque de gás	16	-	-	-	(49.727)	-	(49.727)	-	(49.727)	-	-	(49.727)
Ativo financeiro de concessão	12	-	-	-	1.041.813	-	1.041.813	-	1.041.813	-	-	1.041.813
Investimento	13	3.351.161	(277.537)	3.073.624	9.500	-	9.500	-	9.500	-	-	9.500
Imobilizado, líquido	14	-	-	-	3.612.618	-	3.612.618	-	3.612.618	-	-	3.612.618
Intangível	15	1.216.365	-	1.216.365	7.884.821	-	7.884.821	-	7.884.821	-	-	7.884.821
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	14	-	-	-	(447.412)	-	(447.412)	-	(447.412)	-	-	(447.412)
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.637.423	(277.537)	4.359.886	13.136.199	258.829	13.136.199	258.829	13.395.028	-	-	13.395.028
TOTAL DO ATIVO		4.937.367	(277.537)	4.659.830	17.203.706	258.829	17.203.706	258.829	17.462.535	-	-	17.462.535
PASSIVO												
CIRCULANTE												
Fornecedores	17	556	-	556	1.018.990	-	1.018.990	-	1.018.990	-	-	1.018.990
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	88.872	-	88.872	-	88.872	-	-	88.872
Debêntures	19	-	-	-	268.808	-	268.808	-	268.808	-	-	268.808
Arrendamento financeiro	19	-	-	-	8.203	-	8.203	-	8.203	-	-	8.203
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.1	4.938	-	4.938	383.484	-	383.484	-	383.484	-	-	383.484
Outros tributos a pagar	18.2	4	-	4	466.570	-	466.570	-	466.570	-	-	466.570
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27.2	267.478	-	267.478	426.499	-	426.499	-	426.499	-	-	426.499
Obrigações estimadas		-	-	-	112.174	-	112.174	-	112.174	-	-	112.174
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	4.575	-	4.575	-	4.575	-	-	4.575
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	-	-	-	102.078	-	102.078	-	102.078	-	-	102.078
Provisões para processos judiciais e outros	22	155	-	155	223.725	-	223.725	-	223.725	-	-	223.725
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	-	-	-	53.327	-	53.327	-	53.327	-	-	53.327
Outras obrigações	25	2	-	2	185.420	-	185.420	-	185.420	-	-	185.420
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		273.133	-	273.133	3.342.725	-	3.342.725	-	3.342.725	-	-	3.342.725
PASSIVO NÃO CIRCULANTE												
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	17	-	-	-	70.887	-	70.887	-	70.887	-	-	70.887
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	715.012	-	715.012	-	715.012	-	-	715.012
Debêntures	19	-	-	-	2.334.958	-	2.334.958	-	2.334.958	-	-	2.334.958
Arrendamento financeiro	19	-	-	-	4.317	-	4.317	-	4.317	-	-	4.317
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	-	-	-	771.117	(151.177)	619.940	-	619.940	-	-	619.940
Obrigações com entidade de previdência privada	21	-	-	-	1.230.546	1.205.899	2.436.445	-	2.436.445	-	-	2.436.445
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	-	-	-	27.088	-	27.088	-	27.088	-	-	27.088
Provisões para processos judiciais e outros	22	23.448	-	23.448	407.266	-	407.266	-	407.266	-	-	407.266
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	-	-	-	89.002	-	89.002	-	89.002	-	-	89.002
Contas a pagar a partes relacionadas	32.1	23.195	-	23.195	9.010	-	9.010	-	9.010	-	-	9.010
Obrigações estimadas		-	-	-	21.062	-	21.062	-	21.062	-	-	21.062
Reserva de reversão		-	-	-	66.085	-	66.085	-	66.085	-	-	66.085
Outras obrigações	25	-	-	-	55.567	-	55.567	-	55.567	-	-	55.567
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		46.643	-	46.643	5.801.917	1.054.722	6.856.639	-	6.856.639	-	-	6.856.639
PATRIMÔNIO LÍQUIDO												
Capital social subscrito e integralizado	26	2.960.708	-	2.960.708	2.960.708	-	2.960.708	-	2.960.708	-	-	2.960.708
Reservas de lucros:												
- Legal	27.2	159.445	-	159.445	159.445	-	159.445	-	159.445	-	-	159.445
- Estatutária	27.2	138.432	-	138.432	138.432	-	138.432	-	138.432	-	-	138.432
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	27.2	428.221	-	428.221	428.221	-	428.221	-	428.221	-	-	428.221
Ajustes de avaliação patrimonial	26	930.785	-	930.785	930.785	-	930.785	-	930.785	-	-	930.785
Outros resultados abrangentes	26	-	(277.537)	(277.537)	-	(277.537)	(277.537)	-	(277.537)	-	-	(277.537)
Subtotal		4.617.591	(277.537)	4.340.054	4.617.591	(277.537)	4.340.054	(277.537)	4.340.054	(277.537)	(277.537)	4.340.054
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	3.441.473	(518.356)	2.923.117	-	2.923.117	-	-	2.923.117
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.617.591	(277.537)	4.340.054	8.059.064	(795.893)	7.263.171	(795.893)	7.263.171	-	-	7.263.171
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.937.367	(277.537)	4.659.830	17.203.706	258.829	17.462.535	258.829	17.462.535	-	-	17.462.535

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.20 Contratos de arrendamento (*Leasing*)

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pelas controladas (*arrendamento mercantil financeiro*) estão registrados como um ativo imobilizado dessas controladas em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. O arrendamento é reconhecido inicialmente por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, calculado com base na taxa de juros implícita no arrendamento ou com base na taxa incremental de financiamento das controladas. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário, quando aplicável, são adicionados como parte do custo do ativo. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor. Os juros são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.21 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, para o qual haja informação financeira individualizada disponível, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e de suas controladas para a tomada de decisões sobre a alocação de recursos ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição e outra de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui os seguintes segmentos passíveis de divulgação:

- Distribuição de energia – Eletropaulo;
- Geração de energia – Tietê e Uruguaiana;
- Outros

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.22 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, bem como adote premissas que impactam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) Vida útil dos bens do imobilizado

Controlada Tietê - conforme descrito na nota explicativa nº 3.5, utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e os preceitos do laudo de avaliação na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. Consequentemente os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas pela ANEEL e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da Administração da controlada Tietê, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Controlada indireta Eletropaulo - os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, em bases anuais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota explicativa nº 3.7). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estima que os valores contábeis serão recuperados através de suas operações futuras.

(c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.20, as controladas Eletropaulo e Tietê patrocinam planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

As principais premissas utilizadas estão descritas a seguir:

Taxa de desconto: de acordo com o pronunciamento CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional. Ao determinar a taxa de desconto adequada, consideram-se as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido.

Taxa de mortalidade: a taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Fundação CESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação: aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, é feito levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos: de acordo com o pronunciamento CPC 33(R1) Benefícios a Empregados, a taxa esperada de retorno dos ativos do plano será a mesma utilizada para descontar o valor do passivo.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 33.

(f) Provisão para processos judiciais e outros

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.10, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para processos judiciais e outros quando é provável que haja uma saída de recursos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, devido a mudanças nas circunstâncias ou fatos novos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

(g) Amortização do intangível de concessão

Controlada indireta Eletropaulo - os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

A controlada indireta Eletropaulo utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.23 Demonstração do resultado

A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.

3.24 Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Compensação de ativos e passivos financeiros.
- Alteração ao IFRS 10 - Entidades para Investimentos — Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas: Entidades de Investimentos.
- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Divulgação dos valores recuperáveis para ativos não financeiros.

Os possíveis impactos decorrentes dessa adoção serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

<u>Caixa e Equivalentes de caixa</u>	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tipo de operação				
Numerário disponível	20	26	7.696	81.562
Numerário em trânsito	-	-	55.897	33.555
CDB-DI (i)	-	-	26.314	39.252
Operação compromissada (i)	-	-	182.089	56.583
	20	26	271.996	210.952

<u>Investimentos de curto prazo</u>	2013	2012	2013	2012
Tipo de operação				
CDB-DI (i)	42.696	16.223	255.270	240.129
Operação compromissada (i)	71.838	24.256	972.593	855.721
Fundo de investimento (ii)	-	-	101.092	113.609
Títulos públicos (iii)	-	-	39.360	22.931
	114.534	40.479	1.368.315	1.232.390

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

(i) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (*) foram remunerados, em média, no caso da Companhia a 98,57% do CDI (101,97% em 31 de dezembro de 2012), e nas controladas variando de 99,88% a 102,62% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (99,86% a 102,69% em 31 de dezembro de 2012), e têm características de liquidez imediata.

(ii) Trata-se de um fundo de investimento administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado exclusivamente a receber recursos das controladas e cujo objetivo é o de buscar rentabilidade compatível com investimentos tradicionais de renda fixa, mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido em ativos relacionados diretamente com taxa de juros doméstica ou índices de preço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os ativos desse fundo eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.

(iii) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na Cetip.

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias

	Consolidado					
	2013					
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90				
CIRCULANTE						
Consumidores:						
Residencial	228.394	189.188	24.684	442.266	(34.380)	407.886
Industrial	72.816	19.421	11.387	103.624	(9.317)	94.307
Comercial	197.311	27.308	14.393	239.012	(16.168)	222.844
Rural	125	35	8	168	-	168
Poder público:						
Federal	3.423	786	122	4.331	(284)	4.047
Estadual	10.422	170	113	10.705	(17)	10.688
Municipal	11.519	2.387	1.368	15.274	(283)	14.991
Iluminação pública	12.816	1.774	289	14.879	(62)	14.817
Serviço público	16.946	81	9.487	26.514	(940)	25.574
Total - Faturado	553.772	241.150	61.851	856.773	(61.451)	795.322
Não Faturado	408.930	-	-	408.930	-	408.930
Total - Não Faturado	408.930	-	-	408.930	-	408.930
Total	962.702	241.150	61.851	1.265.703	(61.451)	1.204.252
Revendedores, concessionárias e permissionárias:						
Encargos de uso da rede	61	-	-	61	-	61
Revendedores	-	-	4.248	4.248	(4.248)	-
Energia no curto prazo - CCEE	40.928	-	-	40.928	-	40.928
Energia livre	13.075	-	-	13.075	-	13.075
Ressarcimento - Leilões de energia	4.427	-	-	4.427	-	4.427
Total	58.491	-	4.248	62.739	(4.248)	58.491
Total - CIRCULANTE	1.021.193	241.150	66.099	1.328.442	(65.699)	1.262.743
NÃO CIRCULANTE						
Revendedores, concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	33.121	-	-	33.121	-	33.121
Total - NÃO CIRCULANTE	33.121	-	-	33.121	-	33.121
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.054.314	241.150	66.099	1.361.563	(65.699)	1.295.864

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 11.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	2012					
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90				
CIRCULANTE						
Consumidores:						
Residencial	278.769	245.420	34.977	559.166	(47.661)	511.505
Industrial	65.818	34.066	24.980	124.864	(21.941)	102.923
Comercial	188.218	66.099	21.142	275.459	(12.348)	263.111
Rural	140	76	7	223	(1)	222
Poder público:						
Federal	3.086	867	243	4.196	(352)	3.844
Estadual	11.508	3.208	2.395	17.111	(2.132)	14.979
Municipal	13.695	4.015	6.198	23.908	(4.639)	19.269
Iluminação pública	15.040	3.463	1.276	19.779	(446)	19.333
Serviço público	11.032	12.272	2.373	25.677	(2.253)	23.424
Total - Faturado	587.306	369.486	93.591	1.050.383	(91.773)	958.610
Não Faturado	528.631	-	-	528.631	-	528.631
Total - Não Faturado	528.631	-	-	528.631	-	528.631
Total	1.115.937	369.486	93.591	1.579.014	(91.773)	1.487.241
Revendedores, concessionárias e permissionárias:						
Encargos de uso da rede	140	-	-	140	-	140
Revendedores	-	-	4.248	4.248	(4.248)	-
Energia no curto prazo - CCEE	26.604	-	-	26.604	-	26.604
Energia livre	13.075	-	-	13.075	-	13.075
Ressarcimento - Leilões de energia	2.798	-	-	2.798	-	2.798
Outros clientes	976	-	-	976	-	976
Total	43.593	-	4.248	47.841	(4.248)	43.593
Total - CIRCULANTE	1.159.530	369.486	97.839	1.626.855	(96.021)	1.530.834
NÃO CIRCULANTE						
Revendedores, concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	33.121	-	-	33.121	-	33.121
Total - NÃO CIRCULANTE	33.121	-	-	33.121	-	33.121
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.192.651	369.486	97.839	1.659.976	(96.021)	1.563.955

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 11.

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Os consumidores da controlada indireta Eletropaulo escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, sobre as faturas desses consumidores incidem juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor dessas faturas.

Na condição de prestação de serviço público de distribuição, a controlada indireta Eletropaulo deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Tributos e contribuições sociais compensáveis

6.1 Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>				
Imposto de renda	18.819	15.040	64.143	202.554
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	7.084	63.800
Total	18.819	15.040	71.227	266.354
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Imposto de renda	-	-	-	3.335
Total	-	-	-	3.335

6.2 Outros tributos compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>				
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	2.417	2.275
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	64.528	68.166
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Diferença de alíquota - Condomínios (i)	-	-	44.634	-
ICMS - Transferência de créditos (ii)	-	-	11.400	2.403
PIS - Crédito tributário (iii)	-	-	-	84.782
PIS / COFINS	-	-	30.764	27.512
Outros	-	-	164	174
Total	-	-	153.907	185.312
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº. 11	-	-	(1.429)	(1.963)
Total Líquido	-	-	152.478	183.349
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	50.804	53.607
PIS / COFINS	-	-	-	3.418
Total	-	-	50.804	57.025

- (i) Valor de ICMS arrecadado a maior e repassado ao Estado de São Paulo, o que gerou para a controlada indireta Eletropaulo um saldo de ICMS a recuperar sobre a cobrança efetuada a maior, em contrapartida do valor a ser devolvido aos clientes na forma de crédito nas faturas de energia – ver nota explicativa nº 25.
- (ii) Transferência de créditos acumulados de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, em favor da controlada indireta Eletropaulo, em consonância com o Artigo 84 do Decreto 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda – SEFAZ, para compensação de ICMS que a controlada indireta Eletropaulo recolherá para a SEFAZ - SP.
- (iii) Ação judicial que busca o reconhecimento dos créditos de PIS originados pelas alterações contidas nos decretos 2.445 e 2.449 de 1988, na medida em que a cobrança de tais quantias foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Houve decisão favorável definitiva em maio de 2012. O crédito de PIS foi totalmente compensado com saldos de tributos federais a pagar.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos e contribuições sociais diferidos

7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido e efeitos em resultado	Controladora			
	Balanço Patrimonial		Resultado	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	24.479	24.479	-	8.657
Adições temporárias (ágio)	15.162	15.162	-	-
Outros	(2.410)	(1.860)	(550)	(560)
Total controladora	37.231	37.781	(550)	8.097

Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido e efeitos em resultado	Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado	
	2013	2012	2013	2012
Provisão de benefício a empregados	284.369	257.794	26.575	(33.246)
Provisão para processos judiciais e outros	182.441	169.474	12.967	2.840
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	78.842	119.535	(40.693)	(18.525)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios para fins de CPC	(219.439)	(245.073)	25.634	(199.306)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.208.313)	(1.288.484)	80.171	84.859
Ajustes de avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	454.762	963.612	-	-
Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa	151.418	192.020	(40.602)	176.197
Atualização do ativo financeiro de concessão	(34.381)	5.140	(39.521)	5.140
Diferença na taxa de depreciação/amortização	113.249	102.313	10.936	-
Ativo intangível - uso do bem público	(14.635)	(15.549)	914	915
Outros	(15.004)	(1.257)	(13.747)	8.184
Subtotal	(226.691)	259.525	22.634	27.058
Benefício fiscal gerado por incorporação de ágio - controlada Tietê	-	-	(9.926)	(10.348)
Total consolidado	(226.691)	259.525	12.708	16.710

Movimentação dos tributos diferidos	2013
	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2012 (reapresentado)	(331.426)
Impacto no resultado	16.710
Impacto no patrimônio líquido	574.241
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	259.525
Impacto no resultado	22.634
Impacto no patrimônio líquido	(508.850)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(226.691)

Conforme orientação contida no CPC 32 os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição abaixo:

Tributos Diferidos	2013					
	Controladora Brasileira	Controlada Elpa	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Controlada AES Serviços	Consolidado Total
Ativo	39.641	-	1.250.051	33.609	242	1.323.543
Passivo	(2.410)	(1.426)	(971.173)	(575.225)	-	(1.550.234)
Total líquido	37.231	(1.426)	278.878	(541.616)	242	(226.691)

Composição das rubricas:-

Ativo	37.231	-	278.878	-	242	316.351
Passivo	-	(1.426)	-	(541.616)	-	(543.042)

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7.2 Estimativa de recuperação dos créditos fiscais

Com base nos estudos técnicos de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia e suas controladas estimam recuperar esses créditos nos seguintes exercícios:

	2013			
	Controladora	Consolidado		
	Tributos Diferidos Ativos (IR e CS)	Tributos Diferidos Ativos (IR e CS)	Tributos à Recuperar (*)	Total
2014	-	281.698	9.276	290.974
2015	-	147.616	8.635	156.251
2016	3.263	158.997	7.990	166.987
2017	3.037	137.337	7.416	144.753
2018	3.184	148.438	6.863	155.301
2019 a 2021	7.282	369.053	17.696	386.749
2022 a 2024	11.661	37.162	14.009	51.171
2025 a 2027	11.214	34.962	11.103	46.065
2028	-	8.280	6.149	14.429
	39.641	1.323.543	89.137	1.412.680

A Companhia e suas controladas submeteram para aprovação do Conselho de Administração e exame do Conselho Fiscal, o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários em 22 de janeiro de 2014.

(*) A estimativa de realização de tributos a recuperar foi definida através de Ofício ANEEL – Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritos na nota explicativa nº. 8.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta saldo de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outras diferenças temporárias no montante de R\$39.641 (R\$39.641 em 31 de dezembro de 2012). O pré-pagamento da dívida ocorrido em 2011, resultou na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, permitindo a constituição do referido crédito tributário. A expectativa de lucros tributáveis futuros está suportada por estudo técnico aprovado pelo Conselho da Administração.

As controladas Uruguiana e Elpa não registram impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e as controladas Uruguiana e Elpa acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não são base para impostos diferidos ativos, a saber:

2013	Brasiliana	AES Uruguiana	AES Elpa	Total
Prejuízo Fiscal	(426.583)	(369.560)	(1.055.768)	(1.851.911)
Base Negativa Contribuição Social	(478.345)	(369.573)	(1.291.721)	(2.139.639)
Diferenças temporárias ativas	(93.541)	(492.257)	(742.072)	(1.327.870)

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar - ativo não circulante

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados na incorporação pela controlada Tietê do ágio de sua antiga controladora direta AES Gás Empreendimentos Ltda. e da AES Tietê Participações S.A., os quais estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01. A composição do saldo no exercício é a seguinte:

	Consolidado			
	2013			2012
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(568.004)	379.943	(188.061)	(179.301)
Subtotal	240.300	(161.621)	78.679	87.439
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Ágio gerado na aquisição de participação na Tietê	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(51.664)	34.099	(17.565)	(16.399)
Subtotal	30.756	(20.298)	10.458	11.624
Saldos no final do período	271.056	(181.919)	89.137	99.063

Os ágios e a correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da controlada Tietê, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar:

	Controlada Tietê
Saldo em 31.12.2011	109.411
Amortização do ágio	(31.466)
Reversão da provisão	21.118
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio (nota nº 7)	(10.348)
Saldo em 31.12.2012	99.063
Amortização do ágio	(30.184)
Reversão da provisão	20.258
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio (nota nº 7)	(9.926)
Saldo em 31.12.2013	89.137

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber - acordos

	Consolidado	
	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	23.112	24.115
Consumidores	192.675	209.449
Outros	751	751
Total	216.538	234.315
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº. 11	(143.701)	(175.258)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras municipais diversas - nota nº. 11	-	(19.143)
Saldo Líquido de PCLD	72.837	39.914
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	30.844	50.314
Consumidores	35.396	29.426
Total	66.240	79.740
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº. 11	(23.679)	(27.527)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº. 11	-	(37.050)
Saldo Líquido de PCLD	42.561	15.163

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>				
Financiamento à Cesp	-	-	127	222
Contribuição p/ o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	-	-	47.111	35.777
Cauções e depósitos vinculados (i)	-	-	21.633	86.928
Alienação de bens e direitos	-	-	11.175	1.141
Repasso CDE - Descontos na tarifa - controlada indireta Eletropaulo (ii)	-	-	13.142	-
Repasso CDE - Custos de energia - controlada indireta Eletropaulo (ii)	-	-	53.557	-
Serviços prestados	-	-	74	118
Outros	437	435	19.173	27.764
Total	437	435	165.992	151.950
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº. 11	-	-	(1.628)	(1.554)
Saldo Líquido de PCLD	437	435	164.364	150.396
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Financiamento à Cesp	-	-	5.072	4.536
Conta garantida - alienação de investimentos	193	21.584	193	21.584
Direito do uso do gás - controlada Uruguaiana	-	-	53.952	54.173
Programa Reluz - PMSBC	-	-	3.728	3.728
Bens e direitos destinados à alienação	-	-	26.795	26.795
Banco Santos - controlada Tietê (iii)	-	-	12.609	14.386
Outros	-	-	2.370	27
Total	193	21.584	104.719	125.229
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº. 11	-	-	(12.609)	(14.386)
Saldo Líquido de PCLD	193	21.584	92.110	110.843

(i) Cauções e depósitos vinculados – Até 31 de dezembro de 2013, a controlada indireta Eletropaulo ofereceu como garantia para Leilões de Energia parte de seus investimentos no montante de R\$17.396, para cumprir exigências de compra de energia elétrica. Não há saldos de aportes para Câmara de Comercialização de Energia – CCEE em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor aportado e a liquidação financeira ocorreram dentro do referido mês.

(ii) Repasso CDE - Corresponde aos valores a serem ressarcidos pela Eletrobrás, através de recursos da CDE, conforme Decretos nº 7.945 e nº 7.891 de 2013. O repasse *CDE – Descontos na tarifa* é referente aos subsídios aplicados aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica (baixa renda, água, esgoto, saneamento e fonte incentivada). Já o repasse *CDE – Custos de energia* refere-se aos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis, principalmente relacionado aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, os quais serão custeados pelos recursos da CDE.

(iii) Banco Santos - Em janeiro de 2013, a controlada Tietê recebeu da massa falida do Banco Santos S.A., um pagamento referente ao terceiro rateio aos credores quirografários, equivalente a 8,65% do saldo geral de credores, no montante de R\$2.561. Do total recebido, R\$1.777 foi registrado como reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa e R\$784 como receita financeira.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

Os saldos e movimentações das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa são apresentados como segue:

Rubricas de Origem	Consolidado					Saldo final 31.12.2013
	Saldo inicial 31.12.2012	Provisões	Reversões	Transferências	Baixas	
CIRCULANTE						
Consumidores - nota nº. 5	91.773	102.690	(22.778)	-	(110.234)	61.451
Revendedores - nota nº. 5	4.248	-	-	-	-	4.248
Outros Tributos compensáveis - INSS - Auxílio Doença - nota nº. 6.2	1.963	-	(534)	-	-	1.429
Outros Créditos - Serviços Prestados - nota nº.10	1.554	4.593	-	-	(4.519)	1.628
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº. 9	175.258	115.468	(102.763)	-	(44.262)	143.701
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº. 9	19.143	3.112	(27.771)	5.516	-	-
Total	293.939	225.863	(153.846)	5.516	(159.015)	212.457
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº. 9	27.527	4.251	(8.099)	-	-	23.679
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº. 9	37.050	1.762	(33.296)	(5.516)	-	-
Outros Créditos - Banco Santos - controlada Tietê - nota nº. 10	14.386	-	(1.777)	-	-	12.609
Total	78.963	6.013	(43.172)	(5.516)	-	36.288
Total Geral	372.902	231.876	(197.018)	-	(159.015)	248.745

Rubricas de Origem	Consolidado					Saldo final 31.12.2012
	Saldo inicial 31.12.2011	Provisões	Reversões	Transferências	Baixas	
CIRCULANTE						
Consumidores - nota nº. 5	104.921	104.805	(3.720)	-	(114.233)	91.773
Revendedores - nota nº. 5	4.248	-	-	-	-	4.248
Energia Livre - nota nº. 5	164	-	(88)	-	(76)	-
Outros Tributos compensáveis - INSS - Auxílio Doença - nota nº. 6.2	1.963	-	-	-	-	1.963
Outros Créditos - Serviços Prestados - nota nº.10	3.505	-	(632)	-	(1.319)	1.554
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº. 9	148.454	132.065	(77.208)	(27.522)	(531)	175.258
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº. 9	20.414	758	(20.162)	18.133	-	19.143
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº. 9	75.453	-	(75.453)	-	-	-
Outros Créditos - diversos - nota nº. 10	74	-	(74)	-	-	-
Total	359.196	237.628	(177.337)	(9.389)	(116.159)	293.939
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº. 9	5	-	-	27.522	-	27.527
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº. 9	53.948	1.235	-	(18.133)	-	37.050
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº. 9	16	-	(16)	-	-	-
Outros Créditos - Banco Santos - controlada Tietê - nota nº. 10	14.386	-	-	-	-	14.386
Outros Créditos - controlada indireta PCH Minas - nota nº. 10	190	-	-	-	(190)	-
Total	68.545	1.235	(16)	9.389	-	78.963
Total Geral	427.741	238.863	(177.353)	-	(116.159)	372.902

A fim de promover uma melhoria nos critérios adotados para reconhecimento da PCLD, a controlada indireta Eletropaulo efetuou uma análise do histórico do comportamento dos TCDs -Termos de Confissão de Dívida, firmados com seus clientes. A finalidade dessa análise foi assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da PCLD sobre as contas a receber, levando em consideração, entre outros, o histórico de recebimento, atual situação financeira e garantias prestadas pelos clientes. Desta forma, a controlada indireta Eletropaulo, além de reverter a PCLD sobre valores renegociados proporcionalmente ao valor recebido de cada parcela negociada, passou a reverter o total provisionado quando o montante amortizado da TCD for superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos. Com a adoção de tal política, o resultado do exercício de 2013 foi impactado por reversões no montante de R\$ 70.605.

A seguir é apresentada a movimentação e o efeito no resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2013	2012
Provisão	(231.876)	(238.863)
Reversão	197.018	177.353
Receita com recuperação de perdas - controlada indireta Eletropaulo (*)	19.710	22.135
Outras	-	344
Resultado com PCLD no exercício	(15.148)	(39.031)

(*) Referem-se a recebimentos de valores já baixados como perda.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Contrato de concessão publico – privado

	Controlada Eletropaulo	
	2013	2012
Ativo Financeiro		
Ativo financeiro ICPC 01 - controlada Eletropaulo	1.386.931	1.181.937
Ativo intangível concessão		
Ativo intangível - bens da concessão - controlada Eletropaulo	5.722.928	5.757.202
Total	7.109.859	6.939.139

O ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de concessão estabelecem as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a controlada indireta Eletropaulo tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas informações contábeis pelo ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2011	931.359	110.454	1.041.813
Adições provenientes do ativo intangível em curso	140.016	-	140.016
Baixas	(8.326)	-	(8.326)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30 (*)	-	(125.573)	(125.573)
Transferência proveniente do intangível da concessão	134.007	-	134.007
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.197.056	(15.119)	1.181.937
Adições provenientes do ativo intangível em curso	97.287	-	97.287
Baixas	(8.533)	-	(8.533)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30	-	116.240	116.240
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.285.810	101.121	1.386.931

(*) A controlada indireta Eletropaulo com base no laudo de avaliação referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária, registrou em 2012 redução do ativo financeiro da concessão, o qual foi parcialmente compensado pelo registro da variação do IGP-M para os meses posteriores à revisão tarifária. Em 2013, a controlada indireta Eletropaulo registrou além da atualização monetária do ativo financeiro da concessão, complemento positivo do valor referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária. O efeito dos ajustes está demonstrado na nota explicativa nº 30.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Características do contrato de concessão da controlada indireta Eletropaulo

Em 15 de junho de 1998, a controlada indireta Eletropaulo e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a controlada indireta Eletropaulo deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da controlada indireta Eletropaulo não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da controlada indireta Eletropaulo ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre a cada 4 anos.

Características do contrato de concessão da controlada Tietê

Em 20 de dezembro de 1999 foi firmado o contrato de concessão nº. 92/99 com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio de centrais geradoras e de instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL irá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica será comercializada pela concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observada as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica. A quase totalidade da garantia física da controlada Tietê está negociada através de contrato bilateral com sua coligada Eletropaulo.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato, do Edital de Privatização, da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos, à manutenção das operações, dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais e as legislações vigentes aplicáveis à controlada Tietê de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, o contrato de concessão estabeleceu o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) no período de 5 anos, em parcelas mensais, atualizados pelo IGP-M. Esse encargo foi pago no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004.

Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11, é estabelecido que no advento do termo final do contrato os bens e instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a controlada Tietê não efetuou nenhum pagamento referente a taxas ou encargos relacionados à concessão.

Considerando que as condições estabelecidas pela ICPC 01 Contratos de Concessão não foram integralmente atendidas, a Administração concluiu que seu contrato de concessão está fora do escopo da ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão registrados sob a rubrica do ativo imobilizado.

Ativos dados como garantia

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Participações societárias permanentes:				
Valor patrimonial	1.524.176	1.101.945	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	429.200	429.200	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas (*)	243.252	259.140	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas (**)	553.386	590.482	-	-
Subtotal	2.750.014	2.380.767	-	-
Imóveis destinados a uso futuro	-	-	5.438	5.438
Outros	-	-	4.062	4.062
Total	2.750.014	2.380.767	9.500	9.500

(*) A controlada indireta Eletropaulo registrou em 30 de junho de 2007, ajuste de reavaliação dos ativos, no montante de R\$ 1.128.336, líquido dos efeitos tributários, na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, em complemento à mais valia registrada em 1998, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes àquela época. O saldo dessa mais valia em 31 de dezembro de 2013, líquido da amortização e impostos é de R\$697.547 (R\$743.139 em 31 de dezembro de 2012) – nota explicativa nº 26c. Em consequência, a Companhia e sua controlada AES Elpa registraram ajuste de avaliação patrimonial reflexo, na conta de investimentos, em contrapartida a conta específica no patrimônio líquido, conforme segue:

	%	2013	2012
Ajuste de avaliação patrimonial registrada na controlada Eletropaulo		697.547	743.139
Participação da AES Elpa na Eletropaulo	30,97%	216.028	230.150
Participação da Companhia na Eletropaulo	4,44%	30.989	32.995
Participação da Companhia na AES Elpa	98,26%	212.263	226.145
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa registrada na Companhia		243.252	259.140

(**) A controlada Tietê registrou, em 01 de janeiro de 2009 (data de transição para convergências às práticas internacionais de contabilidade), mais valia sobre o seu ativo imobilizado, no montante líquido de impostos, de R\$ 1.437.623, decorrentes da determinação do valor atribuído do seu ativo imobilizado à luz do ICPC 10 e CPC 27, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2013, líquida da amortização é de R\$1.053.164 (R\$1.123.871 em 31 de dezembro de 2012) – nota explicativa nº 26c como segue:

	%	2013	2012
Ajuste de avaliação patrimonial registrada na controlada Tietê		1.053.164	1.123.871
Participação da Companhia na controlada Tietê	52,55%	553.386	590.482
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa registrada na Companhia		553.386	590.482

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos investimentos	AES Tietê	AES Elpa	AES Uruguaiana	AES Eletropaulo	AES Serviços	Total
Participação direta						
2012	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
2013	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
Valor do capital social						
2012	207.227	958.782	1.015.223	1.157.629	29.172	
2013	207.227	958.782	8.562	1.257.629	29.172	
Patrimônio Líquido						
2012	1.571.579	814.584	8.662	1.691.663	9.006	
% de participação	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
Saldo do investimento	825.788	800.410	8.662	75.155	9.005	1.719.020
Reserva especial de ágio	232.547	-	-	-	-	232.547
Recursos destinados a aumento de capital	-	429.200	-	-	-	429.200
	1.058.335	1.229.610	8.662	75.155	9.005	2.380.767
2013	1.549.783	1.127.925	36.938	2.812.165	3.912	
% de participação	52,55%	98,26%	100,00%	4,44%	100,00%	
Saldo do investimento	814.335	1.108.265	36.938	124.817	3.912	2.088.267
Reserva especial de ágio	232.547	-	-	-	-	232.547
Recursos destinados a aumento de capital	-	429.200	-	-	-	429.200
	1.046.882	1.537.465	36.938	124.817	3.912	2.750.014
Resultado do exercício						
2013	881.359	13.766	138.376	198.182	(5.093)	
Resultado ajustado para efeito de equivalência	881.359	13.766	138.376	198.182	(5.093)	
Movimentação dos investimentos						
Saldo em 31.12.2011	1.136.489	1.761.223	23.722	141.771	10.419	3.073.624
Equivalência patrimonial	473.570	(46.249)	(15.060)	2.442	(1.414)	413.289
Dividendos declarados	(540.826)	(154.636)	-	(21.841)	-	(717.303)
Dividendos prescritos	231	1.556	-	227	-	2.014
Atualização de ativos financeiros	-	(22.184)	-	(3.237)	-	(25.421)
Ganhos (Perdas) nos investimentos	(9.733)	(6)	-	1.056	-	(8.683)
Efeito reflexo de cálculo atuarial de controladas	(1.396)	(310.094)	-	(45.263)	-	(356.753)
Saldo em 31.12.2012	1.058.335	1.229.610	8.662	75.155	9.005	2.380.767
Equivalência patrimonial	463.237	13.501	138.276	8.845	(5.093)	618.766
Dividendos declarados	(468.939)	(7.033)	(110.000)	(3.182)	-	(589.154)
Dividendos prescritos	350	2.162	-	315	-	2.827
Ganhos (Perdas) nos investimentos	(8.440)	-	-	-	-	(8.440)
Efeito reflexo de cálculo atuarial de controladas	2.339	299.225	-	43.684	-	345.248
Saldo 31.12.2013	1.046.882	1.537.465	36.938	124.817	3.912	2.750.014

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Descrição	Taxa média anual de depreciação	Consolidado	
		2013	2012
Em Serviço			
Custo histórico			
Terrenos		408.163	408.163
Reservatórios, barragens e adutoras		2.823.409	2.818.969
Termoelétrica em operação		547.746	547.756
Edificações, obras civis e benfeitorias		639.844	638.133
Peças sobressalentes		154.868	154.868
Materiais em depósito		14.812	14.815
Máquinas e equipamentos		1.381.217	1.321.425
Veículos		8.492	8.927
Móveis e utensílios		13.109	12.641
Total custo histórico		5.991.660	5.925.697
Depreciação e amortização			
Reservatórios, barragens e adutoras	3,4%	(1.483.854)	(1.389.590)
Termoelétrica em operação	4,3%	(300.299)	(276.546)
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,2%	(412.737)	(399.275)
Peças sobressalentes	3,4%	(21.651)	(21.651)
Máquinas e equipamentos	4,1%	(529.980)	(477.562)
Veículos	14,0%	(3.219)	(4.858)
Móveis e utensílios	7,3%	(9.053)	(7.801)
Total depreciação e amortização		(2.760.793)	(2.577.283)
Total em Serviço		3.230.867	3.348.414
Arrendamento financeiro, líquido de depreciação		16.113	6.875
Imobilizado em curso + obrigações especiais		303.144	196.476
Total imobilizado		3.550.124	3.551.765
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		(399.848)	(422.713)
Imobilizado, líquido da provisão		3.150.276	3.129.052

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) As movimentações do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são demonstradas abaixo:

Consolidado												
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Termoelétrica em operação	Edificações, obras civis e benfeitorias	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Arrendamento financeiro	Em curso (+) obrigações especiais	Total
Custo												
Saldo em 31 de dezembro de 2011	408.163	3.010.365	547.631	508.934	154.868	14.842	1.095.461	4.964	29.254	26.679	223.618	6.024.779
Adições	-	-	-	-	-	-	-	95	9	1.489	143.005	144.598
Baixas	-	(21)	-	(180)	-	(27)	(1.039)	-	(1.415)	(5.791)	(12.164)	(20.637)
Transferências	-	(191.375)	125	129.379	-	-	227.003	3.868	(15.207)	-	(157.983)	(4.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	408.163	2.818.969	547.756	638.133	154.868	14.815	1.321.425	8.927	12.641	22.377	196.476	6.144.550
Adições	-	-	-	-	-	-	19	746	67	13.599	207.803	222.234
Baixas	-	-	(10)	-	-	(3)	-	(2.585)	(2)	(70)	(36)	(2.706)
Transferências	-	4.440	-	1.711	-	-	59.773	1.404	403	-	(101.099)	(33.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	408.163	2.823.409	547.746	639.844	154.868	14.812	1.381.217	8.492	13.109	35.906	303.144	6.330.710
Depreciação e amortização												
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(1.383.381)	(252.801)	(325.182)	(21.651)	-	(389.666)	(4.011)	(18.655)	(16.815)	-	(2.412.162)
Adições	-	(95.809)	(23.745)	(12.565)	-	-	(51.873)	(716)	(2.024)	(258)	-	(186.990)
Baixas	-	21	-	149	-	-	1.012	-	3.614	1.571	-	6.367
Transferências	-	89.579	-	(61.677)	-	-	(37.035)	(131)	9.264	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(1.389.590)	(276.546)	(399.275)	(21.651)	-	(477.562)	(4.858)	(7.801)	(15.502)	-	(2.592.785)
Adições	-	(94.264)	(23.753)	(13.462)	-	-	(52.418)	(851)	(1.252)	(4.321)	-	(190.321)
Baixas	-	-	-	-	-	-	2.490	-	30	-	-	2.520
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(1.483.854)	(300.299)	(412.737)	(21.651)	-	(529.980)	(3.219)	(9.053)	(19.793)	-	(2.780.586)

c) Dos bens vinculados à concessão – controlada Tietê - Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens vinculados à concessão da controlada Tietê representam a totalidade do saldo do seu ativo imobilizado, com exceção dos arrendamentos financeiros, sendo o montante total de bens vinculados à concessão no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 equivalente a R\$3.130.215 (R\$3.118.199 em 31 de dezembro de 2012).

d) Reversão dos bens à União – controlada Tietê - Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11 do Contrato de Concessão nº. 92/99 (“Contrato”), assinado pela Tietê e ANEEL em 20 de dezembro de 1999, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculado à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

Os saldos do ativo intangível é como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>Intangível:</u>				
<u>Ativo intangível - bens da concessão - controlada Eletropaulo (i)</u>				
Custo	-	-	7.262.325	6.995.342
Amortização	-	-	(1.539.397)	(1.238.140)
Total do ativo intangível concessão	-	-	5.722.928	5.757.202
<u>Ativo intangível - uso do bem público - controlada Tietê (ii)</u>				
Custo	-	-	73.174	73.174
Amortização	-	-	(30.131)	(27.441)
Total do ativo intangível - uso do bem público	-	-	43.043	45.733
<u>Ativo Intangível gerado na aquisição da concessão (iii)</u>				
Brasília	1.022.522	1.118.068	1.022.522	1.118.068
Elpa	-	-	653.409	699.356
	1.022.522	1.118.068	1.675.931	1.817.424
<u>Outros Intangíveis</u>				
Tietê	-	-	36.464	5.028
Outros	-	-	59	80
	-	-	36.523	5.108
Total Intangível	1.022.522	1.118.068	7.478.425	7.625.467

(i) Ativo intangível – bens da concessão - controlada indireta Eletropaulo - refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a mesma tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

(ii) Ativo intangível – uso do bem público - controlada Tietê - refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004, conforme disposto na cláusula quinta do contrato de concessão. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

(iii) Ativo intangível gerado na aquisição da concessão – valores registrados como ativo intangível de concessão, decorrentes de aquisição de participação em controladas que, anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade, estavam classificados como ágio. A sua amortização é reconhecida linearmente pelo prazo de vigência de cada concessão.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo intangível de concessão e dos outros intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Ativo intangível - bens da concessão - controlada Eletropaulo

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão
	Intangível	Obrigações especiais	Intangível	Obrigações especiais			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	647.963	(68.142)	7.017.259	(643.841)	6.953.239	(1.079.925)	5.873.314
Adições	863.488	(184.333)	8.379	-	687.534	(480.945)	206.589
Baixas	-	-	(307.602)	4.463	(303.139)	219.964	(83.175)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	34.497	34.497
Transferência	(589.556)	62.989	425.311	(38.760)	(140.016)	-	(140.016)
Transferência para ativo financeiro de	-	-	(202.276)	-	(202.276)	68.269	(134.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	921.895	(189.486)	6.941.071	(678.138)	6.995.342	(1.238.140)	5.757.202
Adições	808.190	(240.927)	6.418	-	573.681	(469.761)	103.920
Baixas	-	-	(209.591)	180	(209.411)	130.652	(78.759)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	37.852	37.852
Transferência	(501.955)	141.057	343.601	(79.990)	(97.287)	-	(97.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.228.130	(289.356)	7.081.499	(757.948)	7.262.325	(1.539.397)	5.722.928

Ativo intangível - uso do bem público - controlada Tietê

	Uso do bem público
Saldo em 31 de dezembro de 2011	48.423
Amortização	(2.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	45.733
Amortização	(2.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	43.043

Ativo Intangível gerado na aquisição da concessão

	Brasiliana	Elpa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.216.365	745.302	1.961.667
Amortização	(98.297)	(45.946)	(144.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.118.068	699.356	1.817.424
Amortização	(95.546)	(45.947)	(141.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.022.522	653.409	1.675.931

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisões para redução ao provável valor de realização de ativos e para perdas com contratos onerosos

A controlada Uruguaiana celebrou, em 30 de setembro de 1998, Contrato de Compra e Venda de Gás Natural com a Sulgás, concessionária de serviços de distribuição de gás no Estado do Rio Grande do Sul. A Sulgás tem a responsabilidade de importar o gás da Argentina fornecido pela YPF e revendê-lo para a controlada Uruguaiana. O prazo do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural é de 20 anos, com término previsto para 1º de dezembro de 2019.

As obrigações de *take-or-pay* foram registradas até a suspensão das obrigações do contrato de fornecimento de gás.

A controlada Uruguaiana em consequência das dificuldades operacionais que vem enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, concluiu em exercícios anteriores que havia a necessidade de uma análise sobre a recuperabilidade dos seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes e fornecedores.

A controlada Uruguaiana entende que esses fatores, em conjunto com as projeções de pouca disponibilidade de gás para geração de energia para ser comercializada através de contratos bilaterais, trarão impactos negativos e significativos nos seus resultados e fluxos de caixa futuros, determinando, portanto, a necessidade de uma análise sobre a recuperabilidade de seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes e fornecedores.

O resumo dos registros da provisão para desvalorização dos ativos não circulantes e direito do uso de gás natural no exercício é conforme segue:

Descrição	2013	2012
<u>Direito de uso de gás natural (nota 10)</u>		
Saldo anterior	(54.173)	(49.727)
(-) Reversão provisão para redução ao provável valor realização YPF (i)	7.708	-
(-) Provisão para redução ao provável valor realização	(7.487)	(4.446)
Saldo final	(53.952)	(54.173)
<u>Imobilizado - controlada Uruguaiana (nota 14)</u>		
Saldo anterior	(422.713)	(447.412)
Movimentação no exercício	22.865	24.699
Saldo final	(399.848)	(422.713)
Total	(453.800)	(476.886)

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº. 22.2.37 em maio de 2013 foi proferida uma sentença favorável para a controlada Uruguaiana no Requerimento de Arbitragem contra a YPF. Com essa decisão, baseando-se em opinião dos assessores jurídicos, parte do valor contabilizado para as obrigações de *take or pay* foi revertido.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

A composição das contas “Fornecedores - suprimento”, “Transmissão de energia elétrica” e “Materiais e serviços” é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE				
Suprimento e Transmissão:				
Itaipu	-	-	212.179	179.280
Contratos bilaterais	-	-	146	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (i)	-	-	107.885	19.445
Energia de curto prazo e energia livre	-	-	84.898	112.587
Uso e Conexão de Rede Básica	-	-	50.048	116.896
Encargos do Serviço do Sistema - ESS - EER (i)	-	-	42.985	143.657
Conexão à Rede Básica	-	-	3.333	9.856
Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	-	-	9.722	17.978
Uso do Sistema de Distribuição	-	-	1.337	1.394
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD Geração	-	-	1.899	3.550
Leilão - CCEAR	-	-	254.188	394.725
Operador Nacional do Sistema - ONS	-	-	2.854	4.011
Subtotal	-	-	771.474	1.003.379
Fornecimento e transporte de gás - controlada Uruguaiana (ii)	-	-	-	128.753
Materiais e Serviços	297	122	267.643	298.498
Total	297	122	1.039.117	1.430.630
NÃO CIRCULANTE				
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	-	-	70.887	70.887
Total	-	-	70.887	70.887
Total Geral	297	122	1.110.004	1.501.517

- (i) Do total a pagar em 31 de dezembro de 2013 referente às contabilizações operadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a controlada indireta Eletropaulo estima que aproximadamente R\$53.557 serão repassados diretamente pela Eletrobrás com recursos da CDE, sendo que R\$32.466 já foram homologados pela ANEEL e foram compensados na liquidação financeira referente à competência novembro de 2013, que ocorreu em 07 de janeiro de 2014.
- (ii) Os valores contabilizados em 31 de dezembro de 2012 referem-se a obrigações contratuais da controlada Uruguaiana, relacionados aos contratos de fornecimento e transporte de gás. (“Ship or Pay”). Esse saldo era indexado ao dólar norte-americano e foi atualizado na data de encerramento do balanço. Em 24 de maio de 2013, foi proferida a sentença favorável a controlada Uruguaiana no requerimento de arbitragem contra a YPF, conforme mencionado na nota explicativa nº22.2.37. De acordo com a opinião dos assessores legais da controlada Uruguaiana, essa decisão é a final e por consequência a controlada Uruguaiana está legalmente livre de qualquer obrigação com a YPF e por isso as obrigações contratuais registradas foram revertidas para o resultado neste exercício.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Tributos e contribuições sociais a pagar

18.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>Federais</u>				
Imposto de renda	-	-	308.657	294.823
Contribuição Social	-	-	105.471	100.482
Total	-	-	414.128	395.305

18.2 Outros tributos a pagar

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>Federais</u>				
Pis	-	-	8.213	11.717
Cofins	-	-	37.837	53.977
IRRF a recolher	3	5	883	7.704
INSS	-	-	12.182	8.761
	3	5	59.115	82.159
<u>Estaduais</u>				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	197.794	252.088
ICMS sobre Perdas Comerciais	-	-	6.166	3.631
	-	-	203.960	255.719
<u>Municipais</u>				
ISS	-	-	1.516	1.665
Outros	5	13	1.706	4.308
	5	13	3.222	5.973
Total	8	18	266.297	343.851

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

a) Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Consolidado									
2013									
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa Efetiva (**)	Circulante				Não Circulante		
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e Financiamentos									
<i>Em moeda nacional</i>									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.6	2015	5,00	-	881	-	881	440	-	440
BNDES - Finame - c.7	2016	8,70	13	1.528	-	1.541	2.164	-	2.164
FINEP - c.8 (*)	2020	4,00	65	4.182	-	4.247	27.838	-	27.838
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.9	2019	CDI+2,41	5.562	60.000	(3.766)	61.796	480.000	(11.036)	468.964
Outros			275	-	-	275	-	-	-
Total			5.915	66.591	(3.766)	68.740	510.442	(11.036)	499.406
Debêntures									
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.11	2015	CDI+1,37	15.221	299.970	(609)	314.582	300.060	(160)	299.900
Debêntures - 2ª Emissão - Tietê - c.12	2019	CDI+0,89	5.758	-	(379)	5.379	498.000	(1.511)	496.489
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo - c.1	2018	CDI+2,98	9.166	-	(3.706)	5.460	250.000	(8.482)	241.518
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo - c.2	2018	CDI+2,24	3.388	-	(739)	2.649	200.000	(2.504)	197.496
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo - c.3	2020	CDI+2,28	4.863	20.000	(2.163)	22.700	360.000	(7.417)	352.583
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo - c.4	2021	CDI+1,90	5.433	-	(1.431)	4.002	600.000	(10.885)	589.115
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo - c.5	2018	CDI+1,98	17.339	-	(4.240)	13.099	750.000	(14.259)	735.741
Total			61.168	319.970	(13.267)	367.871	2.958.060	(45.218)	2.912.842
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro - c.13		8,40 a 13,90	-	4.733	-	4.733	12.251	-	12.251
Total			-	4.733	-	4.733	12.251	-	12.251
Total da dívida			67.083	391.294	(17.033)	441.344	3.480.753	(56.254)	3.424.499

Consolidado									
2012									
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa Efetiva (**)	Circulante				Não Circulante		
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e Financiamentos									
<i>Em moeda estrangeira</i>									
STN - Resolução nº. 96/93	2013	6,00	1	30	-	31	-	-	-
<i>Em moeda nacional</i>									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.6	2015	5,00	-	881	-	881	1.321	-	1.321
BNDES - Finame - c.7	2016	8,70	48	891	-	939	3.692	-	3.692
FINEP - c.8 (*)	2020	4,00	35	(760)	-	(725)	17.344	-	17.344
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.9	2019	CDI+2,00	4.301	30.000	(1.843)	32.458	540.000	(7.679)	532.321
Outros			275	-	-	275	-	-	-
Total			4.660	31.042	(1.843)	33.859	562.357	(7.679)	554.678
Debêntures									
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.11	2015	CDI+1,37	17.377	299.970	(1.012)	316.335	600.030	(770)	599.260
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo - c.1	2018	CDI+2,33	7.387	-	(2.053)	5.334	250.000	(7.441)	242.559
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo - c.2	2018	CDI+1,86	2.586	-	(126)	2.460	200.000	(660)	199.340
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo - c.3	2020	CDI+1,90	3.949	20.000	(949)	23.000	380.000	(4.468)	375.532
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo - c.4	2021	CDI+1,66	4.126	-	(374)	3.752	600.000	(4.027)	595.973
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo - c.5	2018	CDI+1,40	13.037	-	(775)	12.262	750.000	(3.619)	746.381
Total			48.462	319.970	(5.289)	363.143	2.780.030	(20.985)	2.759.045
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro - c.12		8,88 a 13,90	-	4.902	-	4.902	3.052	-	3.052
Total			-	4.902	-	4.902	3.052	-	3.052
Total da dívida			53.122	355.914	(7.132)	401.904	3.345.439	(28.664)	3.316.775

(*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das Subvenções Governamentais

(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro é como segue:

Empréstimos, Debêntures e Arrendamento financeiro	Saldo Inicial							Saldo Final
Instituições Financeiras / Credores	31.12.2012	Ingressos	Provisão	Pagamentos	Diferimento Custos de Transação	Amortização Custos de Transação	Subvenção Governamental (*)	31.12.2013
Empréstimos e Financiamentos								
<i>Em moeda estrangeira</i>								
STN - Resolução nº. 96/93	31	-	1	(32)	-	-	-	-
<i>Em moeda nacional</i>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.6	2.202	-	118	(999)	-	-	-	1.321
BNDES - Finame - c.7	4.631	-	368	(1.294)	-	-	-	3.705
FINEP - c.8	16.619	17.020	1.129	(1.104)	-	-	(1.579)	32.085
Nota promissória - 1ª Emissão - Tietê - c.10	-	498.000	5.957	(503.957)	(998)	998	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.9	564.779	-	53.484	(82.223)	(8.550)	3.270	-	530.760
Outros	275	-	3.304	(3.304)	-	-	-	275
Subtotal	588.537	515.020	64.361	(592.913)	(9.548)	4.268	(1.579)	568.146
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.11	915.596	-	60.756	(362.882)	-	1.012	-	614.482
Debêntures - 2ª Emissão - Tietê - c.12	-	498.000	29.108	(23.351)	(2.099)	210	-	501.868
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo - c.1	247.893	-	22.611	(20.832)	(5.750)	3.056	-	246.978
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo - c.2	201.800	-	19.388	(18.586)	(3.000)	543	-	200.145
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo - c.3	398.532	-	36.484	(55.570)	(6.000)	1.837	-	375.283
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo - c.4	599.725	-	56.639	(55.332)	(9.000)	1.085	-	593.117
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo - c.5	758.642	-	68.730	(64.429)	(17.250)	3.147	-	748.840
Subtotal	3.122.188	498.000	293.716	(600.982)	(43.099)	10.890	-	3.280.713
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - c.13	7.954	13.653	1.686	(6.309)	-	-	-	16.984
	7.954	13.653	1.686	(6.309)	-	-	-	16.984
Total	3.718.679	1.026.673	359.763	(1.200.204)	(52.647)	15.158	(1.579)	3.865.843

b) Movimentação dos Empréstimos, Debêntures e Arrendamento financeiro - 31 de dezembro de 2012

Empréstimos, Debêntures e Arrendamento financeiro	Saldo Inicial							Saldo Final
Instituições Financeiras / Credores	31.12.2011	Ingressos	Provisão	Pagamentos	Diferimento Custos de Transação	Amortização Custos de Transação	Subvenção Governamental	31.12.2012
Empréstimos e Financiamentos								
<i>Em moeda estrangeira</i>								
STN - Resolução nº. 96/93	57	-	6	(32)	-	-	-	31
<i>Em moeda nacional</i>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.8	2.639	455	176	(1.068)	-	-	-	2.202
BNDES - Finame - c.9	4.059	554	393	(375)	-	-	-	4.631
FINEP - c.10	-	20.082	343	(308)	-	-	(3.498)	16.619
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - c.11	200.786	-	14.593	(217.766)	-	2.387	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.12	596.068	-	58.165	(91.258)	-	1.804	-	564.779
Outros	275	-	3.304	(3.304)	-	-	-	275
Subtotal	803.884	21.091	76.980	(314.111)	-	4.191	(3.498)	588.537
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.13	923.717	-	85.063	(94.408)	-	1.224	-	915.596
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo - c.1	256.040	-	24.563	(28.854)	(5.047)	1.191	-	247.893
Debêntures - 10ª Emissão - Eletropaulo - c.2	410.597	-	30.605	(443.513)	(1.009)	3.320	-	-
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo - c.3	203.233	-	19.989	(21.535)	-	113	-	201.800
Debêntures - 12ª Emissão - Eletropaulo - c.4	409.985	-	34.696	(445.217)	(1.407)	1.943	-	-
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo - c.5	400.193	-	38.945	(41.503)	-	897	-	398.532
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo - c.6	-	600.000	57.202	(53.075)	(4.728)	326	-	599.725
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo - c.7	-	750.000	10.616	2.419	(4.558)	165	-	758.642
Subtotal	2.603.765	1.350.000	301.679	(1.125.686)	(16.749)	9.179	-	3.122.188
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - c.14	12.520	1.929	1.217	(7.712)	-	-	-	7.954
	12.520	1.929	1.217	(7.712)	-	-	-	7.954
Total	3.420.169	1.373.020	379.876	(1.447.509)	(16.749)	13.370	(3.498)	3.718.679

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) As principais características dos contratos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

Controlada indireta Eletropaulo:

O empréstimo RELUZ - Eletrobrás, possuem como garantia a receita da controlada indireta Eletropaulo, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores, FINAME e FINEP possuem como garantia, cartas fiança contratadas pela controlada indireta Eletropaulo, conforme detalhado abaixo:

	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	4	38.657	1,00% a 1,50%

Os demais empréstimos e financiamentos da controlada indireta Eletropaulo não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

c.1) Debêntures - 9ª Emissão - controlada indireta Eletropaulo - R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com vencimento final em agosto de 2018.

	Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
		Semestrais	Anual	
			R\$ 75.000	Agosto de 2015
			R\$ 75.000	Agosto de 2016
9ª Emissão	CDI + 1,12%		R\$ 25.000	Agosto de 2017
			R\$ 75.000	Agosto de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a controlada indireta Eletropaulo e bancos credores em 2004.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c.2) Debêntures - 11ª Emissão - controlada indireta Eletropaulo - R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 23 de outubro de 2007, com data de emissão em 1º de novembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2018.

	<u>Taxa Contratual</u>	<u>Pagamentos Juros</u>	<u>Amortização</u>		<u>Vencimento</u>
11ª Emissão	CDI + 1,75%	Semestrais	Anual	R\$ 100.000	Novembro de 2016
				R\$ 100.000	Novembro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição da controlada indireta Eletropaulo, no curso regular de seus negócios.

c.3) Debêntures - 13ª Emissão - controlada indireta Eletropaulo - R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local, com vencimento final em maio de 2020.

	<u>Taxa Contratual</u>	<u>Pagamentos Juros</u>	<u>Amortização</u>		<u>Vencimento</u>
		Semestrais	Anual	R\$ 20.000	Maio de 2013
				R\$ 20.000	Maio de 2014
				R\$ 40.000	Maio de 2015
13ª Emissão	CDI + 1,50%			R\$ 40.000	Maio de 2016
				R\$ 80.000	Maio de 2017
				R\$ 80.000	Maio de 2018
				R\$ 80.000	Maio de 2019
				R\$ 40.000	Maio de 2020

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados com a 13ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos *Bonds* denominados em reais, emitidos pela controlada indireta Eletropaulo em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c.4) Debêntures - 14ª Emissão – controlada indireta Eletropaulo - R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 28 de novembro de 2011, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2021.

	Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização		Vencimento
		Semestrais	Anual	R\$	
14ª Emissão	CDI + 1,50%			R\$ 60.000	Novembro de 2018
				R\$ 180.000	Novembro de 2019
				R\$ 180.000	Novembro de 2020
				R\$ 180.000	Novembro de 2021

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados com a 14ª Emissão de Debêntures foram utilizados para recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

c.5) Debêntures - 15ª Emissão – controlada indireta Eletropaulo - R\$ 750.000 em debêntures, ocorrida em 09 de outubro de 2012 no mercado local, com vencimento em outubro de 2018.

	Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização		Vencimento
		Semestrais	Anual	R\$	
15ª Emissão	CDI + 1,24%			R\$ 250.000	Outubro de 2016
				R\$ 250.000	Outubro de 2017
				R\$ 250.000	Outubro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos com a 15ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 10ª Emissão Debêntures, 12ª Emissão de Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's), lideradas pelo Banco Citibank S.A.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c.6) RELUZ - Eletrobrás – controlada indireta Eletropaulo - financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás. O RELUZ tem o objetivo de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de Iluminação Pública, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população.

O Programa é viabilizado através de contratos de financiamento firmados entre a controlada indireta Eletropaulo e a Eletrobrás e entre a controlada indireta Eletropaulo e os Municípios. A Eletrobrás financia a concessionária até o limite de 75% do valor do Projeto.

Em 11 de março de 2008, a Eletrobrás concedeu crédito à controlada indireta Eletropaulo, para financiamento de projeto de melhoria do sistema de iluminação pública do Município de São Bernardo do Campo - SBC, no valor de R\$ 5.352.

	<u>Taxa Contratual</u>	<u>Pagamentos Juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
RELUZ - SBC	5%	Mensal	Mensal	Junho de 2015

A Eletrobrás, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, concedeu à controlada indireta Eletropaulo, créditos nos valores e datas demonstrados na tabela abaixo:

<u>Data</u>	<u>Contrato</u>	<u>Liberações</u>
26/05/2009	CFC - 2666	535
01/06/2010	CFC - 2666	2.600
25/06/2010	CFC - 2666	594
15/12/2011	CFC - 2666	455
	Total	4.184

c.7) BNDES - Finame - Banco Itaú - controlada indireta Eletropaulo - em maio de 2011, a controlada indireta Eletropaulo obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$ 4.583 para a compra de medidores, com carência de 24 meses para pagamento de principal.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	8,7%	Trimestral até maio de 2013. A partir desta data mensal	Mensal (a partir de junho de 2013)	Maior de 2016

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c.8) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - controlada indireta Eletropaulo - em 8 de fevereiro de 2012, a controlada indireta Eletropaulo obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 37.096 para o financiamento de projetos de inovação. O montante total aprovado é liberado de acordo com cronograma de realizações previsto em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2013 foi de R\$37.096

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
FINEP	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	Fevereiro de 2020

Esse contrato de financiamento obtido junto à instituição FINEP possui como principal característica as taxas de juros contratuais inferiores com relação às taxas de mercado e está relacionado diretamente ao financiamento de projetos de inovação. Desse modo, o subsídio concedido nas taxas de juros desse financiamento é qualificado como uma subvenção governamental (vide nota nº 20).

c.9) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - controlada indireta Eletropaulo - empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600.000

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>		<u>Vencimento</u>
		Semestrais	Anual		
Bradesco (CCB's)	CDI + 1,50%		R\$ 30.000		Novembro de 2012
			R\$ 30.000		Novembro de 2013
			R\$ 60.000		Novembro de 2014
			R\$ 60.000		Novembro de 2015
			R\$ 120.000		Novembro de 2016
			R\$ 120.000		Novembro de 2017
			R\$ 120.000		Novembro de 2018
			R\$ 60.000		Novembro de 2019

Com relação às Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelo Banco Bradesco, os recursos foram utilizados pela controlada indireta Eletropaulo para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Tietê:

c.10) Nota Promissória – 1ª emissão – controlada Tietê - R\$498.000 em notas promissórias, ocorrida em 26 de março de 2013, junto ao Banco Bradesco S.A., com prazo final em setembro de 2013.

Os recursos líquidos captados em 26 de março de 2013 com a emissão de 498 notas promissórias no valor nominal unitário de R\$1.000 totalizando R\$498.000, serão utilizados para a amortização da primeira parcela da 1ª emissão de debêntures da controlada Tietê, sendo o restante utilizado para a realização de investimentos.

Em 22 de maio de 2013, a controlada Tietê realizou o resgate antecipado do saldo total (principal e juros) da 1ª emissão de notas promissórias, no valor de R\$503.957. As notas promissórias foram resgatadas, cada uma, no valor de R\$1.012, calculada pro rata temporis, desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento. Os recursos para pagamento do resgate total foram provenientes da 2ª emissão de debêntures.

c.11) Debêntures - 1ª Emissão – controlada Tietê - R\$900.000 em debêntures, emissão ocorrida em 01 de abril de 2010, no mercado local, com prazo final em abril de 2015.

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>	
		299.970	Abril de 2013	
CDI + 1,20%	Semestrais	Anual	299.970	Abril de 2014
		300.060	Abril de 2015	

As debêntures emitidas são subordinadas e não conversíveis em ações, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

c.12) Debêntures - 2ª Emissão – controlada Tietê - R\$498.000 em debêntures, emissão ocorrida em 15 de maio de 2013, no mercado local, com prazo final em maio de 2019.

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>	
		165.983	Maio de 2017	
CDI + 0,79%	Semestrais	Anual	165.983	Maio de 2018
		166.034	Maio de 2019	

As debêntures emitidas são subordinadas e não conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 2ª emissão de debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da controlada Tietê (“Notas Comerciais”), no valor de R\$503.957, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida comum para as empresas:

c.13) Arrendamento Mercantil - Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e veículos e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2013, registrado pelas controladas Eletropaulo, Tietê, e AES Serviços era de R\$16.984 (R\$7.954 em 31 de dezembro de 2012) no passivo, e R\$16.113 (R\$6.875 em 31 de dezembro de 2012) no ativo.

d) Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar
	R\$	R\$	R\$	R\$
2015	66.854	415.060	3.258	(16.594)
2016	125.738	465.000	2.342	(15.510)
2017	125.342	520.983	1.646	(11.462)
2018	125.604	730.983	1.165	(7.610)
2019	65.892	426.034	1.001	(3.016)
2020	1.012	220.000	880	(1.422)
Após 2020	-	180.000	1.959	(640)
	510.442	2.958.060	12.251	(56.254)

Compromissos financeiros – “Covenants”

Alguns dos empréstimos e financiamentos e as debêntures não conversíveis possuem cláusulas restritivas (*Covenants*), as quais foram integralmente cumpridas por suas controladas em 31 de dezembro de 2013. As cláusulas restritivas são relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Subvenção governamental

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, a controlada indireta Eletropaulo possui atualmente uma linha de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, o FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. A realização dessa subvenção governamental ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos.

Essas subvenções governamentais foram recebidas para financiamento de projetos de inovação através do “FINEP”. Não existem condições ou contingências não cumpridas pela controlada indireta Eletropaulo atreladas a essas subvenções.

A movimentação das subvenções governamentais em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Consolidado				
Saldo inicial 31.12.2012	Recebidas durante o exercício	Baixas no resultado	Saldo final 31.12.2013	
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	3.498	2.626	(1.047)	5.077
	3.498	2.626	(1.047)	5.077
Circulante	760			1.408
Não Circulante	2.738			3.669
	3.498			5.077

Consolidado				
Saldo inicial 31.12.2011	Recebidas durante o exercício	Baixas no resultado	Saldo final 31.12.2012	
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	-	3.827	(329)	3.498
	-	3.827	(329)	3.498
			760	
			2.738	
			3.498	

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, terão os seguintes prazos de realização:

Subvenção Governamental	
R\$	
2015	1.212
2016	997
2017	756
2018	494
2019	206
2020	4
	3.669

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Obrigações com entidade de previdência privada

As controladas Eletropaulo e Tietê patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pelas controladas.

A controlada indireta Eletropaulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para as parcelas de benefício definido é paritário entre a controlada indireta Eletropaulo e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada indireta Eletropaulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implementado no momento da privatização da controlada indireta Eletropaulo, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits / (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Conforme julgamento da Administração, as controladas Eletropaulo e Tietê procederam a uma avaliação atuarial para a data base de 30 de junho de 2013.

No caso da controlada Tietê o novo cálculo atuarial não apresentou efeitos significativos, desta forma não foi realizado ajuste na data base de 30 de junho de 2013. Já para a controlada indireta Eletropaulo o efeito do novo cálculo atuarial foi significativo e registrado no referido período.

Ao final do exercício de 2013 as controladas Eletropaulo e Tietê procederam à avaliação atuarial anual, realizado por atuários independentes, no qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21.1 Ativos e Passivos Atuariais:

	2013		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais	9.789.505	252.365	10.041.870
Valor justo dos ativos do plano	(7.236.335)	(285.059)	(7.521.394)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	-	32.694	32.694
Total registrado	2.553.170	-	2.553.170

	2012		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais	12.489.418	321.672	12.811.090
Valor justo dos ativos do plano	(8.525.610)	(317.648)	(8.843.258)
Total registrado	3.963.808	4.024	3.967.832

21.2 As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são demonstradas a seguir:

	2013		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	12.489.418	321.672	12.811.090
Custo dos serviços correntes	25.079	3.482	28.561
Custo dos juros	1.027.181	27.323	1.054.504
Benefícios pagos	(812.155)	(14.879)	(827.034)
Contribuições dos empregados	6.028	1.165	7.193
(Ganho) / Perda atuarial	(2.946.046)	(86.398)	(3.032.444)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	9.789.505	252.365	10.041.870

	2012		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	9.796.162	239.210	10.035.372
Custo dos serviços correntes	16.350	1.826	18.176
Custo dos juros	916.615	22.652	939.267
Benefícios pagos	(775.655)	(13.221)	(788.876)
Contribuições dos empregados	5.875	1.183	7.058
(Ganho) / Perda atuarial	2.530.071	70.022	2.600.093
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	12.489.418	321.672	12.811.090

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21.3 As movimentações do valor justo dos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são demonstradas a seguir:

	2013		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor dos ativos do plano no início do exercício	8.525.610	317.648	8.843.258
Contribuições do empregador	255.173	1.012	256.185
Contribuições dos empregados	6.028	1.165	7.193
Perdas atuariais	(1.456.175)	(46.961)	(1.503.136)
Rendimento esperado dos ativos do plano	717.854	27.074	744.928
Benefícios pagos	(812.155)	(14.879)	(827.034)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.236.335	285.059	7.521.394

	2012		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.355.487	266.003	7.621.490
Contribuições do empregador	260.811	1.037	261.848
Contribuições dos empregados	5.875	1.183	7.058
Ganho atuarial nos ativos do plano	986.041	37.292	1.023.333
Rendimento esperado dos ativos do plano	693.051	25.354	718.405
Benefícios pagos	(775.655)	(13.221)	(788.876)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	8.525.610	317.648	8.843.258

21.4 As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram as seguintes:

	2013			
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Outras controladas	Consolidado
Custo dos serviços correntes	25.079	3.482	-	28.561
Custo dos juros	1.027.181	27.323	-	1.054.504
Rendimento esperado dos ativos do plano	(717.854)	(27.074)	-	(744.928)
Total despesa benefício definido	334.406	3.731	-	338.137
Outras contribuições	3.340	872	6	4.218
Total da despesa (receita) no exercício	337.746	4.603	6	342.355

	2012			
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Outras controladas	Consolidado
Custo dos serviços correntes	16.350	1.826	-	18.176
Custo dos juros	916.615	22.652	-	939.267
Rendimento esperado dos ativos do plano	(693.051)	(25.354)	-	(718.405)
Ajuste do limite do reconhecimento do (ativo) / passivo	-	1.913	-	1.913
Total despesa benefício definido	239.914	1.037	-	240.951
Outras contribuições	6.995	1.194	3	8.192
Total da despesa (receita) no exercício	246.909	2.231	3	249.143

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21.5 A movimentação das remensurações atuariais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são como seguem:

	2013	2012
	Controlada Eletropaulo	
Saldo no início do exercício (reapresentado)	(2.830.128)	(1.205.899)
Ganho (Perda) atuarial gerado pela taxa de desconto	2.944.716	(2.087.166)
Ganho (Perda) atuarial gerado pela experiência demográfica	1.330	(442.904)
Ganho (Perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(1.456.175)	986.041
Ajuste de reapresentação	-	(80.200)
Saldo no final do exercício	(1.340.257)	(2.830.128)

	2013	2012
	Controlada Tietê	
Saldo no início do exercício (reapresentado)	(4.024)	-
Ganho (Perda) atuarial gerado pela taxa de desconto	94.036	(58.415)
Ganho (Perda) atuarial gerado pela experiência demográfica	(7.637)	(11.607)
Ganho (Perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(46.961)	37.292
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	(32.694)	28.706
Saldo no final do exercício	2.720	(4.024)

21.6 As composições dos investimentos dos planos por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são as seguintes:

	Distribuição dos investimentos 2013		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
Renda Fixa	76,56%	78,09%	até 100%
Renda Variável	18,20%	18,22%	até 70%
Empréstimos a Participantes	1,76%	1,72%	até 15%
Imóveis	3,48%	1,97%	até 8%
Total	100,00%	100,00%	

	Distribuição dos investimentos 2012		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
Renda Fixa	77,19%	77,64%	até 100%
Renda Variável	18,53%	19,20%	até 70%
Empréstimos a Participantes	1,49%	1,52%	até 15%
Imóveis	2,79%	1,64%	até 8%
Total	100,00%	100,00%	

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21.7 As premissas atuariais utilizadas pelas controladas Eletropaulo e Tietê são as seguintes:

	Controlada Eletropaulo		
	2014	2013	2012
a) Premissas econômicas:			
a1) Determinação do passivo atuarial:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	11,19% a.a.	8,42% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
a2) Determinação da despesa atuarial:			
Taxa de desconto nominal	11,19% a.a.	10,04% a.a.	9,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a.	6,59% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,00% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,00% a.a.
b) Premissas demográficas:			
Tábua biométrica de mortalidade		AT-83	
Tábua biométrica de entrada em invalidez		Tábua Mercer	
Taxa de rotatividade esperada		0,30 / (tempo de serviço + 1)	
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos:	N/A	18,6	18,6

	Controlada Tietê		
	2014	2013	2012
a) Premissas econômicas:			
a1) Determinação do passivo atuarial:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	11,29% a.a.	8,68% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
a2) Determinação da despesa atuarial:			
Taxa de desconto nominal	11,29% a.a.	8,68% a.a.	9,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a.	6,59% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,00% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,00% a.a.
b) Premissas demográficas:			
Tábua biométrica de mortalidade		AT-83	
Tábua biométrica de entrada em invalidez		Tábua Mercer	
Taxa de rotatividade esperada		0,30 / (tempo de serviço + 1)	
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos:	N/A	18,6	18,6

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21.8 As estimativas de despesas para o exercício de 2014 estão demonstradas a seguir:

	2014		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Custo dos serviços correntes	15.066	1.840	16.906
Custo dos juros	1.049.524	27.634	1.077.158
Rendimento esperado dos ativos do plano	(782.073)	(31.449)	(813.522)
Juros sobre o efeito do teto do (ativo) / passivo do plano	-	3.691	3.691
Total das despesas projetadas para o exercício	282.517	1.716	284.233

- O valor esperado de pagamento de contribuições pela controlada indireta Eletropaulo para o exercício de 2014 é de R\$ 320.150.
- O valor esperado de pagamento de contribuições pela controlada Tietê para o exercício de 2014 é de R\$ 1.007.

21.9 Os pagamentos esperados do plano para exercícios futuros da obrigação de benefício definido são os seguintes:

	Controlada Eletropaulo (i)	Controlada Tietê (ii)	Consolidado
	1 ano	820.769	15.191
Entre 2 e 5 anos	3.576.652	71.054	3.647.706
Após 5 anos	5.164.578	125.464	5.290.042
Total de pagamentos esperados do plano	9.561.999	211.709	9.773.708

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21.10 Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Controlada indireta Eletropaulo

Em 31 de dezembro de 2013 o valor presente da obrigação de benefício definido para a controlada indireta Eletropaulo era de R\$9.789.505. Com a finalidade de verificar o impacto nesta obrigação, realizou-se a análise de sensibilidade das premissas atuariais adotadas, considerando uma variação de 0,25%, conforme abaixo:

Controlada Eletropaulo							
Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Tábua de mortalidade	Taxa estimada de inflação de longo prazo		Taxa de desconto	
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	AT2000	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	2.230	233.045	137.591	-	-	(214.366)	223.364
Total da obrigação de benefício definido	9.791.735	10.022.550	9.927.096	9.789.505	9.789.505	9.575.139	10.012.869

Controlada Tietê

Em 31 de dezembro de 2013 o valor presente da obrigação de benefício definido para a controlada Tietê era de R\$252.365. Com a finalidade de verificar o impacto nesta obrigação, realizou-se a análise de sensibilidade das premissas atuariais adotadas, considerando uma variação de 0,25%, conforme abaixo:

Controlada Tietê							
Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Tábua de mortalidade	Taxa estimada de inflação de longo prazo		Taxa de desconto	
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	AT2000	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	649	6.978	2.886	-	-	(7.010)	7.361
Total da obrigação de benefício definido	253.014	259.343	255.251	252.365	252.365	245.355	259.726

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21.11 Contratos com a Fundação Cesp – controlada Eletropaulo

A controlada indireta Eletropaulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

Controlada Eletropaulo	2013	2012
	Não Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos:		
Confissão de dívida IIa (i)	395.596	397.285
Confissão de dívida IIb (ii)	205.340	206.217
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	1.839.250	1.801.840
Total do Contrato	2.440.186	2.405.342
Diferença entre premissas (*)	112.984	1.558.466
Total Registrado - controlada Eletropaulo	2.553.170	3.963.808

(*) A parcela do contrato de ajuste de reserva da controlada indireta Eletropaulo, no montante de R\$112.984, é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada indireta Eletropaulo para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Por ter o referido contrato um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 01 de janeiro de 2009. Esse contrato é corrigido, conforme definido cláusula contratual, pelo custo atuarial do plano, que na presente data, refere-se ao IGP-DI acrescido de 5,50% ao ano.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da controlada indireta Eletropaulo devolvidos pela Fundação CESP, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 01 de janeiro de 2009. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou pelo custo atuarial do plano, que na presente data, refere-se ao IGP-DI acrescido de 5,50% ao ano, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 1º de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial do plano e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

Controlada Eletropaulo	2013	2012
	Não Circulante	Não Circulante
<u>Movimentação contábil do passivo registrado</u>		
Saldo no início do exercício (*)	3.963.808	2.436.445
Despesa do período conforme laudo atuarial	334.406	239.914
Pagamento de contribuições	(255.173)	(260.811)
Ajuste de avaliação atuarial	(1.489.871)	1.544.029
Outras despesas do exercício	-	4.231
Saldo atual - controlada Eletropaulo	<u>2.553.170</u>	<u>3.963.808</u>

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, as controladas Eletropaulo e Tietê adotaram o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) de forma retrospectiva, desta forma, os saldos de 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21.12 Contratos com a Fundação Cesp – controlada Tietê

Quando da sua privatização, a controlada Tietê assumiu a cobertura do déficit atuarial do plano de previdência privada vigente até aquele momento, referente aos benefícios de aposentados e pensionistas e a garantia aos empregados ativos de um benefício, na data de sua aposentadoria, proporcional ao serviço passado. Para financiar esse déficit atuarial, em 25 de novembro de 1997, a controlada Tietê firmou um contrato de confissão de dívida com a Fundação CESP. O vencimento desse contrato seria em setembro de 2027. As parcelas deste contrato incluíam juros anuais de 6,0%, e eram ajustadas mensalmente pelo IGP-DI. No final de cada exercício era feita uma avaliação atuarial e eventuais déficits ou superávits do plano eram acrescidos ou subtraídos do saldo do contrato, promovendo um recálculo das parcelas remanescentes. Ao longo dos anos, os superávits foram reduzindo o saldo do contrato, de modo que em 31 de dezembro de 2013, o saldo da dívida estava integralmente compensado com o ganho atuarial. No entanto, caso eventuais déficits referentes ao antigo plano de previdência privada venham a ocorrer no futuro, recursos adicionais poderão ser aportados pela controlada Tietê.

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a controlada Tietê calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Os números são diferentes, pois os cálculos seguem metodologias e premissas diferentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com estudo atuarial da controlada Tietê, foi constatado um superávit, entretanto, não existe ativo atuarial registrado em função da limitação do valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (*asset ceiling*). Esta limitação se deve ao fato da avaliação atuarial da Fundação CESP, para fins de atendimento às resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC indicar um déficit, e, portanto, impossibilitando que o superávit observado no estudo atuarial da controlada Tietê possa gerar qualquer tipo de benefício econômico para empresa.

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

Controlada Tietê	2013	2012
	Não Circulante	Não Circulante
Movimentação contábil do passivo registrado		
Saldo no início do exercício (*)	4.024	-
Despesa do período conforme laudo atuarial	3.731	1.727
Pagamento de contribuições	(1.012)	(1.036)
Ajuste de avaliação atuarial	(6.743)	3.333
Saldo atual - controlada Tietê	-	4.024

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisões para processos judiciais e outros

22.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Saldos:

	Controladora	
	Passivo	
	Provisão para processos judiciais e outros	
	2013	2012
Processos fiscais - Pis/Cofins (D)	29.433	26.570
Processos fiscais - outros	-	166
Total	29.433	26.736
Circulante	-	-
Não Circulante	29.433	26.736
Total	29.433	26.736

	Consolidado	
	Passivo	
	Provisão para processos judiciais e outros	
	2013	2012
Trabalhista (A)	279.943	287.695
Pis - controlada Tietê (B)	2.052	1.992
Pis / Cofins - controlada Elpa (C)	16.966	15.963
Pis / Cofins - controladora Brasileira (D)	29.433	26.570
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (E)	16.191	16.049
Processos cíveis (F)	57.558	42.037
Perda no repasse da energia de Itaipu (G)	14.828	10.900
Processos administrativos - prefeituras (H)	472	725
Processos fiscais (I)	60.489	49.882
Despacho 288 (J)	27.265	25.817
Compensações IRPJ e CSLL - controlada Tietê (K)	4.794	4.685
Processos regulatórios (L)	54.294	68.935
Meio ambiente (M)	33.685	9.730
Outros	23.796	23.085
Total	621.766	584.065
Circulante	202.730	178.873
Não Circulante	419.036	405.192
Total	621.766	584.065

O total consolidado de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$527.724 (R\$508.291 em 31 de dezembro de 2012), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Cauções e Depósitos Vinculados	
	2013	2012
Processos classificados como prováveis	337.368	287.367
Processos classificados como possíveis	74.411	72.548
Processos classificados como remotos	115.945	148.376
Total	527.724	508.291

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação:-

	Consolidado					
	Movimentação da Provisão para processos judiciais e outros					
	Saldo inicial 31.12.2012	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2013
Trabalhista (A)	287.695	93.859	11.799	(61.129)	(52.281)	279.943
Pis - controlada Tietê (B)	1.992	-	60	-	-	2.052
Pis / Cofins - controlada Elpa (C)	15.963	-	1.003	-	-	16.966
Pis / Cofins - controlador a Brasileira (D)	26.570	1.068	1.624	-	171	29.433
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (E)	16.049	343	1.876	(800)	(1.277)	16.191
Processos cíveis (F)	42.037	30.525	7.083	(17.095)	(4.992)	57.558
Perda no repasse da energia de Itaipu (G)	10.900	-	3.928	-	-	14.828
Processos administrativos - prefeituras (H)	725	-	21	(260)	(14)	472
Processos fiscais (I)	49.882	10.802	2.168	(202)	(2.161)	60.489
Despacho 288 (J)	25.817	-	1.448	-	-	27.265
Compensações IRPJ e CSLL - controlada Tietê (K)	4.685	-	158	-	(49)	4.794
Processos regulatórios (L)	68.935	14.529	5.416	(28.146)	(6.440)	54.294
Meio ambiente (M)	9.730	40.260	77	(13.777)	(2.605)	33.685
Outros	23.085	871	-	-	(160)	23.796
Total	584.065	192.257	36.661	(121.409)	(69.808)	621.766

	Consolidado					
	Movimentação da Provisão para processos judiciais e outros					
	Saldo inicial 31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2012
Trabalhista (A)	322.663	144.901	15.052	(94.385)	(100.536)	287.695
Pis / Cofins - controlada Tietê (B)	52.740	-	1.824	(48.486)	(4.086)	1.992
Pis / Cofins - controlada Elpa (C)	11.616	3.441	906	-	-	15.963
Pis / Cofins - controlador a Brasileira (D)	23.448	1.478	1.644	-	-	26.570
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (E)	23.661	5.448	1.654	(10.297)	(4.417)	16.049
Processos cíveis (F)	44.337	16.657	6.419	(20.322)	(5.054)	42.037
Perda no repasse da energia de Itaipu (G)	8.698	-	2.202	-	-	10.900
Processos administrativos - prefeituras (H)	725	-	-	-	-	725
Processos fiscais (I)	49.583	181	2.947	(466)	(2.363)	49.882
Despacho 288 (J)	24.138	-	1.679	-	-	25.817
Compensações IRPJ e CSLL - controlada Tietê (K)	4.507	-	178	-	-	4.685
Processos regulatórios (L)	26.916	38.783	4.724	(1.488)	-	68.935
Meio ambiente (M)	15.825	7.915	-	(11.388)	(2.622)	9.730
Outros	22.134	978	-	-	(27)	23.085
Total	630.991	219.782	39.229	(186.832)	(119.105)	584.065

(A) Trabalhista: Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e terceiros das companhias controladas pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia. O valor total consolidado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$279.943 (R\$287.695 em 31 de dezembro de 2012).

(B) PIS – controlada Tietê: A controlada Tietê propôs medidas judiciais visando questionar alterações no cálculo do PIS instituídas pela Lei 9.718/98 referentes ao alargamento da base de cálculo. Em novembro de 2000 houve decisão definitiva favorável no STF. Atualmente aguarda-se levantamento do depósito judicial. Apesar de ter classificação de perda remota, trata-se de uma obrigação legal e, por isso, há uma provisão correspondente no valor de R\$2.052 atualizada até 31 de dezembro de 2013 (R\$1.992 em 31 de dezembro de 2012).

(C) PIS/Cofins – controlada Elpa: A controlada Elpa possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração da controlada Elpa, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma registra em 31 de dezembro de 2013 provisão no montante de R\$16.966 (R\$15.963 em 31 de dezembro de 2012).

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(D) PIS/Cofins – controladora Brasileira: A Companhia possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma registra em 31 de dezembro de 2013 provisão no montante de R\$29.433 (R\$26.570 em 31 de dezembro de 2012). Houve decisão de 1ª instância desfavorável, aguarda-se decisão de 2ª instância.

(E) Plano cruzado - reajuste de tarifa: Refere-se a processos movidos contra a controlada indireta Eletropaulo por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$16.191 (R\$16.049 em 31 de dezembro de 2012).

(F) Processos cíveis: existem processos cíveis de natureza geral e específica. As Administrações das controladas, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhecem provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, a saber:

Controlada AES Eletropaulo: A controlada indireta Eletropaulo está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de dezembro de 2013 tais demandas respondem pela provisão de R\$55.749 (R\$40.487 em 31 de dezembro de 2012).

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a controlada indireta Eletropaulo figura no pólo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$26.999 (R\$32.400 em 31 de dezembro de 2012).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da controlada indireta Eletropaulo com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$28.750 (R\$8.087 em 31 de dezembro de 2012).

Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merecem destaque as demandas:

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Represa Guarapiranga

Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada indireta Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada.

A decisão de mérito desfavorável à controlada indireta Eletropaulo transitou em julgado em 10 de agosto de 2012.

AIT – Central

Em 02 de fevereiro de 2000, a AIT – Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. (“AIT”) ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização contra a controlada indireta Eletropaulo, onde alega o descumprimento contratual por parte da mesma, que teria abandonado a relação contratual, pelo que requereu a rescisão do contrato, pagamento de multa, bem como o pagamento de indenização pelos danos sofridos (lucros cessantes e danos emergentes). Em 14 de agosto de 2000, foi proferida sentença em 1ª instância julgando a ação procedente. Em 26 de setembro de 2006, proferida decisão de 2ª instância, mantendo a condenação da controlada indireta Eletropaulo no pagamento da multa contratual e danos emergentes, porém, excluindo os lucros cessantes. Em 02 de junho de 2011, o Superior Tribunal de Justiça, julgando recurso da Autora, proferiu decisão restabelecendo a condenação dos lucros cessantes. Em março de 2013 a AIT deu início a execução dos danos emergentes. Os valores da condenação relativos à multa contratual já foram pagos, permanecendo a discussão relativamente aos danos emergentes, em fase de execução, e dos lucros cessantes, em fase de liquidação para apuração do valor.

(G) Perda no repasse da energia de Itaipu: Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da controlada Tietê não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a controlada Tietê protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito “ex nunc” da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da controlada Tietê decidiu manter o saldo dessa provisão em R\$14.828 (R\$10.900 em 31 de dezembro de 2012).

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(H) Processos administrativos - prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A controlada indireta Eletropaulo mantém provisão de R\$472 (R\$725 em 31 de dezembro de 2012).

(I) Processos fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 30 de setembro de 2013 montam a R\$60.489 (R\$49.882 em 31 de dezembro de 2012).

(J) Despacho n.º. 288: A AES Sul questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou operação de venda de energia efetuada pela AES Sul, podendo a sua respectiva recontabilização repercutir na controlada Tietê, que para tanto tem provisionada a quantia de R\$27.265 (R\$25.817 em 31 de dezembro de 2012). Em 29 de junho de 2012 foi publicada sentença de mérito desfavorável à AES Sul em 1ª instância, para a qual foi apresentado recurso em 11 de julho de 2012. Em 12 de julho de 2012 foi concedida liminar para a AES Sul suspendendo os efeitos da sentença até o julgamento do seu recurso.

(K) Compensações de IRPJ e CSLL – controlada Tietê: Em dezembro de 2008, a controlada Tietê foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão de o Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Atualmente aguarda-se a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF sobre os recursos apresentados pela controlada Tietê. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$127.752 (R\$ 118.943 até dezembro de 2012) envolvidos na discussão, apenas R\$4.794 (R\$4.685 até dezembro de 2012) são considerados como de perda provável, sendo o restante classificado como perda possível.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(L) Processos regulatórios – controlada indireta Eletropaulo e controlada Tietê:

(L.1) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 a 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. Em 07 de novembro de 2013, em juízo de reconsideração, a ARSESP decidiu reduzir parcialmente o montante da penalidade aplicada para R\$16.939. A controlada indireta Eletropaulo aguarda decisão de recurso ainda pendente de julgamento na ANEEL. Baseada em análises dos assessores legais, a controlada indireta Eletropaulo decidiu ajustar o montante provisionado para R\$16.939, que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$20.888 (R\$24.367 em 31 de dezembro de 2012).

(L.2) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0339/TN 2186/2011, em 26 de julho de 2011, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, é de R\$ 4.842. A ação fiscalizadora teve como objetivo verificar os fatos ocorridos na área de concessão da controlada indireta Eletropaulo no período de 7 a 9 de junho de 2011 que resultaram em interrupções no fornecimento de energia elétrica. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$5.944 (R\$5.493 em 31 de dezembro de 2012).

(L.3) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0373/TN 1899/2009, em 15 de fevereiro de 2012, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 2.612 é decorrente de fiscalização comercial. Após análise do recurso apresentado, a ARSESP decidiu reduzir a penalidade para R\$790. Com base nessa decisão, a controlada indireta Eletropaulo decidiu reverter R\$1.821 da provisão anteriormente realizada. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em agosto de 2013, que montava R\$829 (R\$2.787 em 31 de dezembro de 2012).

(L.4) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 02 de abril de 2012, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 07 de dezembro de 2010 a 04 de fevereiro de 2011, que impacta a Base de Remuneração Regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$16.463 (R\$15.214 em 31 de dezembro de 2012). A controlada indireta Eletropaulo em 18 de abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(L.5) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0389/TN 2240/2011, em 10 de julho de 2012, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$1.378, posteriormente reduzida em decisão da ANEEL, de 25 de setembro de 2013, para R\$1.368, foi decorrente de fiscalização nas “Medições Amostrais de Nível de Tensão”. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em outubro de 2013, que montava R\$1.491 (R\$1.418 em 31 de dezembro de 2012).

(L.6) A controlada indireta Eletropaulo recebeu os Termos de Notificações 245, 246 e 247/2010, em 9 de abril de 2010, da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A penalidade aplicada é decorrente de fiscalização no sistema de medição para faturamento da ETT Ramon Reberte Filho. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$266 (R\$245 em 31 de dezembro de 2012).

(L.7) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória – Ativo Imobilizado em Serviço, no montante de R\$126.379. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$9.394 (R\$8.681 em 31 de dezembro de 2012). A controlada indireta Eletropaulo em 02 de janeiro de 2013 apresentou recurso.

(L.8) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 402/2012-SFE, em 4 de janeiro de 2013, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora nos indicadores de continuidade (DEC e FEC) referente ao ano de 2009. A Administração da controlada indireta Eletropaulo optou pelo pagamento parcelado em 12 vezes deste débito, sendo que até 31 de dezembro de 2013 foram liquidadas as doze parcelas. Em 06 de dezembro de 2013 foi efetivado o pagamento da última parcela da multa no valor de R\$897.

(L.9) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0396/TN 2233/2011, em 09 de outubro de 2012, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora nos procedimentos adotados pela controlada indireta Eletropaulo em ocorrência prioritária no município de Diadema referente a fio partido energizado, desde a comunicação do rompimento até o momento do acidente fatal. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em maio de 2013, que montava R\$568 (R\$771 em 31 de dezembro de 2012).

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(L.10) A controlada indireta Eletropaulo recebeu Auto de Infração nº 0416/TN238/2012, em 09 de fevereiro de 2013, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, referente a não conformidades referentes ao procedimento de coleta de dados, registro e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, no montante de R\$14.423, sendo que após recurso administrativo o valor foi reduzido para R\$4.631. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, baseada em análises preliminares decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$1.339.

(L.11) A controlada indireta Eletropaulo recebeu Auto de Infração nº 136/2012-SFF, em 03 de janeiro de 2013, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, referente a contratação com partes relacionadas sem anuência prévia do regulador. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em abril de 2013, que montava R\$6.385.

(L.12) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0002/TN 0004/2012, em 08 de março de 2013, da ARSESP ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, corresponde ao montante de R\$ 873, e é decorrente de fiscalização nas “Medições Amostrais de Nível de Tensão do 2º a 4º Trimestre de 2011”. A Administração da controlada indireta Eletropaulo, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em julho de 2013, que montava R\$898 (R\$2.787 em 31 de dezembro de 2012).

(L.13) A controlada indireta Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0421/2013-SFE, em 08 de março de 2013, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. As penalidades aplicadas no montante de R\$ 6.050, são decorrentes de ação fiscalizadora com foco no planejamento, operação e manutenção de linhas, redes e subestações. Após análise do recurso apresentado, a ARSESP decidiu manter a penalidade. Em 22 de outubro de 2013, em julgamento pela Diretoria da ANEEL do recurso apresentado pela controlada indireta Eletropaulo a agência entendeu por não conhecer do mesmo, mantendo a penalidade na íntegra. Com base nessa decisão a Administração da controlada indireta Eletropaulo decidiu pela quitação integral da referida infração em 07 de novembro de 2013, que montava R\$7.609.

(L.14) A controlada Tietê recebeu Auto de Infração nº 135/2012-SFF, em 03 de janeiro de 2013, da ANEEL referente à contratação com partes relacionadas sem anuência prévia do regulador no montante de R\$1.129. A Administração da controlada Tietê, após análises dos assessores, decidiu provisionar o valor integral do auto de infração durante o primeiro trimestre de 2013. A controlada Tietê apresentou recurso, o qual foi acolhido pela ANEEL em 08 de maio de 2013, publicado no Despacho nº 1.431/2013, anulando a penalidade. Em virtude dessa decisão, a controlada Tietê efetuou a baixa da referida provisão durante o trimestre anterior.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(M) Meio ambiente

Controlada Tietê

(M.1) Existem 340 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a controlada Tietê no pólo passivo. O ajuizamento em face da controlada Tietê se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de concessão. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria mediante indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada Tietê avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 281 demandas, já que as demais 59 ações tiveram julgamentos favoráveis à controlada Tietê e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz em 31 de dezembro de 2013 a quantia estimada de R\$1.703 (R\$1.661 em 31 de dezembro de 2012).

(M.2) Em 4 ações relacionadas à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância (julgamento conjunto) determinando que a controlada Tietê efetive o reflorestamento de 100 metros de área de preservação permanente no Município de Mendonça – UHE Promissão. Os demais pedidos da ação foram julgados improcedentes, quais sejam (i) implantação de Unidade de Conservação; (ii) reparação das perdas econômicas supostamente sofridas pelo Município; (iii) compensação ambiental - recomposição de danos ambientais/socioeconômicos. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos, a análise de risco para esta decisão foi avaliada como de perda provável para a execução do reflorestamento dentro da área de concessão (aproximadamente 30 metros) e como possível para a área fora da responsabilidade da controlada Tietê (aproximadamente 70 metros). Em 05/09/2013 o Tribunal de Justiça de São Paulo reformou a decisão de 1ª instância, julgando a Ação Civil Pública movida pelo Município improcedente, especialmente por entender que os impactos ambientais decorrentes da implementação da Usina já estariam previstos dentro das condicionantes da Licença Ambiental. Diante dessa decisão judicial, com base no parecer de seus consultores jurídicos, o prognóstico da ação foi alterado para perda remota e houve a consequente reversão da provisão de R\$2.593 referente ao custo do reflorestamento no Município de Mendonça – UHE Promissão (aproximadamente 72 hectares).

(M.3) Em 05 de outubro de 2006, para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental da PCH Mogi-Guaçu, foi firmado com a SMA o Termo de Compensação Ambiental (“TCCA”) no valor de R\$600. No Termo, a controlada Tietê se compromete a aplicar o montante para a elaboração do plano de manejo integrado das unidades de conservação (i) Estação Ecológica Mogi-Guaçu e (ii) Reserva Biológica Mogi-Guaçu, sob a coordenação do Instituto Florestal e Instituto de Botânica. O valor está depositado em duas contas-poupança da controlada Tietê e os pagamentos são realizados conforme solicitação dos Institutos. Já foram gastos R\$283, porém, considerando o rendimento da poupança, a controlada Tietê decidiu provisionar o montante de R\$548.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(M.4) A controlada Tietê decidiu provisionar R\$6.410 para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental (“Compensação Ambiental”) das usinas Água Vermelha, Caconde, Limoeiro, Euclides da Cunha, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita, conforme convênio celebrado em 2002 (“Termo de Compromisso de Compensação Ambiental” ou “TCCA”) com o IBAMA (atualmente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio). Nesse Termo de Compromisso a controlada Tietê se comprometeu a aplicar um montante no valor de R\$4.402 (data base de 2002) em quatro Unidades de Conservação. Os pagamentos foram realizados conforme solicitação das Unidades de Conservação e todas as solicitações encaminhadas foram atendidas. No período de 2005 até 2012, conforme solicitação destas Unidades de Conservação, foram realizados pagamentos no valor de R\$1.232, restando R\$3.170 (R\$6.410 atualizado pelo IPCA, conforme previsto no TCCA).

Controlada indireta Eletropaulo

(M.5) Os órgãos ambientais de SP acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da controlada indireta Eletropaulo, por meio de processos administrativos próprios, levando a controlada indireta Eletropaulo, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2013, tais demandas respondem pela provisão R\$25.024 (R\$5.477 em 31 de dezembro de 2012). Dentre os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas à contaminação de solo e água subterrânea:

Complexo Cambuci: Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, o imóvel foi vendido, com o compromisso contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações de intervenção necessárias para encerramento da remediação, que deverá ser concluída em 2016.

Depósito de Postes – Miguel Yunes: Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A controlada indireta Eletropaulo deverá remover e destinar adequadamente os resíduos depositados na área com previsão de término em 2014.

Estações Transformadoras de Distribuição ETD's: A controlada indireta Eletropaulo iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminantes no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Em 2013 novos processos foram abertos devido a necessidade de ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos que deverão ter continuidade em 2014.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Apresentamos a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas.

Nº	Descrição da Contingência	Controladora Brasileira	
		Valor de Contingência Estimada	
		2013	2012
22.2.1	Auto de Infração - Aproveitamento de Prejuízo Fiscal	365.532	345.065
22.2.2	Compensações Administrativas – Saldos Negativos de IRPJ e CSLL	51.146	48.318
22.2.3	Compensações Administrativas – Créditos de IRRF	25.195	23.477
22.2.4	Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa	Não determinado	Não determinado

Nº	Descrição da Contingência	Controlada Eletropaulo	
		Valor de Contingência Estimada	
		2013	2012
22.2.5	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.434.214	1.315.974
22.2.6	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
22.2.7	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
22.2.8	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
22.2.9	Autuação PCLD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	56.154	52.654
22.2.10	Ação Civil Pública - Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC	Não determinado	Não determinado
22.2.11	Ação Popular - Maruzan Conrado	25.112	21.894
22.2.12	Ecovias - Remanejamento de Postes	2.000	2.000
22.2.13	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
22.2.14	AIT - Santo Amaro	114.480	98.569
22.2.15	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado	Não determinado
22.2.16	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
22.2.17	Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	10.147	Não determinado
22.2.18	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
22.2.19	Recolhimento do FGTS	105.247	93.938
22.2.20	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	39.183	38.779
22.2.21	NFLDs - Execuções Fiscais	38.224	35.366
22.2.22	CSLL - Base Negativa	116.894	112.277
22.2.23	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	53.460	8.490
22.2.24	PIS - Decretos nº. 2445/88 e 2449/88	49.394	38.969
22.2.25	PIS - Estatuto da Decadência	208.679	204.092
22.2.26	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	Não determinado	Não determinado
22.2.27	Finsocial	160.737	129.471
22.2.28	Cofins - Anistia	141.272	138.600
22.2.29	Ações Anulatórias - Multas de Trânsito	41.666	-

Nº	Descrição da Contingência	Controlada Tietê	
		Valor de Contingência Estimada	
		2013	2012
22.2.30	Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
22.2.31	Compensações de IRPJ e CSLL	122.958	114.258
22.2.32	Auto de Infração - Ágio Tietê	117.848	114.897
22.2.33	Auto de Infração - Pesquisa e Desenvolvimento	6.344	6.123
22.2.34	Ação Civil Pública - Mexilhões Dourados	Não determinado	-

Nº	Descrição da Contingência	Controlada Uruguaiana	
		Valor de Contingência Estimada	
		2013	2012
22.2.35	PIS/COFINS sobre receita de exportação	18.422	17.394
22.2.36	Ação judicial período de Dezembro de 2000 a março de 2002 CCEE	Não determinado	Não determinado
22.2.37	Requerimento de Arbitragem	Não determinado	Não determinado

Além dos processos apresentados acima, a controlada Tietê também está envolvida em duas ações com probabilidade de perda possível (Obrigação de expansão e licenciamento ambiental da “Termo São Paulo”), que estão detalhadas na nota explicativa nº 1.2.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.1) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº. 19515.001329/2010-04, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$365.532 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$345.065 em 31 de dezembro de 2012) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei nº. 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.

Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº. 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável em primeira instância. Em segunda instância, foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração, do qual aguarda decisão. Os assessores legais da Companhia classificam as chances de perda deste Auto de Infração em 30% (trinta por cento), razão pela qual não foi constituída qualquer provisão.

22.2.2) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na primeira instância administrativa. Atualmente, a Companhia aguarda julgamento do Recurso Especial ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Em caso de decisão desfavorável a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$51.146 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$48.318 em 31 de dezembro de 2012).

22.2.3) Compensações administrativas – créditos de IRRF

Créditos de IRRF – Em junho de 2010 a Companhia apresentou recurso administrativo em face da decisão da Receita Federal que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF no valor de R\$25.195 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$23.447 em 31 de dezembro de 2012), existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio – IRRF feitas por sua controlada indireta Eletropaulo. Até o momento, aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela Companhia perante a 2ª Instância Administrativa.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.4) Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública em 20 de julho de 2007 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Brasileira (“Companhia”), esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás, perante a Justiça Federal do Estado de São Paulo, questionando determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A.. Por conta de decisão liminar concedida em outubro de 2006 pelo Tribunal Regional Federal do Estado de São Paulo no recurso apresentado pela Companhia que visava, dentre outros pontos, a remessa do processo para a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, a ação civil pública foi suspensa em outubro de 2006, permanecendo em tal status até Julho de 2009, ocasião em que sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da Companhia, restando determinada a remessa da ação civil pública para a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro. Em abril de 2012, a Primeira Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro decidiu pela manutenção das Companhias AES Elpa e AES Brasileira no pólo passivo da Ação Civil Pública. Contra tal decisão foi apresentado o recurso competente, o qual aguarda julgamento. Paralelamente, em junho de 2012, as Companhias apresentaram suas defesas. Em dezembro de 2012, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal do Estado São Paulo para processar a referida ação civil pública, razão pela qual o processo foi remetido para São Paulo, onde será retomado. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

22.2.5) Eletrobrás - contrato de financiamento

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (controlada indireta Eletropaulo), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da controlada indireta Eletropaulo (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da controlada indireta Eletropaulo de valor estimado de R\$1.434.214 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$1.315.974 em 31 de dezembro de 2012), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da controlada indireta Eletropaulo e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela controlada indireta Eletropaulo, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a controlada indireta Eletropaulo não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a controlada indireta Eletropaulo de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (controlada indireta Eletropaulo, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, “Embargos de Declaração” e, em abril de 2007, “Embargos de Divergência” e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos foram decididos contra a controlada indireta Eletropaulo.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a controlada indireta Eletropaulo e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a controlada indireta Eletropaulo apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a controlada indireta Eletropaulo apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (controlada indireta Eletropaulo e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a controlada indireta Eletropaulo apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 04 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a controlada indireta Eletropaulo apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela controlada indireta Eletropaulo.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela controlada indireta Eletropaulo. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a controlada indireta Eletropaulo tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a controlada indireta Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela controlada indireta Eletropaulo em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à controlada indireta Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes.

Contra a decisão acima referida, em 07 de janeiro de 2013, a controlada indireta Eletropaulo apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador Carlos Santos de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (“Liminar”), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela controlada indireta Eletropaulo contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro no processo nº 0010021-19.1989.8.19.0001. Com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira instância ficou suspenso, aguardando o julgamento do recurso apresentado pela controlada indireta Eletropaulo.

Em 07 de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu provimento integral ao recurso da controlada indireta Eletropaulo, anulando integralmente a decisão de 1ª instância que atribuiu à Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do débito, confirmando sua decisão anterior que suspendeu os procedimentos da execução. Não houve a interposição de recursos pela Eletrobrás e pela CTEEP contra esta decisão.

Dessa forma, o processo deverá ser retomado em 1ª instância para que se prossiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Com a reversão da decisão desfavorável à controlada indireta Eletropaulo, a estimativa é que os trabalhos periciais não se encerrem em um prazo inferior a seis meses a ser contado do início dos trabalhos periciais. Ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o responsável pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela controlada indireta Eletropaulo, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a controlada indireta Eletropaulo, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a controlada indireta Eletropaulo possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela controlada indireta Eletropaulo, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a controlada indireta Eletropaulo poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar o valor de R\$1.434.214, atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$1.315.974 em 31 de dezembro de 2012).

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.6) Enquadramento de consumidores na tarifa baixa renda - ação civil pública

O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a controlada indireta Eletropaulo e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pro-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e em sendo alterada o teor da decisão que foi favorável à controlada indireta Eletropaulo, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

22.2.7) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais

O Ministério Público Federal, em 05 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a controlada indireta Eletropaulo e a ANEEL visando à descon sideração dos valores do contrato firmado entre as controladas Eletropaulo e Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da AES Eletropaulo, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 03 de julho de 2012 a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da controlada indireta Eletropaulo deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.8) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal

Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à controlada indireta Eletropaulo, fazendo constar em seu acórdão que a controlada indireta Eletropaulo teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a controlada indireta Eletropaulo e a ANEEL, visando o reconhecimento e conseqüente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à controlada indireta Eletropaulo, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Aguarda-se julgamento de recurso apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

22.2.9) Autuações PCLD – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 04 de maio de 2000 - AI nº 015/TN170 e em 05 de abril de 2001 – AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A controlada indireta Eletropaulo propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os Recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$56.154 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$52.654 em 31 de dezembro de 2012).

AI nº 015/TN170

Em 04 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela controlada indireta Eletropaulo no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 06 de julho de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a controlada indireta Eletropaulo apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 10 de setembro de 2013, a controlada indireta Eletropaulo ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), visando suspender o processo e a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL até julgamento final dos recursos pelo STJ e pelo STF. Em 17 de setembro de 2013, o TRF1 concedeu o efeito suspensivo requerido pela controlada indireta Eletropaulo. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$12.602 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$11.816 em 31 de dezembro de 2012). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar o valor mencionado.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

AI 027/TN0336/1

Em 27 de agosto de 2013, o recurso da controlada indireta Eletropaulo, apresentado contra a sentença desfavorável de 1ª instância de fevereiro de 2002, foi provido, cancelando a multa imposta pela ANEEL. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$43.552 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$40.838 em 31 de dezembro de 2012). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar o valor mencionado.

22.2.10) Ação civil pública - plano cruzado – ASSOBRAE e ANDEC

A ASSOBRAE alega que a controlada indireta Eletropaulo teria se beneficiado do aumento, supostamente ilegal, de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº. 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. Em 14 de março de 2011 sobreveio decisão de 1ª Instância favorável à controlada indireta Eletropaulo, ao que a ASSOBRAE apresentou recurso. Aguarda-se julgamento do recurso apresentado pela ASSOBRAE e caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, em função de depender de ações individuais dos consumidores.

22.2.11) Ação popular - Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a controlada indireta Eletropaulo, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. O processo encontra-se em fase de instrução. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$25.112 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$21.894 em 31 de dezembro de 2012).

22.2.12) Ecovias - remanejamento de postes

Em 28 de julho de 2004, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A ajuizou demanda judicial visando obrigar a controlada indireta Eletropaulo a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a autora. No momento, aguarda-se a conclusão de trabalhos periciais e posterior sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$2.000 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$2.000 em 31 de dezembro de 2012).

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.13) Ecovias - uso do solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A ajuizou demanda judicial contra a controlada indireta Eletropaulo visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no STJ em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a controlada indireta Eletropaulo já apresentou seu recurso em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADÉE requereu seu ingresso no processo como parte interessada. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

22.2.14) AIT – Santo Amaro

Em 25 de junho de 2002, a AIT – Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. (“AIT”) ajuizou ação indenizatória contra a controlada indireta Eletropaulo, por meio da qual requereu o pagamento de indenização em razão de suposta perda de participação no mercado de informática que teria sido ocasionada pelo descumprimento e posterior rompimento do contrato firmado com a Eletropaulo Estatal. Proferida decisão pela 1ª instância, com base em um dos cenários apresentados pelo perito judicial, decidindo que a AIT deveria receber R\$ 51.000 pelos danos sofridos. Em 25 de julho de 2013, foi publicada decisão proferida em 2ª instância dando parcial provimento ao recurso da controlada indireta Eletropaulo, excluindo da condenação imposta em 1ª instância os lucros cessantes, mantendo somente os danos emergentes, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 27 de setembro de 2013, a controlada indireta Eletropaulo apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), para reformar a decisão na parte que manteve a condenação no pagamento dos danos emergentes. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar aproximadamente o valor de R\$114.480, atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$98.569 em 31 de dezembro de 2012).

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.15) Ação civil pública - City Boaçava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da controlada indireta Eletropaulo. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela controlada indireta Eletropaulo, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de “*amicus curiae*”. Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela controlada indireta Eletropaulo é de “Repercussão Geral”, pelo que o ministro relator do caso no STF convocou audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com autoridade e experiência sobre o tema relativo ao campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia elétrica. A Audiência Pública foi realizada nos dias 6, 7 e 8 de março de 2013, sendo que 21 participantes prestaram esclarecimentos ao STF sobre diversos assuntos relacionados ao caso. Aguarda-se o julgamento do recurso pelo Supremo Tribunal Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

22.2.16) Ação civil pública - ETD Panorama

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. A ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que foram rejeitados. Foi interposta apelação pela Sociedade. Aguarda-se julgamento do recurso interposto pela Sociedade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.17) Ação civil pública – suspensão do fornecimento

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 06 de janeiro de 2006, ajuizou ação civil pública contra a controlada indireta Eletropaulo objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os municípios de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a controlada indireta Eletropaulo obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Em 22 de setembro de 2010 foi publicada a sentença julgando parcialmente procedente a ação em 1ª instância. Após a interposição de recurso pelas partes, em novembro de 2012 foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dando parcial provimento ao recurso da controlada indireta Eletropaulo, e negando provimento ao recurso do Autor. A controlada indireta Eletropaulo apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra a referida decisão em 04 de abril de 2013. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$ 10.147, atualizado até 31 de dezembro de 2013. O referido montante foi estimado após conclusão do levantamento em setembro de 2013.

22.2.18) Ação civil pública – contas vencidas – 90 Dias

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a controlada indireta Eletropaulo objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex-proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela controlada indireta Eletropaulo. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, e contra tal decisão a controlada indireta Eletropaulo apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual aguarda julgamento. No momento é aguardado o reconhecimento do término do cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.19) Recolhimentos do FGTS

Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 no valor de R\$105.247 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$93.938 em 31 de dezembro de 2012). Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender como infundada a cobrança pretendida, a controlada indireta Eletropaulo ajuizou uma Ação Cautelar para, diante da apresentação de uma Carta de Fiança, suspender o débito até que o mérito da discussão seja julgado. Até o momento, aguardamos decisão de 1ª Instância.

22.2.20) PASEP - suspensão de exigibilidade

Em novembro de 2006 a controlada indireta Eletropaulo ajuizou Ação Cautelar a fim de suspender a exigibilidade dos débitos de PASEP no valor de R\$39.183 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$38.779 em 31 de dezembro de 2012) cobrado por meio do Processo Administrativo nº. 10880.036851/90-51, o que foi concedido mediante a apresentação de Carta de Fiança. Tendo em vista a decisão desfavorável em 1ª Instância, a controlada indireta Eletropaulo apresentou recurso, o qual ainda aguarda julgamento.

22.2.21) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLD)-execuções fiscais

Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos Previdenciários (NFLDs) – Tratam-se de três Execuções Fiscais promovidas pelo INSS contra a controlada indireta Eletropaulo, que totalizam o montante de R\$38.224 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$35.366 em 31 de dezembro de 2012). Em suma, as discussões versam sobre a possível incidência da Contribuição Previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Duas Execuções Fiscais tiveram decisão de 1ª instância desfavorável e no momento aguarda-se decisão de 2ª instância, a terceira aguarda-se decisão de 1ª instância.

22.2.22) CSLL - base negativa

CSLL Base Negativa – Em novembro de 2007, a controlada indireta Eletropaulo ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº. 2.158/01, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. A controlada indireta Eletropaulo insurge-se contra a aplicação desta regra, pois quer que seja respeitada proporção definida no protocolo de cisão, que é anterior à publicação da mencionada MP. A diferença entre os percentuais de saldo credor perfaz o montante de R\$116.894 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$112.277 em 31 de dezembro de 2012). Atualmente, contamos com uma decisão favorável em 1ª Instância e aguardamos o julgamento do recurso apresentado pela União. Apesar desta decisão, que suspende a exigibilidade do débito, em setembro de 2010, a Receita Federal lavrou Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da controlada indireta Eletropaulo exigindo valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestres de 2005 e nos anos de 2006 e 2007. Em julho de 2012, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a controlada indireta Eletropaulo.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão parcialmente favorável à controlada indireta Eletropaulo. Diante do cenário, foi apresentado Embargos de Declaração, do qual aguarda-se decisão.

22.2.23) Execuções fiscais municipais - diversas

A controlada indireta Eletropaulo possui diversas Execuções Fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, Multas Posturais e ISS. O total dos débitos classificados como perda possível é de R\$53.460 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$8.490 em 31 de dezembro de 2012). A maior parte deste montante (R\$40.197) refere-se a 6 Execuções Fiscais dos municípios de Itapevi e Jandira, onde são exigidas multas pela não apresentação de laudos técnicos para cada ativo instalado no município.

22.2.24) PIS – Decretos-Lei n.ºs. 2.445/1988 e 2.449/1988

Em julho de 2000, a controlada indireta Eletropaulo ajuizou Ação Judicial visando o reconhecimento dos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo STF. Em maio de 2012, obtivemos decisão definitiva favorável reconhecendo o direito ao mencionado crédito. Contudo, há em trâmite cinco Execuções Fiscais que visam a cobrança dos débitos compensados pela controlada indireta Eletropaulo em 2002. Como tais débitos foram compensados com os créditos já reconhecidos pela decisão definitiva mencionada acima, eventual exposição da controlada indireta Eletropaulo cinge-se à multa de mora de 20% aplicáveis aos débitos compensados, o que perfaz o montante de R\$49.394 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$38.969 em 31 de dezembro de 2012).

22.2.25) PIS – estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de supostos débitos de PIS no valor de R\$208.679 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$204.092 em 31 de dezembro de 2012) decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP 1.407/96. Em oposição a esta cobrança, a controlada indireta Eletropaulo apresentou defesa sustentando a decadência do direito de o Fisco exigir estes valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do débito tributário, que teria tardado mais de cinco anos. Decisão de 1ª instância desfavorável, no momento aguarda-se decisão de 2ª instância.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.26) Ação civil pública – restabelecimento de energia elétrica

Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a controlada indireta Eletropaulo, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a controlada indireta Eletropaulo apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a controlada indireta Eletropaulo apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011, tendo o caso sido enviado à Justiça Federal após ter sido admitido o ingresso da ANEEL no processo, onde aguarda julgamento, Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, em razão da atual situação do processo, não são passíveis de quantificação.

22.2.27) Finsocial

Em julho de 2012 a controlada indireta Eletropaulo foi intimada por dois Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de Finsocial. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$160.737 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$129.471 em 31 de dezembro de 2012). Em Abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a controlada indireta Eletropaulo, da qual foi apresentado Recurso Voluntário. No momento, aguarda-se decisão sobre o recurso apresentado.

22.2.28) Cofins - anistia

COFINS Anistia – Ação Judicial proposta pela controlada indireta Eletropaulo em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei 9.779/99. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$141.272 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$138.600 em 31 de dezembro de 2012).

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.29) Ações Anulatórias – Multas de trânsito

A controlada indireta Eletropaulo é autora de 12 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas. Duas ações onde se discutem débitos no valor de R\$20.102, atualizado até 31 de dezembro de 2013, tiveram decisões desfavoráveis em 2ª instância, contra as quais a controlada indireta Eletropaulo apresentou os competentes recursos. Uma ação que discutia o valor de R\$4.824 (31 de dezembro de 2013) teve decisão final favorável à controlada indireta Eletropaulo, anulando-se os débitos discutidos judicialmente. De acordo com os assessores legais, a chance de perda de todos os casos é classificada como possível. O valor total atualizado em discussão nas 11 ações anulatórias pendentes de decisão final, até 31 de dezembro de 2013, é de R\$41.666.

22.2.30) Recomposição de danos ambientais

Em uma ação relacionada à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância determinando que a controlada Tietê (i) mantenha o programa de estocagem de peixes e (ii) cumpra as medidas para a proteção do meio ambiente equilibrado sugeridas pelo Perito Judicial. Em 18/04/2013 a ação foi julgada em 2ª instância e o Tribunal de Justiça de SP julgou a Ação Civil Pública improcedente, decisão que não teve recurso do Município autor da ação e foi registrada como definitiva em 17/07/2013. Diante da decisão favorável à AES, com base no parecer de seus consultores jurídicos, o risco de perda relacionado foi alterado para Remoto, aguardando-se apenas a remessa do processo ao arquivo. As demais três ações em andamento, sem decisões desfavoráveis, todas com avaliação da probabilidade de risco de perda avaliada como possível, de forma geral, requerem que a controlada Tietê realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

22.2.31) Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (k) da nota explicativa nº 22, a Receita Federal intimou a controlada Tietê sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas de IRPJ e CSLL.

De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$127.752 (R\$118.943 em 2012) envolvidos na discussão, apenas R\$4.794 (R\$4.685 até dezembro de 2012) são considerados como probabilidade de perda provável, sendo o restante de R\$122.958 (R\$114.258 em 2012) classificado como perda possível.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.32) Auto de infração – ágio Tietê

Em novembro de 2011, foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$117.848 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$114.897 em 31 de dezembro de 2012) em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à controlada Tietê. No momento aguarda-se julgamento do recurso de ofício ao CARF.

22.2.33) Auto de infração – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela controlada Tietê, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da empresa. Em novembro de 2013 foi apresentado recurso voluntário, que aguarda julgamento. De acordo com os assessores legais, a chance de perda do caso é classificada como possível. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$6.344 (R\$6.123 em 31 de dezembro de 2012).

22.2.34) Ação civil pública – Mexilhões Dourados

O Ministério Público Federal de Jales (MPF) ajuizou ação civil pública em 25 de março de 2013 contra a controlada AES Tietê, União Federal, IBAMA e Estado de SP visando a adoção de medidas de controle e erradicação para combate à proliferação desordenada do mexilhão dourado no reservatório da UHE Água Vermelha através das medidas de divulgação, monitoramento, capacitação e fiscalização a serem adotadas pela Força Tarefa Nacional de Controle ao Mexilhão Dourado bem como através da execução do plano de execução de manejo sugerido pelo Ministério Público ou, caso isso seja absolutamente impossível, que seja mantido o nível atual da população de mexilhões, sob pena de responsabilização pela sua proliferação no reservatório. Liminarmente são solicitadas providencias para (i) Inserção da controlada AES Tietê e do Estado de SP na Força Tarefa Nacional de controle do mexilhão; (ii) 90 dias para apresentação do mapeamento/monitoramento da área contaminada pelo mexilhão, mediante identificação com placas informativas, bem como (iii) a apresentação de Plano de Manejo na forma apontada pelo MPF; (iv) 60 dias para a identificação das áreas de potencial invasão e (v) Participação no custeio da divulgação em mídia sobre as medidas profiláticas adotadas, tudo sob pena de multa diária de R\$10 para caso de descumprimento. Em 05 de setembro de 2013 a controlada Tietê foi citada, e em 04 de outubro de 2013 apresentou contestação e argumentos contrários à ordem liminar solicitada pelo Ministério Público Federal. A classificação de risco da ação, de acordo com parecer de seus consultores jurídicos, é de perda possível. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Tietê terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.35) Pis/Cofins sobre receita de exportação

Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a controlada Uruguaiana no valor de R\$18.422 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$17.394 em 31 de dezembro de 2012) em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela controlada Uruguaiana. Em função da decisão desfavorável proferida pelo CARF, apresentamos recurso à Câmara Superior do CARF, o qual ainda aguarda julgamento.

22.2.36) Ação judicial - período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE

A controlada Uruguaiana ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre Dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho n.º 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela controlada Uruguaiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre Dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da controlada Uruguaiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001. No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela controlada Uruguaiana que determinou a suspensão da exigência dos valores objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevindo sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pela ONS e CCEE. O Procedimento principal, por sua vez, que discute o mérito das alegações suscitadas pela controlada Uruguaiana, encontra-se em andamento em 1ª instância, em fase de produção de provas, sem decisão judicial.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.37) Requerimento de arbitragem

Em 6 de abril de 2009, a YPF apresentou requerimento de arbitragem contra a controlada Uruguaiana e as empresas Sulgás e Transportadora de Gás Del Mercosur S.A. (TGM) perante a Câmara de Comercio Internacional (ICC) requerendo, dentre outros pedidos, o reconhecimento de que a controlada Uruguaiana e a empresa Sulgás repudiaram e, unilateralmente e ilegalmente, rescindiriam o contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998, e de que seriam elas as responsáveis por todo e qualquer dano experimentado pelas partes por conta de tal término.

Em 26 de março de 2009, a AES Uruguaiana apresentou requerimento de arbitragem perante a Câmara de Comercio Internacional (ICC), contra a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (“YPF”), empresa argentina responsável pelo fornecimento de gás à controlada Uruguaiana, pleiteando o pagamento de indenização relacionada ao término do contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998 entre YPF, a controlada Uruguaiana e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (“Sulgás”).

Em abril de 2011 os dois procedimentos arbitrais foram consolidados em procedimento único, tendo sido estabelecido um novo cronograma processual para o procedimento unificado. Em dezembro de 2011 foram realizadas as audiências para que fossem ouvidos os peritos e em Janeiro de 2012 foram apresentadas as alegações finais de todas as partes. Em maio de 2013 foi proferida decisão arbitral favorável a controlada Uruguaiana. Em Junho de 2013 a YPF questionou judicialmente a decisão arbitral proferida em Maio. Em 29 de julho de 2013, o Tribunal Arbitral decidiu pela suspensão do procedimento de arbitragem até o dia 30 de setembro de 2013, quando após manifestação das partes, decidirá sobre a continuidade da arbitragem e o início da fase de liquidação dos valores a serem pagos a título de indenização pela YPF. Em agosto de 2013, a controlada Uruguaiana apresentou ao Tribunal Arbitral pedido de reconsideração da decisão que determinou a suspensão da arbitragem, assim como iniciou ação judicial no Uruguai para anular essa decisão e obter assim o reconhecimento de que eventual pedido de anulação da sentença arbitral deveria ter sido apresentado perante o Poder Judiciário Uruguaio. Em 17 de outubro de 2013, o Tribunal Arbitral levantou a suspensão e retomou a arbitragem. O Tribunal Arbitral divulgou, em 10 de dezembro de 2013, o calendário processual final a ser seguido para a segunda fase da arbitragem, com início em janeiro de 2014, para que a controlada Uruguaiana, Sulgás e TGM apresentassem seus pedidos de indenização contra a YPF. As audiências para essa fase foram marcadas para novembro de 2014.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Cartas de fiança e caução

Em 31 de dezembro de 2013, as controladas Eletropaulo, Tietê e Uruguaiana possuem cartas de fiança para processos judiciais e para compra de energia. As principais cartas de fiança destas controladas estão relacionadas abaixo:

Controlada Eletropaulo			
Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	31	1.054.687	1,00% a 6,00%
Cível	13	73.711	1,20% a 6,33%
Trabalhista	31	53.890	1,30% a 2,00%
		1.182.288	

Controlada Tietê			
Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	2	1.984	1,40%
Compra de energia	21	28.351	0,70% a 1,50%
		30.335	

23. Encargos tarifários e do consumidor a recolher

	Consolidado	
	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	11.082	41.153
Quota para a CCC - Sistemas Isolados	-	28.757
Quota para a Reserva Global de Reversão	-	11.610
Outros encargos	159	285
Total	11.241	81.805
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Quota para a Reserva Global de Reversão	-	2.705
	-	2.705

De acordo com a Lei nº 12.783/13, foram extintas as arrecadações dos encargos CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduzidas as arrecadações da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

Controlada Eletropaulo	2013	2012
Saldo Líquido Passivo		
Pesquisa e Desenvolvimento	42.213	45.097
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.413	1.618
Ministério de Minas e Energia	706	809
Eficiência Energética	12.305	26.404
Total	56.637	73.928
Controlada Tietê		
Saldo Líquido Passivo		
Pesquisa e Desenvolvimento	11.030	11.380
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	846	1.314
Ministério de Minas e Energia	423	330
Total	12.299	13.024
Controlada Uruguaiana		
Saldo Líquido Passivo		
Pesquisa e Desenvolvimento	1.680	1.443
Total	1.680	1.443
Total - Consolidado	70.616	88.395
Circulante	55.188	61.460
Não Circulante	15.428	26.935
Total	70.616	88.395

De acordo com a Lei nº 9.991/2000 e posteriores atualizações, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo sobre a sua receita operacional líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Distribuição

As concessionárias de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 0,5% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento e 0,5% em programas de eficiência energética voltados ao setor elétrico.

Geração

As concessionárias de geração, as autorizadas à produção independente de energia elétrica e as concessionárias de transmissão ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 1% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados ao setor elétrico.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE				
Devolução - Obrigações vinculadas à concessão	-	-	38.746	38.323
Devolução - Diferença alíquota ICMS - Condomínios (*)	-	-	56.409	-
Empréstimo compulsório Eletrobrás	-	-	58	568
Programa baixa renda	-	-	5.513	5.511
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	1.753	2.550
Adicional CCC - Lei 12.111	-	-	-	2.427
Recebimento em duplicidade de clientes	-	-	14.952	18.417
Ajuste de faturas - Consumidores	-	-	17.093	11.274
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	10.608	9.680
Cosip - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	-	-	66.957	48.787
Bônus Itaipu	-	-	3.684	2.797
Credores diversos	-	-	8.768	28.706
Outras	1	-	21.592	17.913
Total	1	-	246.133	186.953
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamento relacionado a venda de bens - controlada Eletropaulo	-	-	57.245	20.000
Outras	-	-	6.161	7.051
Total	-	-	63.406	27.051
Total Geral	1	-	309.539	214.004

(*) A Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010 enquadrando o atendimento de áreas coletivas de conjuntos de prédios residenciais (condomínios) na classe tarifária comercial, cuja alíquota de ICMS é de 18%. Releva-se que, anteriormente à publicação do referido normativo, a regulamentação vigente permitia que tais áreas fossem enquadradas tanto na classe tarifária comercial como residencial (alíquota de ICMS de 25%).

Desta forma, desde a publicação da nova regra regulatória pela ANEEL, a controlada indireta Eletropaulo vem envidando esforços para a identificação e o reenquadramento dessas unidades consumidoras na classe comercial, com consequente alteração da cobrança da alíquota de ICMS de 25% para 18%. Em 2013 a controlada indireta Eletropaulo efetuou novas revisões em sua base cadastral de consumidores (inclusive com a adoção de esforços das equipes in loco), visando identificar condomínios que ainda necessitam sofrer a alteração tarifária (de residencial para comercial).

Cabe ressaltar que o valor do ICMS arrecadado a maior foi repassado ao Estado de São Paulo, o que gerou para a controlada indireta Eletropaulo um saldo de ICMS a recuperar sobre a cobrança efetuada a maior (vide nota explicativa nº 6.2), em contrapartida do valor a ser devolvido aos clientes na forma de crédito nas faturas de energia. O montante de R\$56.409 contempla além da diferença de alíquota de ICMS, devolução de tarifa de energia elétrica e PIS/COFINS.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social autorizado da Companhia é de R\$3.325.493. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado da Companhia era de R\$2.960.708, composto por 600.000.001 ações ordinárias e 50.000.007 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais têm as seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (b) direito de serem incluídas na oferta pública decorrente de alienação de controle, a fim de assegurar-lhes preço igual ao valor pago por ação com direito a voto; e (c) participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve emissão ou resgate de ações.

b) Composição acionária

	Controladora			
	Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>				
AES Brasil Holdings Ltda.	300.000.001	50,00	7	-
BNDESPar	300.000.000	50,00	50.000.000	100,00
Total das ações	600.000.001	100,00	50.000.007	100,00

c) Ajuste de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Na controlada indireta Eletropaulo

Em 30 de junho de 2007, a controlada indireta Eletropaulo registrou reavaliação espontânea dos seus ativos no montante de R\$1.128.336, líquido dos efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Em consequência, a Companhia registrou, naquela data, o reflexo da mais valia na conta de ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$393.463. A amortização dessa mais valia é registrada diretamente na conta de lucros acumulados, concomitantemente ao registro da depreciação, baixa ou alienação dos bens na controlada indireta Eletropaulo.

Descrição	%	2013	2012
Ajuste de avaliação patrimonial registrada na controlada Eletropaulo		697.547	743.139
Participação da AES Elpa na Eletropaulo	30,97%	<u>216.028</u>	<u>230.150</u>
Participação da Companhia na Eletropaulo	4,44%	30.989	32.995
Participação da Companhia na AES Elpa	98,26%	212.263	226.145
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa registrada na Companhia		<u>243.252</u>	<u>259.140</u>

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Na controlada Tietê

A controlada Tietê decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data base da transição para a adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, em 1º, de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação por empresa especializada. Na data de transição, o valor desta mais valia no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários, pela controlada.

Em consequência, a Brasileira registrou, de forma reflexa, o impacto do novo custo atribuído, na conta de ajuste de avaliação patrimonial de controladas, no seu patrimônio líquido, no montante de R\$755.327, na rubrica ajustes de avaliação patrimonial. A amortização dessa mais valia é registrada diretamente na conta de lucro acumulados, concomitantemente ao registro da depreciação, baixa ou alienação desses ativos na controlada Tietê.

Descrição	%	2013	2012
Ajuste de avaliação patrimonial registrada na controlada Tietê		1.053.164	1.123.871
Participação da Companhia	52,55%	553.386	590.482
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa registrada na Companhia		553.386	590.482

Em ambos os casos, os efeitos tributários sobre essa mais valia estão classificados como Tributos e contribuições sociais diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida da realização da respectiva mais valia, através da sua depreciação/amortização ou alienação dos bens a ela vinculados.

d) Dividendo obrigatório

De acordo com a alínea b do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório devido aos acionistas equivale a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado por ação e destinação de resultado

27.1 Demonstração do cálculo do lucro por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Acumulado em	
	2013	Reapresentado 2012
Resultado Líquido de Operações Contínuadas originalmente apresentada	-	340.604
Ajuste reflexo de cálculo atuarial de controladas	-	(18.458)
Resultado Líquido de Operações Contínuadas	517.018	322.146
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-	-
	517.018	322.146
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	600.000	600.000
Média ponderada do número de ações preferenciais	50.000	50.000
Remuneração das ações preferenciais - idênticas às ordinárias	1,00	1,00
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	50.000	50.000
Denominador ajustado		
Denominador para lucro básico e diluído por ação	650.000	650.000
Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado	650.000	650.000
Lucro por ação (R\$ por ação)		
<u>Das Operações Contínuadas</u>		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,79541	0,49561
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,79541	0,49561
<u>Das Operações Descontinuadas</u>		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	-	-
Lucro básico e diluído por ação preferencial	-	-
Soma - ON	0,79541	0,49561
Soma - PN	0,79541	0,49561

Lucro atribuível ao acionista

Exercício	Ordinárias	Preferenciais	Total
2013	477.247	39.771	517.018
2012	297.366	24.780	322.146

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27.2 Destinação do resultado

Conforme disposto no artigo 30 do estatuto social da Companhia, o lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

a) parcela de 5% será deduzida para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

b) parcela de 50% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei n°. 6.404/1976 será destinada, em igualdade de condições, às ações ordinárias e preferenciais como dividendo mínimo obrigatório.

c) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste artigo, terá a destinação determinada pela Assembléia Geral de Acionistas com base na proposta da administração, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo terceiro:- A Administração da Companhia poderá propor à deliberação da Assembléia Geral a destinação de até 50% do lucro líquido ajustado a uma Reserva Especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

d) Em atendimento às disposições da Lei n° 6.404/1976 e nos termos do Estatuto Social da Companhia, os dividendos declarados e não reclamados por seus acionistas em três anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas são revertidos em favor da Companhia.

Destinação do Resultado	Controladora	Controladora
	2013	2012
Lucro líquido do exercício reapresentado em 2012		322.146
Ajuste reflexo de cálculo atuarial de controladas em 2012		18.458
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado para destinação	517.018	340.604
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	52.984	55.742
Ajuste por conta de dividendos prescritos de controladas	2.827	2.014
Constituição de reserva legal	(28.500)	(19.818)
Subtotal	544.329	378.542
Destinação:		
Dividendos intermediários distribuídos	316.276	251.769
Dividendos complementares propostos	80.000	126.773
Destinação para a Reserva Estatutária	148.053	-
Total Distribuído	544.329	378.542

	Ação	2013	2012
	Tipo	R\$ por ação	R\$ por ação
Dividendos intermediários distribuídos	ON/PN	0,49	0,39
Dividendos complementares propostos	ON/PN	0,12	0,20
		<u>0,61</u>	<u>0,59</u>

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Em 20 de setembro de 2013, em Reunião do Conselho de Administração foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados no balanço patrimonial da Companhia levantado em 30 de junho de 2013, no montante de R\$278.000, que corresponde a 74% do lucro líquido final ajustado no primeiro semestre de 2013. A primeira parcela no montante de R\$256.000 foi paga em 25 de setembro de 2013, no valor de R\$0,393846149 por ação ordinária e preferencial e a segunda no montante de R\$22.000 foi paga em 25 de novembro de 2013, no valor de R\$0,033846153 por ação ordinária e preferencial. A data base para o direito ao recebimento de dividendo (record date) foi o dia 20 de setembro de 2013. Os valores distribuídos a título de dividendos intermediários estão isentos de IRRF, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/95.
- Em 22 de novembro de 2013, em Reunião do Conselho de Administração foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados no balanço patrimonial da Companhia levantado em 30 de junho de 2013, no montante de R\$38.275, que corresponde a 10,4% do lucro líquido final ajustado no primeiro semestre de 2013. Referida quantia foi paga em 25 de novembro de 2013, no valor de R\$0,058885166 por ação ordinária e preferencial. A data base para o direito ao recebimento de dividendo (record date) foi o dia 22 de novembro de 2013. Os valores distribuídos a título de dividendos intermediários estão isentos de IRRF, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/95.
- Em 22 de novembro de 2013, em Reunião do Conselho de Administração foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$75.325 à conta da reserva estatutária (reserva de lucros) constituída pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2012, equivalente a R\$ 0,115884158 por ação ordinária e preferencial. Referida quantia foi paga em 25 de novembro de 2013. A data base para o direito ao recebimento de dividendo (record date) foi o dia 22 de novembro de 2013. Os valores distribuídos a título de dividendos intermediários estão isentos de IRRF, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/95.
- A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais complementares no valor de R\$80.000, sendo R\$ 0,123076922 por ação ordinária e preferencial. O valor está registrado na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, uma vez que seu pagamento depende de aprovação pelos acionistas e pelos órgãos competentes da administração. Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, a Administração da Companhia propôs a constituição de reserva estatutária no valor de R\$148.053 nos termos do parágrafo 3º do artigo 30 do estatuto social da Companhia.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Receita operacional líquida consolidada

	2013			2012		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Fornecimento de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	6.242.621	17.040.646	5.418.373	6.094.754	17.029.132	6.622.458
Comercial	392.108	11.960.033	3.471.332	340.098	11.815.282	4.125.763
Industrial	27.242	5.588.118	1.535.282	27.972	5.803.454	1.910.996
Rural	771	30.453	3.212	774	31.369	3.661
Poder público:						
Federal	1.348	176.867	57.978	1.281	179.159	61.600
Estadual	4.336	671.488	148.180	4.288	676.277	184.814
Municipal	9.860	442.576	132.293	9.722	456.835	171.861
Iluminação pública	1.835	866.956	152.759	1.902	886.737	181.580
Serviço público	1.346	697.089	158.749	1.319	691.671	189.605
Encargo de capacidade emergencial	-	-	5	-	-	9
Remuneração do ativo financeiro	-	-	110.613	-	-	156.661
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(4.009.022)	-	-	(6.533.372)
Subtotal - Fornecimento	6.681.467	37.474.226	7.179.754	6.482.110	37.569.916	7.075.636
Outras						
Suprimento de energia elétrica	-	-	407.248	-	-	257.613
PIS/Cofins - diferença de alíquota	-	-	(5.583)	-	-	17.083
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda	-	-	(21.089)	-	-	(23.845)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos	-	-	(64.338)	-	-	(75.000)
Não faturado	-	-	(90.397)	-	-	(16.774)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	537	8.741.526	413.449	451	7.986.746	755.675
Transferência para atividades de distribuição	-	-	4.009.022	-	-	6.533.372
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda (TUSD)	-	-	(1.553)	-	-	(10.474)
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos (TUSD)	-	-	(8.934)	-	-	(11.935)
Remuneração do ativo financeiro (TUSD)	-	-	10.095	-	-	12.358
Energia no curto prazo	-	-	199.134	-	-	103.015
Receita de construção	-	-	809.069	-	-	831.115
Ressarcimento - Leilões de energia	-	-	105.043	-	-	-
Subvenção de recursos da CDE (i)	-	-	127.354	-	-	-
Outras receitas	-	-	121.306	-	-	124.209
Receita Operacional Bruta	6.682.004	46.215.752	13.189.580	6.482.561	45.556.662	15.572.048
Quota para reserva global de reversão	-	-	8.213	-	-	(70.003)
Conta de consumo de combustível - CCC	-	-	(28.757)	-	-	(524.224)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(132.988)	-	-	(493.840)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(5)	-	-	(9)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(110.274)	-	-	(100.240)
Encargos do consumidor - outros encargos (Proinfra)	-	-	(33.335)	-	-	(42.974)
Lei nº 12.111	-	-	(3)	-	-	(23.791)
ICMS	-	-	(2.235.628)	-	-	(2.783.207)
COFINS	-	-	(1.008.172)	-	-	(1.177.723)
PIS	-	-	(219.205)	-	-	(255.664)
ISS e outras	-	-	(776)	-	-	(584)
Subtotal - Outras	-	-	(3.760.930)	-	-	(5.472.259)
Total geral	6.682.004	46.215.752	9.428.650	6.482.561	45.556.662	10.099.789

(i) Valor a ser repassado pela Eletrobrás, referente ao ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Outras receitas e custos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tarifa bancária	-	-	(43.206)	(44.809)
Perdas na desativação de bens e direitos	-	-	(41.270)	(56.977)
Tributos	(284)	-	(28.723)	(29.143)
Arrendamentos e alugueis	(4)	(1)	(24.365)	(23.431)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(16.954)	(15.668)
Outras	(198)	(315)	(11.354)	(6.995)
Indenizações por danos elétricos e não elétricos - PID	-	-	(19.334)	(12.650)
Seguros	(31)	(33)	(14.055)	(13.181)
Consumo próprio de energia elétrica	-	-	(12.231)	(12.750)
Publicidade	-	-	(11.900)	(18.194)
Taxa de administração - Fundação Cesp	-	-	(9.231)	(10.179)
Baixa do ativo financeiro de concessão	-	-	(8.318)	(8.326)
Responsabilidade social	-	-	(4.064)	(2.290)
Amortização do Uso do Bem Público - UBP	-	-	(2.690)	(2.690)
Ganhos (Perdas) na alienação de bens e direitos	-	-	9.720	(2.024)
Recuperação de Despesas	3	-	37.295	28.688
Total Geral	(514)	(349)	(200.680)	(230.619)

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	6.033	13.269	133.997	171.200
Acréscimo moratório - consumidores	-	-	74.623	84.183
Multas	-	-	5.159	5.688
Subvenções governamentais	-	-	1.047	329
Atualização de créditos tributários	-	-	6.351	18.478
Outras	-	-	32.615	24.173
Total	6.033	13.269	253.792	304.051
Despesas Financeiras				
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	-	(41)	(346.857)	(372.672)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	-	-	221	215
Subvenções governamentais	-	-	(1.047)	-
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins	-	-	(774)	-
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	-	-	(7.166)	(1.533)
Processos regulatórios - nota explicativa nº 22	-	-	(13.387)	(43.507)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	-	-	(18.609)	(24.871)
Perdas em investimentos	-	-	(8.450)	(21.501)
Outras	(1.078)	(1.502)	(46.588)	(37.366)
Total	(1.078)	(1.543)	(442.657)	(501.235)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas				
Variações monetárias - Empréstimos moeda nacional	-	-	43.685	56.281
Variações cambiais - Empréstimos moeda estrangeira	-	-	(528)	(245)
Variações cambiais - Itaipú	-	-	(17.365)	(14.559)
Variações monetárias - Depósitos judiciais	1.657	11	32.763	45.320
Variações monetárias - P&D e Eficiência Energética	-	-	(5.244)	(7.138)
Variações monetárias - Ativo financeiro de concessão - nota explicativa nº 12	-	-	116.240	(15.119)
Variações monetárias - Golf Village	-	-	-	42.477
Variações monetárias - Outras	(870)	(273)	138	(4.701)
Total	787	(262)	169.689	102.316
Total Líquido	5.742	11.464	(19.176)	(94.868)

(*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A controlada indireta Eletropaulo efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a Provisões Temporariamente Indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajuste de avaliação patrimonial são registrados nas contas patrimoniais (nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora			
	2013		2012	
	I. Renda	C.Social	I. Renda	C.Social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	-	-	-	-
Diferidos	(404)	(146)	5.954	2.143
Total	(404)	(146)	5.954	2.143
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	517.568	517.568	314.049	314.049
Adições				
Amortização de intangível de concessão	57.482	53.753	58.616	54.728
Juros sobre capital próprio a receber	11.543	11.543	15.978	15.978
Provisões	2.822	2.822	2.644	2.644
Outras	284	284	361	361
Total das adições	72.131	68.402	77.599	73.711
Exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	(610.326)	(610.326)	(404.606)	(404.606)
Amortização de intangível de concessão	(6.371)	(6.371)	(6.371)	(6.371)
Total das exclusões	(616.697)	(616.697)	(410.977)	(410.977)
Total líquido das adições/exclusões	(544.566)	(548.295)	(333.378)	(337.266)
Resultado ajustado	(26.998)	(30.727)	(19.329)	(23.217)
Prejuízo fiscal / Base de cálculo negativa	28.615	32.345	20.975	24.863
Recuperação de créditos fiscais	-	-	(25.460)	(25.460)
Base de Cálculo Diferido Passivo	1.617	1.618	(23.814)	(23.814)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Total da (despesa) Receita com tributos	(404)	(146)	5.954	2.143
	Consolidado			
	2013		2012	
	I. Renda	C.Social	I. Renda	C.Social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(403.362)	(151.075)	(340.439)	(126.131)
Diferidos	9.266	3.442	12.210	4.500
Total	(394.096)	(147.633)	(328.229)	(121.631)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	1.605.194	1.605.194	1.233.456	1.233.456
Adições (exclusões):				
Amortização de intangível de concessão	141.493	141.493	144.243	144.243
Multas indedutíveis	8.000	8.000	1.805	1.805
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	3.241	3.241	2.671	2.671
Perda indedutíveis no contas a receber (controladas)	286	286	-	-
Perdas de capital - baixa de imobilizado	11.899	11.899	9.184	9.184
Doações	18.789	18.789	15.745	15.745
Benefício Fiscal P&D	(14.239)	(14.239)	(17.338)	(17.338)
Provisão impairment (controlada Uruguiana)	(23.086)	(23.086)	(20.254)	(20.254)
Fornecedor gás - reversão YPF (controlada Uruguiana)	(121.738)	(121.738)	-	-
Despesas indedutíveis	2.750	2.750	845	845
Outras	(1.341)	(1.602)	9.712	9.968
Total das adições (exclusões)	26.054	25.793	146.613	146.869
Lucro ajustado	1.631.248	1.630.987	1.380.069	1.380.325
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(407.812)	(146.789)	(345.017)	(124.229)
Prejuízo fiscal sem crédito tributário	15.996	-	9.991	3.588
Outros	(2.280)	(844)	6.797	(990)
Total da (despesa) Receita com tributos	(394.096)	(147.633)	(328.229)	(121.631)

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Instrução Normativa RFB nº 1.397 de 16 de setembro de 2013. Adicionalmente foi publicada a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013.

Esses dois normativos legais tratam de forma geral, da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e definem que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Apesar da validade da referida Instrução Normativa estar sendo amplamente discutida no mercado, a Companhia e suas controladas, amparadas também pela posição de seus assessores externos, avaliaram os possíveis impactos de sua aplicabilidade até o ano base de 2013 e não identificaram efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas não optaram pela aplicação dos efeitos da MP. 627/13 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 71, desta forma os impactos dessa Medida Provisória deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Partes relacionadas

32.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela AES Holdings Brasil Ltda, a qual é controlada indiretamente pela The AES Corporation, empresa com sede nos Estados Unidos da América e listada na SEC - Securities and Exchange Commission. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital fechado, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais: Eletropaulo, Tietê e Uruguaiana S.A., mediante participação direta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Companhia detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica (AES Serviços). A Companhia detém ainda o controle direto da AES Elpa S.A., a qual é controladora direta da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“AES Eletropaulo”).

As principais transações e saldos entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo Circulante				
Juros sobre capital próprio e Dividendos a receber				
AES Tietê S.A - Juros sobre capital próprio	9.811	11.453	-	-
AES Elpa - Dividendos	2.121	-	-	-
AES Eletropaulo - Juros sobre capital próprio	3.181	2.128	-	-
AES Eletropaulo - Dividendos	-	25	-	-
	<u>15.113</u>	<u>13.606</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros Créditos - Energia no Curto Prazo - MAE - Eletropaulo x AES Sul (vi)	-	-	2.759	2.759
Outros Créditos - Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Sul (iv)	-	-	9	6
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.768</u>	<u>2.765</u>
Ativo Não Circulante				
Investimentos - recursos destinados a aumento de capital (i)	429.200	429.200	-	-
	<u>429.200</u>	<u>429.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo Circulante				
Fornecedores - AES Eletropaulo x AES Big Sky (iii)	-	-	912	460
Fornecedores - AES Tietê x AES Big Sky (iii)	-	-	95	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.007</u>	<u>460</u>
Passivo Não Circulante				
Contas a pagar - partes relacionadas				
AES Corporation	9.010	9.010	9.010	9.010
AES Eletropaulo (ii)	193	15.113	-	-
	<u>9.203</u>	<u>24.123</u>	<u>9.010</u>	<u>9.010</u>
Provisões para processos judiciais e outros				
Despacho 288 - AES Tietê x AES Sul (nota 22 - item j)	-	-	27.265	25.817
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.265</u>	<u>25.817</u>
Resultado				
Receitas financeiras - Venda crédito ICMS AES Sul x Uruguaiana	-	-	-	89
Variações Monetárias - AES Eletropaulo (ii)	(325)	(928)	-	-
Custo Serviço de Terceiros - AES Eletropaulo x AES Big Sky (iii)	-	-	(1.840)	(2.260)
Custo Serviço de Terceiros - AES Tietê x AES Big Sky (iii)	-	-	(138)	-
Contrato de sublocação - Eletropaulo x Brasileira (iv)	(4)	(1)	-	-
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Holdings Brasil (iv)	-	-	4	1
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Sul (iv)	-	-	108	25
Variações Monetárias - AES Tietê x AES Sul (v)	-	-	(1.448)	(1.679)
	<u>(329)</u>	<u>(929)</u>	<u>(3.314)</u>	<u>(3.824)</u>

(i) Refere-se aos encargos moratórios da dívida da controlada AES Elpa com o BNDES, os quais foram assumidos pela Companhia em decorrência da reestruturação societária do Grupo AES, que deverão ser objeto de capitalização. Esses valores não estão sujeitos à atualização monetária.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Conforme contrato de venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a TIM Celular S.A., a Companhia deveria manter em conta específica recursos como garantia de obrigações de ajuste de preço de venda. A Companhia resgatou parcialmente o depósito que mantinha em conta garantida o qual foi repassado para a controlada indireta Eletropaulo de acordo com o termo de cessão de crédito firmado.

(iii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.

(iv) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrados entre a controlada indireta Eletropaulo (sublocadora) e a Companhia (sublocatária) e também a AES Holdings Brasil (sublocatária) e a AES Sul (sublocatária), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº. 2.804/2012.

(v) Refere-se à contingência entre AES Sul e a controlada Tietê onde se questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou operação de venda de energia efetuada pela AES Sul.

(vi) Crédito que a controlada indireta Eletropaulo detém contra a AES Sul, oriundo de compra de energia no curto prazo no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE no período entre 1999 e 2000. A AES Sul não concorda com o valor imposto pelo MAE, tendo, portanto, ajuizado ação visando discutir o valor judicialmente. Ainda não houve decisão.

32.2 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, a Companhia e suas controladas devem divulgar a remuneração de sua alta administração. Abaixo a remuneração consolidada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Consolidado	
	Acumulado	
	2013	2012
Benefícios de Curto Prazo (a)	15.633	16.841
Benefícios Pós-emprego (b)	416	441
Outros Benefícios de Longo Prazo (c)	458	552
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho (d)	427	52
Remuneração Baseada em Ações (e)	1.152	1.112
Total	18.086	18.998

a) referem-se aos ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- b) referem-se às pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) refere-se à licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- d) refere-se à benefícios concedidos quando da rescisão de contrato de trabalho; e
- e) refere-se às opções de ações concedidas pela controladora, The AES Corporation aos executivos das controladas através da outorga de instrumentos patrimoniais.

A remuneração dos administradores da Companhia foi aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 04 de abril de 2013.

Os valores referentes a pagamento baseado em ações são pagos pela The AES Corporation e não há ônus para a Companhia.

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

33.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº.4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº.4);
- c) Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº.5);
- d) Contas a receber - Acordos (nota explicativa nº.9);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº.22);
- f) Ativo financeiro da concessão (nota explicativa nº.12);
- g) Fornecedores (nota explicativa nº.17);
- h) Contas a pagar por compra de energia - CCEE (nota explicativa nº.17);
- i) Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº.19);
- j) Debêntures (nota explicativa nº.19);
- k) Arrendamento financeiro (nota explicativa nº.19);
- l) Subvenções governamentais (nota explicativa nº.20);
- m) Encargos tarifários e do consumidor a recolher (nota explicativa nº.23);
- n) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	2013		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	271.996	271.996	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	1.368.315	1.368.315	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	1.295.864	1.295.864	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	115.398	115.398	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	527.724	527.724	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.386.931	1.386.931	Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	4.966.228	4.966.228	

PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	1.039.117	1.039.117	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	70.887	70.887	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	568.146	575.561	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	3.280.713	3.309.499	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	16.984	16.984	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	5.077	5.077	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	11.241	11.241	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	68.188	68.188	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	5.060.353	5.096.554	

	2012		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	210.952	210.952	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	1.232.390	1.232.390	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	1.563.955	1.563.955	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	55.077	55.077	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	508.291	508.291	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	1.181.937	Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	4.752.602	4.752.602	

PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	1.430.630	1.430.630	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	70.887	70.887	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	588.537	595.601	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	3.122.188	3.144.630	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	7.954	7.954	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	3.498	3.498	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	84.510	84.510	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	63.449	63.449	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	5.371.653	5.401.159	

As rubricas *caixa e equivalentes de caixa* e *investimentos de curto prazo* são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas, fundos de investimentos e títulos públicos. CDBs, operações compromissadas e fundos de investimentos são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. Para títulos públicos, a marcação a mercado é realizada com base nas taxas atuais obtidas da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (líquidos dos custos a amortizar), o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2013			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	271.996	63.593	208.403	-
Investimentos de curto prazo	1.368.315	-	1.368.315	-
Ativo financeiro de concessão	1.386.931	-	1.386.931	-
Total - Ativo	3.027.242	63.593	2.963.649	-

	2012			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	210.952	115.117	95.835	-
Investimentos de curto prazo	1.232.390	-	1.232.390	-
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	-	1.181.937	-
Total - Ativo	2.625.279	115.117	2.510.162	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia e suas controladas contam com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações financeiras, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

A Companhia e suas controladas contam também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação, a segunda avalia as demonstrações financeiras, a terceira os controles de segurança da informação e a quarta que atua na investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações financeiras e processos da Companhia e suas controladas. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

Os principais controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são revistos a cada seis meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia e suas controladas elaboram um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Reunião de Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho Fiscal para acompanhamento.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (a) contas a receber de clientes; e (b) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber

Distribuição

A controlada indireta Eletropaulo está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a controlada indireta Eletropaulo tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Geração

As vendas de energia da controlada Tietê são efetuadas para a controlada indireta Eletropaulo e outros clientes, principalmente por contratos bilaterais. As vendas para a controlada indireta Eletropaulo estão garantidas pelos seus recebíveis, tendo a controlada Tietê o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Para os demais clientes, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas a regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* nas principais agências.

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2013 é:

Consolidado	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	271.996	210.952
Investimentos de curto prazo	1.368.315	1.232.390
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	1.295.864	1.563.955
Contas a receber - Acordos	115.398	55.077
Total da exposição	3.051.573	3.062.374

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes vencimentos diferem dos divulgados na nota explicativa nº.19. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de 2013	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.039.117	-	-	-	-
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	-	-	70.887	-	-
Empréstimos e financiamentos (líquidos dos encargos e custos a amortizar)	2.347	128.057	122.661	488.429	66.719
Debêntures (líquidas dos encargos e custos a amortizar)	13.167	644.128	718.230	2.360.232	966.145
Arrendamento financeiro	1.742	3.391	3.120	4.891	3.840
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	11.241	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	68.188	-	-	-
Total	1.067.614	843.764	914.898	2.853.552	1.036.704

De acordo com o CPC 40 *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2013.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Riscos de taxas de juros

Distribuição

A controlada indireta Eletropaulo possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 1,12% a 1,75% ao ano. Consequentemente, o seu resultado é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da controlada indireta Eletropaulo foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2013.

Geração

A controlada Tietê possui debêntures e notas promissórias remuneradas pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais de 1,20% e 0,79% a.a., respectivamente. Consequentemente, o resultado da controlada é afetado pela variação desse índice.

As aplicações financeiras das controladas Tietê e Uruguaiana foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2013.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Montante de exposição líquida ao risco de taxa de juros

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data de 31 de dezembro de 2013 foi:

Consolidado	2013
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	208.403
Títulos públicos (Investimentos de curto prazo)	39.360
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	1.328.955
Empréstimos e financiamentos	(545.562)
Debêntures	(3.339.198)
Total da exposição líquida	(2.308.042)

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2013, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado		Taxa de Juros	Posição em 2013	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI				5,24%	7,85%	10,47%	13,09%	15,71%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	208.403	10.910	16.365	21.820	27.275	32.730	
Títulos públicos (Investimentos de curto prazo)	CDI	39.360	2.060	3.091	4.121	5.151	6.181	
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	1.328.955	69.571	104.356	139.142	173.927	208.712	
Subtotal			1.576.718	82.541	123.812	165.083	206.353	247.623

Dívidas - Consolidado		Taxa de Juros	Posição em 2013	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI				5,24%	7,85%	10,47%	13,09%	15,71%
Debêntures - 1ª Emissão - Controlada Tietê	CDI+1,20% a.a.	(615.251)	(40.009)	(56.260)	(72.573)	(88.886)	(105.199)	
Debêntures - 2ª Emissão - Controlada Tietê	CDI+0,79% a.a.	(503.758)	(30.585)	(43.837)	(57.140)	(70.443)	(83.745)	
Debêntures - 9ª Emissão - Controlada Eletropaulo	CDI+1,12% a.a.	(259.166)	(16.635)	(23.475)	(30.341)	(37.207)	(44.074)	
Debêntures - 11ª Emissão - Controlada Eletropaulo	CDI+1,75% a.a.	(203.388)	(14.403)	(19.805)	(25.227)	(30.649)	(36.071)	
Debêntures - 13ª Emissão - Controlada Eletropaulo	CDI+1,50% a.a.	(384.863)	(26.242)	(36.438)	(46.673)	(56.907)	(67.142)	
Debêntures - 14ª Emissão - Controlada Eletropaulo	CDI+1,50% a.a.	(605.433)	(41.282)	(57.321)	(73.421)	(89.521)	(105.622)	
Debêntures - 15ª Emissão - Controlada Eletropaulo	CDI+1,24% a.a.	(767.339)	(50.222)	(70.498)	(90.852)	(111.205)	(131.559)	
CCB - Bradesco - Controlada Eletropaulo	CDI+1,50% a.a.	(545.562)	(37.200)	(51.652)	(66.161)	(80.669)	(95.177)	
Subtotal			(3.884.760)	(256.578)	(359.286)	(462.388)	(565.487)	(668.589)

Total da exposição líquida			(2.308.042)	(174.037)	(235.474)	(297.305)	(359.134)	(420.966)
-----------------------------------	--	--	--------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de moeda

A controlada indireta Eletropaulo está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

Risco de preço - Distribuição

Revisão Tarifária Periódica 2011

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária da controlada indireta Eletropaulo deveria ter ocorrido em 4 de julho de 2011. Porém, devido ao atraso na definição da metodologia a ser aplicada no 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a ANEEL decidiu postergar a aplicação da revisão tarifária para 4 de julho de 2012, em conjunto com o reajuste tarifário.

Conforme estabelecido pela ANEEL, o montante relativo ao passivo regulatório referente à postergação da aplicação da metodologia do 3º ciclo de revisão tarifária periódica, calculado pela ANEEL em R\$1.053.058, não foi considerado no reajuste tarifário de 2012. A devolução foi considerada no reajuste tarifário de 2013, que contemplou a amortização de 67,55% a partir de 4 de julho de 2013, representando uma redução de 8,72% no índice de reajuste final da controlada indireta Eletropaulo. O saldo atualizado em dezembro de 2013 é de R\$765.100. O saldo remanescente de 32,45% será considerado no próximo reajuste.

Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da controlada indireta Eletropaulo e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo. Em novembro de 2013, ANEEL notificou a controlada indireta Eletropaulo para apresentação de manifestação referente ao referido processo específico para questão de saber se é devido o recálculo das tarifas praticadas pela controlada indireta Eletropaulo antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo AL Nu CAA 1272 MCM). A controlada indireta Eletropaulo apresentou manifestação e em 17 de dezembro de 2013 a Diretoria da ANEEL, em julgamento do referido processo, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela controlada indireta Eletropaulo no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$626.052, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual será feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 (“Decisão”). O valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$629.798.

Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a controlada indireta Eletropaulo apresentou pedido de reconsideração administrativo à ANEEL, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 28 de janeiro de 2014, por meio de despacho, o Diretor Geral da ANEEL negou o pedido da controlada indireta Eletropaulo para que fossem suspensos os efeitos da Decisão. Contra este ato, a controlada indireta Eletropaulo interpôs, também em 28 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração seja julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro de 2014 foi deferida liminar em favor da controlada indireta Eletropaulo suspendendo os efeitos da Decisão até que a ANEEL julgue o pedido de reconsideração. Nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não há previsão de contabilização do passivo regulatório. Nos livros regulatórios (vide nota explicativa nº 35), baseada na análise jurídica do assunto e liminar vigente, conforme abaixo descrito, um passivo também não foi constituído.

A controlada indireta Eletropaulo, com base na liminar vigente e fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos, classifica o risco de perda como possível nesta discussão e entende que tem bons argumentos para sustentar as suas posições na esfera judicial, sendo certo que buscará ver o seu direito garantido ativamente.

Revisão Tarifária Extraordinária de 2013 e Reajuste Tarifário de 2013

Em 24 de janeiro de 2013, a ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, que reduziu as tarifas. Esta redução é resultado da Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP 579), que promoveu a renovação das concessões de transmissão e geração de energia elétrica que venciam até 2017, e das medidas provisórias 591/2012 e 605/2013.

Adicionalmente, as distribuidoras assumiram o risco hidrológico, bem como o pagamento do encargo setorial CFURH (Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos), das concessionárias de geração que tiverem suas concessões renovadas, além da retirada de subsídios da estrutura tarifária que agora são integralmente custeados com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

É importante ressaltar que as modificações da Lei nº 12.783/2013 trouxeram impactos reduzidos para a controlada indireta Eletropaulo, tendo em vista que as alterações afetaram o custo de compra de energia, transmissão e encargos setoriais que possuem mecanismos de repasse tarifário ao consumidor.

Em 02 de julho de 2013, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de +1,10% a ser aplicado na tarifa da controlada indireta Eletropaulo a partir de 4 de julho de 2013 sobre a tarifa homologada em 24 de janeiro de 2013. O índice de 1,10%, somado a outros dados financeiros do último processo tarifário que são retirados no reajuste atual, resultou em um efeito médio de 0,00% a ser percebido pelos consumidores.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário 2013		
Parcela A	Encargos setoriais	-0,02%
	Energia comprada	7,53%
	Encargos de transmissão	0,64%
	Parcela A	8,16%
Parcela B		1,57%
Reajuste base		9,73%
CVA total		-0,13%
Outros itens financeiros da Parcela A		0,23%
Ajuste financeiro da Revisão Tarifária de 2011		-8,72%
Reajuste total		1,10%

A controlada indireta Eletropaulo recebeu, por meio de aporte advindo de recursos da CDE, R\$505.945 (conforme previsto no Decreto n.º 7945/2013), referentes ao aumento dos custos de compra de energia e do Encargo do Serviço do Sistema (“ESS”).

Esse aporte foi efetuado diretamente à controlada indireta Eletropaulo, em 18 de julho de 2013, e estava previsto na Resolução ANEEL n.º 1.563, que homologou o reajuste tarifário de 2013. Como este recurso não foi considerado no cálculo do Índice de Reajuste Tarifário de 2013, esses custos não foram repassados à tarifa do consumidor.

Desta forma as Parcelas A e B da controlada indireta Eletropaulo, após o Reajuste Tarifário de 2013, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A

A Parcela A foi reajustada em 11,00%, representando 8,16% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

Encargos Setoriais – Praticamente estáveis em relação ao ano anterior, com redução de 0,22%, representando -0,02% no reajuste econômico;

Energia Comprada – O aumento de 12,58% decorre principalmente do aumento do PLD que afeta o custo dos contratos de compra de energia por disponibilidade (térmicas), bem como pela maior participação deste tipo de contrato no portfólio da controlada indireta Eletropaulo. O custo com Itaipu também contribuiu para este aumento, tanto pela elevação da tarifa em dólar de Itaipu em 4,82%, como pela cotação do dólar considerado no reajuste. O aumento da compra de energia representou 7,53% no reajuste econômico; e

Encargos de Transmissão – O aumento de 11,76% decorre das novas tarifas de transmissão publicadas pela ANEEL, representando 0,64% no reajuste econômico.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Parcela B

O índice de reajuste da Parcela B foi de 6,07%, que representa uma participação de 1,57% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 6,31%, no período de 12 meses findos em 30 de junho de 2013, e
- Fator X de 0,24%, composto por:
 - X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,03%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da controlada indireta Eletropaulo;
 - X-Q (qualidade do serviço) de -0,79%, decorrente da evolução da qualidade do serviço prestado pela Distribuidora em 2012; e
 - X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da controlada indireta Eletropaulo.

Risco de Preço - Geração

O preço da energia elétrica vendida da controlada Tietê para a controlada indireta Eletropaulo está, atualmente, no nível do preço determinado no contrato bilateral (preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 - R\$187,99/MWh e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 - R\$178,01/MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo e têm anuência da ANEEL. A partir de 2006 quase toda a energia assegurada da controlada Tietê está sendo vendida para a controlada indireta Eletropaulo. Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e a partir dessa data essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições de mercado vigentes à época. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

Em 2011, a controlada Tietê definiu a estratégia de comercialização para a venda de energia após dezembro de 2015, quando vence o contrato bilateral com a controlada indireta Eletropaulo. O objetivo é aumentar a base de clientes livres e ao mesmo tempo obter margens na comercialização, posicionando a controlada Tietê como um importante agente no mercado livre, com uma participação representativa até 2016. A intenção da controlada Tietê é seguir essa estratégia, de tal forma que o contrato com a controlada indireta Eletropaulo seja totalmente substituído por uma diversificada carteira de clientes a partir de 2016.

COMPANHIA BRASILEIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da controlada Tietê, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A controlada Tietê, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico bem como aqueles realizados e devidamente autorizados pelo Poder Concedente, após a assinatura do contrato de concessão que não estarão totalmente depreciados ao final da concessão serão reembolsados pelo Poder Concedente.

(c.2) Risco hidrológico

Risco associado à variação da disponibilidade hídrica destinada à geração de energia nas usinas hidrelétricas. Para mitigar os efeitos dessa variação, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, o qual tem o objetivo de compartilhar os riscos hidrológicos entre as usinas, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional – SIN.

De acordo com as regras do MRE, o volume total de energia gerada no país é alocado para cada geradora do SIN, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física. Esta alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE tenham seus níveis de energia assegurada, independentemente dos níveis reais de produção de energia.

Caso as condições hidrológicas sejam desfavoráveis e a soma da energia gerada pelas usinas for menor que a garantia física do SIN, como ocorrido durante o ano de 2013, é realizada uma nova alocação mensal da garantia física de todos os participantes do MRE. Assim, de forma a atender seus contratos comerciais, torna-se necessário comprar energia no mercado spot, que, em momentos de hidrologia desfavorável, pode onerar a controlada Tietê caso o preço de mercado for superior ao preço da energia no MRE.

(c.3) Risco de volatilidade dos custos da “parcela A”

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A” ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da controlada indireta Eletropaulo está sujeito à volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c.4) Risco de aceleração de dívidas

As controladas Eletropaulo e Tietê têm contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações

(c.5) Risco de contratação de energia

Distribuição

O portfólio de contratos de energia de 2013 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais da controlada indireta Eletropaulo e a controlada Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEARs) serão estabelecidas pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo repassados às tarifas. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação, há instrumentos previstos na regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A estratégia para contratação de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração —de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL N° 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

O nível de contratação da controlada indireta Eletropaulo é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos. A controlada indireta Eletropaulo encerrou o ano de 2013 com um nível de contratação de 96,9%, implicando em exposição ao mercado de curto prazo.

A subcontratação de 2013 ocorreu devido ao cancelamento de contratos oriundos de leilões de energia nova (CCEARs), à insuficiência de cotas decorrente da Lei 12.783/2013 e ao cancelamento do Leilão A-1 de 2012 e posterior frustração do Leilão A-1 de 2013. Sendo esta exposição contratual integralmente reconhecida pelo órgão regulador como involuntária, o que não gera prejuízo à controlada indireta Eletropaulo.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

O aumento do despacho de usinas térmicas e dos preços do mercado de curto prazo decorrentes do cenário hidrológico desfavorável poderão impor à controlada indireta Eletropaulo maiores custos com compra de energia, em 2014, associados aos contratos por disponibilidade (CCEAR) e compra de energia no mercado de curto prazo (exposição involuntária pela frustração do Leilão A-1 de 2013), os quais serão repassados nos eventos tarifários da distribuidora. Em 2013 foram adotadas medidas compensatórias através da publicação do Decreto 7.945/2013, visando reduzir o impacto financeiro nas distribuidoras no referido ano ocasionadas pelo aumento dos custos de energia, através de repasses de recursos oriundos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Estão sendo discutidas com MME e ANEEL alternativas para mitigar o impacto financeiro reativos ao ano de 2014 os quais estão associados aos fatores aqui mencionados.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

34. Informações por segmento

O segmento operacional da Companhia, tendo em vista a natureza distinta de cada uma de suas empresas, corresponde a cada uma das empresas investidas:

- AES Elpa S.A.;
- Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A;
- AES Tietê S/A (incluindo empresas consolidadas na AES Tietê S/A: AES Minas PCH Ltda (i)., AES Rio PCH Ltda.);
- AES Uruguaiana Empreendimentos S/A;
- AES Serviços.

(i) A controlada Tietê deteve participação na sua subsidiária AES Minas PCH Ltda. até 31 de agosto de 2012, quando vendeu 100% de suas quotas para a CEI – Energética Integrada Ltda.

A seguir apresentam-se os segmentos de reporte, considerando as seguintes premissas:

- ✓ As transações entre segmentos foram realizadas como se fossem partes independentes;
- ✓ A Administração da Companhia não analisa geograficamente informações por segmento.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Informações por segmento

	2013								
	Holdings (*)		Distribuição	Geração (**)		Comercialização	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total consolidado
	Cia. Brasileira	AES Elpa	AES Eletropaulo	AES Tietê e controladas	AES Uruguaiana Emp.	AES Serviços			
Receita líquida	-	-	9.012.207	2.336.933	169.755	9.942	11.528.837	(2.100.187)	9.428.650
Custos operacionais									
Custo com energia elétrica/gás	-	-	(5.833.472)	(601.202)	(19.306)	71	(6.453.909)	2.088.136	(4.365.773)
Pessoal, entidade de previdência privada, material e serviço de terceiros	(2.435)	(1.132)	(1.347.245)	(177.950)	(26.822)	(14.457)	(1.570.041)	10.931	(1.559.110)
Outras	(519)	(994)	(1.537.871)	(195.606)	(3.369)	(667)	(1.739.026)	1.122	(1.737.904)
Total dos custos operacionais	(2.954)	(2.126)	(8.718.588)	(974.758)	(49.497)	(15.053)	(9.762.976)	2.100.189	(7.662.787)
Resultado do serviço	(2.954)	(2.126)	293.619	1.362.175	120.258	(5.111)	1.765.861	2	1.765.863
Resultado de equivalência patrimonial	610.326	61.367	-	-	-	-	671.693	(671.693)	-
Amortização de intangível	(95.546)	(45.946)	-	-	-	-	(141.492)	(1)	(141.493)
Resultado financeiro	5.742	812	15.999	(51.425)	18.118	29	(10.725)	(8.451)	(19.176)
Resultado antes dos tributos	517.568	14.107	309.618	1.310.750	138.376	(5.082)	2.285.337	(680.143)	1.605.194
Imposto de renda/Contribuição social	(550)	(341)	(111.436)	(429.391)	-	(11)	(541.729)	-	(541.729)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(546.447)	(546.447)
Lucro líquido de operações continuadas	517.018	13.766	198.182	881.359	138.376	(5.093)	1.743.608	(1.226.590)	517.018
Lucro líquido de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	517.018	13.766	198.182	881.359	138.376	(5.093)	1.743.608	(1.226.590)	517.018
	2013								
TOTAL DO ATIVO	3.987.711	1.579.931	10.694.051	4.073.265	118.745	7.242	20.460.945	(3.887.485)	16.573.460
TOTAL DO PASSIVO	38.942	22.806	7.864.589	2.289.456	81.707	3.230	10.300.730	(265.611)	10.035.119

(*) Informações financeiras individuais (controladora)

(**) Informações financeiras consolidadas

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Informações por segmento

	2012 (reapresentado)								
	Holdings (*)		Distribuição	Geração (**)		Comercialização	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total consolidado
	Cia. Brasileira	AES Elpa	AES Eletropaulo	AES Tietê e controladas	AES Uruguiana Emp.	AES Serviços			
Receita líquida	-	-	9.959.198	2.112.435	-	12.640	12.084.273	(1.984.484)	10.099.789
Custos operacionais									
Custo com energia elétrica/gás	-	-	(6.882.509)	(377.809)	(2.563)	(9.648)	(7.272.529)	1.982.753	(5.289.776)
Pessoal, entidade de previdência privada, material e serviço de terceiros	(3.364)	(1.773)	(1.350.238)	(169.245)	(17.250)	(4.392)	(1.546.262)	1.769	(1.544.493)
Outras	(360)	(1.031)	(1.601.972)	(185.581)	(3.311)	(657)	(1.792.912)	(41)	(1.792.953)
Total dos custos operacionais	(3.724)	(2.804)	(9.834.719)	(732.635)	(23.124)	(14.697)	(10.611.703)	1.984.481	(8.627.222)
Resultado do serviço	(3.724)	(2.804)	124.479	1.379.800	(23.124)	(2.057)	1.472.570	(3)	1.472.567
Resultado de equivalência patrimonial	404.606	5.177	-	-	-	-	409.783	(409.783)	-
Amortização de intangível	(98.297)	(45.946)	-	-	-	-	(144.243)	-	(144.243)
Resultado financeiro	11.464	318	(51.611)	(42.302)	8.092	672	(73.367)	(21.501)	(94.868)
Resultado antes dos tributos	314.049	(43.255)	72.868	1.337.498	(15.032)	(1.385)	1.664.743	(431.287)	1.233.456
Imposto de renda/Contribuição social	8.097	(3.812)	(17.855)	(436.235)	(29)	(29)	(449.863)	3	(449.860)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(461.450)	(461.450)
Lucro (Prejuízo) líquido de operações continuadas	322.146	(47.067)	55.013	901.263	(15.061)	(1.414)	1.214.880	(892.734)	322.146
Lucro (Prejuízo) líquido de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	322.146	(47.067)	55.013	901.263	(15.061)	(1.414)	1.214.880	(892.734)	322.146
	2012 (reapresentado)								
TOTAL DO ATIVO	3.653.049	1.266.326	11.303.378	3.944.328	218.397	12.140	20.397.618	(3.152.904)	17.244.714
TOTAL DO PASSIVO	50.999	22.541	9.594.418	2.138.722	209.736	3.035	12.019.451	(248.231)	11.771.220

(*) Informações financeiras individuais (controladora)

(**) Informações financeiras consolidadas

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35. Ativos e passivos regulatórios – controlada indireta Eletropaulo

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a controlada indireta Eletropaulo reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a controlada indireta Eletropaulo teria registrado em suas informações contábeis os seguintes saldos de ativos e passivos regulatórios:

ATIVO	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	161.646	427.138
Outros componentes financeiros da tarifa	64.517	45.573
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	226.163	472.711
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	127.194	286.341
Outros componentes financeiros da tarifa	60.958	9.761
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	188.152	296.102
TOTAL DO ATIVO	414.315	768.813
PASSIVO	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	73.279	174.112
Outros componentes financeiros da tarifa	25.324	49.420
Revisão Tarifária - Fator Xe	72.207	36.186
Impacto de postergação da Revisão Tarifária - nota 34.4. (b.4).	573.396	181.961
Revisão tarifária - Universalização	7.311	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	751.517	441.679
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	40.503	65.322
Outros componentes financeiros da tarifa	14.575	18.528
Revisão Tarifária - Fator Xe	54.114	54.279
Impacto de postergação da Revisão Tarifária - nota 34.4. (b.4).	191.704	909.807
Revisão tarifária - Universalização	7.311	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	308.207	1.047.936
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Prejuízos acumulados	(720.802)	(491.451)
Resultado do Exercício	75.393	(229.351)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(645.409)	(720.802)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	414.315	768.813
RESULTADO	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	352.665	(775.769)
<u>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</u>		
Custo com Energia Elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(106.594)	390.290
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(126.108)	206.054
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(232.702)	596.344
<u>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</u>		
Receitas financeiras	60.962	23.622
Despesas financeiras	(105.532)	(73.548)
TOTAL RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	(44.570)	(49.926)
RESULTADO	75.393	(229.351)

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

36. Seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia e suas controladas, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada (R\$ mil)
	de	até	
Riscos operacionais	1-abr-2013	1-abr-2014	R\$ 2.000.000
Vida em grupo	1-jan-2013	1-jan-2015	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.300
Responsabilidade Civil	1-jun-2013	1-jun-2014	R\$ 30.000
Responsabilidade Civil - D&O (i)	15-fev-2013	1-abr-2014	R\$ 50.000
Frota veículos - RCF	31-ago-2013	1-abr-2014	RCF Garantia Única R\$ 1.000

(i) Responsabilidade Civil - D&O da Cia Brasileira de Energia também garante cobertura para os executivos das empresas controladas Eletropaulo, Tietê, Elpa, Uruguaiana e Infoenergy.

Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir aos administradores o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, durante o exercício de suas atividades. A apólice está vigente até 1º de abril de 2014 e tem limite máximo de indenização de R\$50.000. O seguro foi contratado em nome da Brasileira, sendo que a mesma também abrange os executivos da Companhia. Desta forma, cada sociedade controlada pela Brasileira é responsável pelo pagamento de parte do prêmio da apólice.

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

37. Investimentos em meio ambiente

Gastos meio ambiente - controlada Eletropaulo

Gastos Meio Ambiente	2013	2012
Custos Diretos	7.279	3.068
SGA - Sistema de Gestão Ambiental e outros	1.494	1.463
Licenciamentos e Compensações Ambientais	1.760	1.313
Recuperação da Qualidade do Solo e Águas Subterrâneas	13.776	11.256
Adequações Ambientais e Prevenção à Poluição	4.056	2.078
Treinamentos Operacionais	26	1
Comunicação	19	-
Subtotal	28.410	19.179
Projetos de P&D (*)	20	655
Projetos de Eficiência Energética (*)	57.260	35.008
Total	85.690	54.842

(*)Em conformidade com a Lei nº. 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 0,5% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela controlada indireta Eletropaulo em 2013, R\$81.634 (R\$52.304 em 2012) foram registrados no resultado do exercício e R\$4.056 (R\$2.538 em 2012) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

A controlada indireta Eletropaulo em busca da excelência ambiental, manteve em 2013 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2017. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos, comunicação e projetos em parceria com prefeituras.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Gastos meio ambiente - controlada Tietê

Do total de gastos com meio ambiente em 2013, R\$12.071 (R\$7.525 em 2012) foram registrados no resultado do exercício e R\$630 (R\$910 em 2012) foram destinados a investimentos registrados como ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

Gastos Meio Ambiente	2013	2012
Licenciamentos e Programas Ambientais	8.934	4.684
Custos Diretos	326	690
SGA - Sistema de Gestão Ambiental	1.455	1.397
Projetos de P&D	1.986	1.664
Total	12.701	8.435

A controlada Tietê segue num constante engajamento e responsabilidade com as questões ambientais e busca excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações.

Em 2013 a controlada Tietê manteve a certificação ISO 14001:2004 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Saúde e Segurança do Trabalho) no Sistema de Gestão Integrado, garantindo assim a padronização dos processos relacionados à Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente em todas as suas usinas.

O engajamento nas questões das mudanças climáticas tem sido crescente e em 2013 a controlada Tietê publicou seu Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa no Registro Público de Emissões, iniciativa da Fundação Getúlio Vargas – Empresas pelo Clima (EPC). Respondeu o relatório CDP Investors (Carbon Disclosure Project) e o Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM&FBOVESPA, reportando informações relativas ao tema.

O Projeto MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) de reflorestamento aguarda aprovação final das Nações Unidas quanto ao relatório de monitoramento dos créditos de carbono verificados no primeiro período do projeto (2001-2012). Após o processo de verificação ser finalizado, a controlada Tietê receberá os créditos de carbono gerados pelo projeto ao longo dos anos. Ainda não há estimativa de valor, devido ao processo estar em andamento.

A controlada Tietê desenvolve projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

(i) O programa de manejo de flora o qual garante a produção de 1 milhão de mudas de espécies arbóreas nativas em viveiro próprio e sementes coletadas através de matrizes selecionadas nas bacias hidrográficas onde seus reservatórios estão instalados, mantendo em média a variedade de 120 espécies distintas, garantindo a biodiversidade florestal;

COMPANHIA BRASILEANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) O programa de repovoamento dos reservatórios que tem como objetivo manter a biodiversidade da ictiofauna nos reservatórios, bem como garantir a continuidade da atividade pesqueira pelas comunidades ribeirinhas. Desta forma mantém uma meta anual de produção de 2,5 milhões de alevinos de espécies nativas do rio Tietê nas unidades de hidrobiologia e aquicultura, localizadas na Usina Hidroelétrica Promissão e na Usina Hidroelétrica Barra Bonita, promovendo a reprodução de seis espécies nativas do rio Tietê (pacu-guaçu, curimatá, dourado, piracajuba, tabarana e piapara), observadas durante o período da piracema (movimento migratório dos peixes em retorno às nascentes), as quais vêm apresentando registros de recuperação da população nas águas do rio Tietê;

(iii) O programa de monitoramento da qualidade da água é essencial para o entendimento da estrutura e funcionamento desses ecossistemas aquáticos e das variações espaciais e temporais de longo prazo, buscando verificar a produtividade biológica dos reservatórios, estado trófico e a qualidade da água, através da avaliação das variações sazonais de parâmetros físicos, químicos e biológicos.

A restauração das bordas dos reservatórios vem sendo obtida por meio de reflorestamentos e também pela remoção de ocupações irregulares e posterior recuperação da área. Os critérios inseridos nos contratos de promessa e de uso de bordas de reservatórios, consideram na íntegra a legislação ambiental pertinente e ainda visando à prevenção de processos de degradação e poluição ambiental.

COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

38. Compromissos

Os compromissos das principais controladas são:

AES Eletropaulo

O principal insumo da controlada indireta Eletropaulo é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada indireta Eletropaulo possuía cinco tipos básicos de acordos de fornecimento:

- (i) Quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027,
- (ii) Quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA;
- (iii) Contrato de Cotas de Garantia Física – CCGF
- (iv) Acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a coligada Tietê; e
- (v) Compras através de Leilão.

As obrigações de compra da controlada indireta Eletropaulo com Itaipu são vinculadas ao Dólar e, portanto, a controlada está exposta ao risco das taxas de câmbio em caso de valorização do Dólar frente ao Real.

Adicionalmente, a controlada indireta Eletropaulo incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A controlada indireta Eletropaulo também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

AES Tietê

A controlada Tietê incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A controlada Tietê possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

A controlada Tietê também possui contratos de compra de energia.

A controlada Tietê não possui garantias e utilização de limites de crédito financeiro em 31 de dezembro de 2013.

Relatório da Administração 2013

Companhia Brasileira de Energia

Prezados Acionistas,

A Administração da Companhia Brasileira de Energia (“Brasileira” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Perfil

A Companhia Brasileira de Energia é uma sociedade por ações e tem por objetivo exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente no setor de geração e distribuição de energia elétrica. Suas principais controladas são: AES Elpa S.A. (“AES Elpa”), Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“AES Eletropaulo”), AES Tietê S.A. (“AES Tietê”), AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“AES Uruguaiana”) e AES Serviços TC Ltda. (“AES Serviços”), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades.

Desempenho Econômico-Financeiro

Os ganhos com equivalência patrimonial na Companhia totalizaram R\$ 514,8 milhões em 2013 ante R\$ 306,3 milhões em 2012. O desempenho positivo é explicado, principalmente, pelo resultado de sua controlada AES Uruguaiana (variação positiva de R\$ 153,4 milhões), influenciado pela reversão da provisão dos valores de contas a pagar à fornecedora de gás Yacimientos Petrolíferos y Fiscales S.A. (“YPF”) de R\$ 122 milhões. Adicionalmente, houve melhora no resultado da controlada indireta AES Eletropaulo, com variação positiva de R\$ 5,3 milhões (equivalente à R\$ 59,8 milhões na controlada AES Elpa), devido aos menores custos gerenciáveis e com encargos de uso da rede e transmissão, os quais serão detalhados abaixo.

A contribuição de cada uma das controladas em 2013 está demonstrada no quadro a seguir:

R\$ Milhões	Resultado de Equivalência Patrimonial	Ágio	Total
Resultado de Equivalência Patrimonial			
AES Eletropaulo	8,8	(1,7)	7,1
AES Elpa (*)	13,5	(29,4)	(15,9)
AES Tietê	454,8	(64,4)	390,4
AES Uruguaiana	138,3	-	138,3
AES Serviços TC	(5,1)	-	(5,1)
Total	610,3	(95,5)	514,8

(*) a AES Elpa detém 30,97% do capital da AES Eletropaulo

A AES Eletropaulo, na qual a Companhia detém 34,87% de seu capital social de forma direta e indireta, apresentou lucro líquido de R\$ 198,2 milhões em 2013 ante um lucro líquido de R\$ 55,0 milhões em 2012. Tal incremento é justificado, principalmente, pela redução de 12,5% nos custos e despesas operacionais em comparação com o ano anterior, devido ao menor custo com encargos de uso da rede e transmissão dado o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético e a redução nos custos gerenciáveis como resultado do programa de redução de custos efetivado pela AES Eletropaulo.

A AES Tietê, na qual a Brasileira detém 52,55% de seu capital social de forma direta, apresentou lucro líquido de R\$ 881,4 milhões em 2013, uma redução de 2,2% no ano (comparado a R\$ 901,3 milhões em 2012) influenciado, principalmente, pelo aumento no custo com compra de energia devido ao rebaixamento da garantia física no Sistema Interligado Nacional e da indisponibilidade das unidades geradoras, parcialmente

compensado pelo reajuste no preço da energia vendida à AES Eletropaulo e a redução nos custos operacionais relacionados aos encargos de conexão e transmissão.

A AES Uruguaiana, por sua vez, que é quase 100% detida pela Brasileira, reportou lucro líquido de R\$ 138,4 milhões em 2013 devido, principalmente, a reversão do contas a pagar à YPF no valor de R\$ 122 milhões, realizada no primeiro semestre de 2013, ante um prejuízo líquido de R\$ 15,1 milhões em 2012.

Adicionalmente, a AES Serviços, também controlada pela Brasileira com quase 100% do seu capital social, obteve um prejuízo líquido de R\$ 5,1 milhões em 2013, ante um prejuízo líquido de R\$ 1,4 milhões em 2012. Tal variação no resultado é principalmente explicada pela redução na receita líquida em R\$ 2,7 milhões, acarretada pelos termos dos contratos de venda de energia, parcialmente compensados pelo aumento nos serviços de corte e religa, que passou a ser atividade fim dessa controlada.

O resultado financeiro da Brasileira foi positivo em R\$ 5,7 milhões em 2013, ante um resultado positivo de R\$ 11,5 milhões em 2012. Esse desempenho é explicado principalmente pelo menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$ 71,3 milhões em 2013 ante R\$ 129,1 milhões em 2012) e a redução da rentabilidade destas aplicações de 98,57% do CDI em 2013 ante 101,97% em 2012.

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 517,0 milhões em 2013 ante R\$ 322,1 milhões em 2012, um incremento de 60,5%, em função, principalmente, do melhor resultado de suas controladas AES Uruguaiana e AES Eletropaulo, conforme detalhados acima.

Remuneração aos Acionistas

Dividendos Brasileira 2013 (R\$ milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de dezembro de 2013	517,0
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	53,0
Dividendos e JSCP prescritos de controladas	2,8
Constituição de Reserva Legal (5%)	(28,5)
Base para distribuição de dividendos	544,3
Dividendos intermediários distribuídos - 1S13	316,3
Proposta de distribuição de dividendos	80,0
Proposta de destinação para a Reserva Estatutária	148,0
Saldo remanescente	-

Em vista do resultado apresentado acima e das estimativas de geração de caixa, a administração da Brasileira propõe a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, face à apuração de lucro líquido no montante de R\$ 517 milhões, que acrescido do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$ 53 milhões; e dos dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de controladas, no valor de 2,8 milhões; e deduzida à constituição de reserva legal no valor de R\$28,5 milhões, perfaz um total a destinar de R\$ 544,3 milhões.

As destinações mencionadas acima serão propostas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia (“AGO”), que ocorrerá até o dia 30 de abril de 2014, em conjunto com:

- (i) a ratificação da distribuição de dividendos intermediários pelo Conselho de Administração da Companhia, relativa ao resultado apurado pela Companhia no primeiro semestre de 2013, no montante de R\$316 milhões, os quais foram pagos em 2 parcelas: (a) R\$256 milhões, em 25 de setembro de 2013; e (b) R\$60 milhões, em 25 de novembro de 2013;

- (ii) a distribuição de dividendos complementares no valor de R\$ 80 milhões e a definição da efetiva data para o pagamento; e
- (iii) a constituição de reserva estatutária (reserva de lucros) no montante de R\$ 148 milhões.

Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2013, a Brasileira utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria, em adição à auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações semestrais.

- (i) Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 16 de julho de 2013

O valor total do serviço descrito acima soma R\$ 10.495,00 (dez mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) e equivale a 3,97% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 25 de fevereiro de 2014.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Barueri, 12 de fevereiro de 2014.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente e Relações com
Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor